

**Demonstrações Financeiras Intermediárias
Individuais e Consolidadas**

31 de março de 2026



Índice

Relatório da Administração.....	1
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas.....	6
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes.....	7
Relatório do Auditor Independente.....	8
Balanço Patrimonial.....	11
Demonstração do Resultado.....	12
Demonstração do Resultado Abrangente.....	13
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	14
Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método Indireto).....	15
Demonstração do Valor Adicionado.....	16

Notas Explicativas

1. Contexto Operacional.....	17
2. Apresentação das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas.....	17
3. Principais Práticas Contábeis.....	18
4. Caixa e Equivalentes de Caixa.....	23
5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	23
6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos.....	24
7. Carteira de Crédito, Garantias Prestadas e Títulos com Risco de Crédito.....	28
8. Carteira de ativos financeiros por estágio e provisão para perdas de crédito esperadas.....	29
9. Outros Ativos Financeiros.....	30
10. Ativos Fiscais.....	31
11. Investimentos.....	32
12. Outros Ativos.....	33
13. Imobilizado de Uso.....	34
14. Depósitos e demais Instrumentos Financeiros.....	34
15. Dívida Subordinada.....	35
16. Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias.....	35
17. Outros Passivos.....	36
18. Patrimônio Líquido.....	36
19. Demonstração de Resultado.....	38
20. Imposto de Renda e Contribuição Social.....	39
21. Transações entre Partes Relacionadas.....	39
22. Compromissos, Garantias e Outras Informações.....	41
23. Programa de Participação nos Lucros e Resultados.....	41
24. Gestão de Riscos e de Capital.....	41
25. Operações Ativas Vinculadas.....	44
26. Outras Informações.....	44
27. Eventos Subsequentes.....	44

Prezados acionistas, apresentamos o Relatório da Administração das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas do Banco Pine S.A. (Banco) relativas ao trimestre e exercício findos em 31 de março de 2026, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), estabelecida pela Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

O Banco Pine é um banco brasileiro, de capital aberto, que há mais de 28 anos destaca-se por financiar e assessorar seus clientes em todo território nacional. A estratégia do Banco Pine combina agilidade e foco no cliente com um modelo diversificado, eficiente e integrado, apoiado em dados, tecnologia, especialização setorial e alocação de capital em diferentes segmentos, sustentando crescimento, rentabilidade e resiliência de forma consistente.

1. CENÁRIO MACROECONÔMICO

O principal evento econômico e geopolítico do primeiro trimestre de 2026 foi o início do conflito entre os Estados Unidos, Israel e Irã. Por conta disso os preços das commodities relacionadas a energia e fertilizantes apresentaram forte alta. No âmbito interno, as discussões se concentraram na possível reaceleração da inflação, causado pela dinâmica dos preços das commodities.

A atividade econômica doméstica voltou a apresentar crescimento nos primeiros meses de 2026, após o crescimento praticamente nulo do semestre anterior. O indicador mensal de atividade do Banco Central (IBC-Br) registrou alta de 0,4% no primeiro bimestre na comparação interanual, com impacto positivo do setor de serviços, 1,6%. Nos primeiros dois meses do ano, a indústria e a agropecuária tiveram queda na atividade, de 1,2% e 0,4%, respectivamente.

De acordo com o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, a produção de grãos, cereais e leguminosas de 2026 está prevista em 348,4 milhões de toneladas, o que representa aumento de 0,7% em relação a 2025. A dinâmica favorável do setor ocorreu devido à melhora das condições climáticas em regiões chaves, como o Centro-Oeste, que representa aproximadamente 50% da produção nacional.

De acordo com o IBGE, o setor de serviços registrou crescimento de 1,9% no primeiro bimestre em comparação ao mesmo período de 2025, enquanto o comércio varejista ampliado e a produção industrial apresentaram recuo de 0,5% e 0,2%, respectivamente.

A inflação IPCA registrou alta de 1,92% no primeiro trimestre do ano e acumula 4,14% nos últimos doze meses, dentro do limite superior da meta (3% com tolerância de 1,5 p.p. para cima ou para baixo). O conjunto de preços livres, que é mais impactado pelo ciclo econômico, registrou alta acumulada de 1,91% no primeiro trimestre e de 3,68% nos últimos doze meses, enquanto o conjunto de preços administrados registrou 1,93% no ano até março e 5,45% nos últimos doze meses. No mesmo período, a inflação de serviços continuou pressionada, com alta de 5,91% no acumulado dos últimos doze meses.

A taxa básica de juros Selic encerrou o primeiro trimestre em 14,75% a.a., decidida na reunião do dia 18 de março. Com o aperto das condições financeiras por um longo período, o custo do crédito apresentou alta no primeiro trimestre de 2026. A taxa de juros da carteira de recursos livres fechou o trimestre em 61,5% a.a. para pessoas físicas e em 24,6% a.a. para pessoas jurídicas. O spread bancário para recursos livres ficou em 47,6 p.p. para pessoas físicas e em 11,4 p.p. para pessoas jurídicas. O estoque total das operações de crédito bancário atingiu R\$ 7,2 trilhões, aumento de 9,7% em relação ao mesmo trimestre de 2025. A carteira de recursos livres avançou 7,7% em relação ao ano passado, impactado pelo crescimento no crédito consignado para os trabalhadores privados (+142,4%). A carteira de recursos direcionados, cresceu 12,3%, na mesma base de comparação. A taxa de inadimplência referente a recursos livres de pessoas físicas ficou em 7,0%, com a taxa de inadimplência referente ao crédito consignado privado em 6,6%. Por fim a taxa de inadimplência para pessoas jurídicas, ficou em 3,5%.

Em relação ao setor externo, a balança comercial registrou superávit de US\$ 14,2 bilhões no primeiro trimestre, de acordo com o MDIC. O resultado representa aumento de 47,6% em relação ao mesmo trimestre de 2025. As exportações avançaram 7,1% enquanto as importações avançaram 1,3%, na mesma base de comparação. O fluxo cambial foi positivo em US\$ 4,1 bilhões no primeiro trimestre, com o segmento comercial registrando entrada líquida de US\$ 9,1 bilhões e o segmento financeiro com fluxo negativo em US\$ 5,0 bilhões.

A desvalorização do dólar global, causada pelas incertezas sobre o rumo da guerra e da política econômica norte-americana, favoreceu a dinâmica positiva do real observada no início do ano. No ano até março, o Real acumula apreciação de 5,9% com cotação de R\$5,18/US\$ no final do trimestre.

Para o restante do ano, o cenário continua desafiador. O ambiente internacional permanece incerto em relação ao rumo do conflito e seus impactos no médio prazo. Para a atividade econômica doméstica, esperamos expansão do PIB de 2026 em torno de 2,0%.

2. DESEMPENHO

O 1T26 consolidou mais um passo fundamental na estratégia do Banco Pine, unindo o fortalecimento da estrutura de capital à contínua ampliação de nossas avenidas de crescimento.

A realização bem-sucedida do follow-on permitiu elevar a liquidez de PINE4 e diversificar a base de investidores, garantindo um balanço robusto para sustentar o crescimento com rentabilidade e disciplina.

No Varejo Colateralizado, atingimos níveis recordes de originação. O período foi marcado pelo avanço da carteira e pela evolução das esteiras digitais, que possibilitam ganho de escala com qualidade. Seguimos capturando oportunidades no mercado e reforçando nossa capacidade de crescimento sustentável.

No Atacado, mantivemos a postura disciplinada e seletiva, priorizando operações com colaterais robustos e retornos atrativos, diante de um cenário macroeconômico que ainda demanda cautela.

Avançamos na agenda de produtividade, com implementação de IA em escala na frente de negócios e áreas de suporte, automatizando processos e elevando a experiência dos clientes e eficiência operacional.

A consistência dos resultados e a diversificação do modelo de negócios foram reconhecidas com upgrade de rating, reforçando a solidez dos fundamentos do Banco para gerar valor em diferentes ciclos de crédito.

RESULTADOS (R\$ Milhões)	1T25	1T26	Δ
Margem Financeira Líquida	194,2	360,4	85,6%
Receitas de Prestação de Serviços	18,9	26,2	38,2%
Lucro Líquido	73,5	149,9	104,1%
INDICADORES DE DESEMPENHO (%)	1T25	1T26	Δ
ROAE	25,0	37,9	12,9 p.p
Índice de Eficiência	38,1	21,5	(16,6 p.p)
BALANÇO PATRIMONIAL (R\$ Milhões)	mar/25	mar/26	Δ
Patrimônio Líquido	1.408	1.733	23,1%
CARTEIRA DE CRÉDITO EXPANDIDA (R\$ Milhões)	mar/25	mar/26	Δ
Atacado	6.071	6.872	13,2%
Empréstimo INSS	7.406	5.934	(19,9%)
Consignado Privado	-	4.993	-
Consignado Público e FGTS	1.934	2.009	3,9%
Total	15.411	19.807	28,5%

A Margem Financeira somou R\$ 360,4 milhões no período, aumento de 85,6% em relação ao mesmo período do ano anterior, devido à maior carteira de crédito e maiores spreads, com o crescimento das operações do Consignado Privado e de cartões consignados e de benefício.

Receitas de serviços e tarifas, totalizaram R\$ 26,2 milhões, um aumento de 38,2% em relação ao mesmo período do ano anterior, puxado, principalmente pelo crescimento da operação de seguros no Varejo.

O lucro líquido atingiu R\$149,9 milhões, um crescimento de 104% em relação ao 1T25, o ROAE alcançou 37,9%, alta de 12,9 p.p., reflexo direto da expansão da margem financeira bruta (+R\$ 327 milhões), devido, principalmente, ao crescimento das carteiras e à melhora do mix focada na rota do yield (+41% no ano), à disciplina de custos e à alavancagem operacional.

O patrimônio líquido do Banco encerrou março em R\$ 1,7 bilhão, representando um crescimento de 23,1% frente aos R\$ 1,4 bilhão registrados no mesmo mês de 2025. O avanço do patrimônio líquido sinaliza uma carteira de crédito mais qualificada, operações mais estruturadas e um reforço relevante no capital próprio trazendo mais solidez.

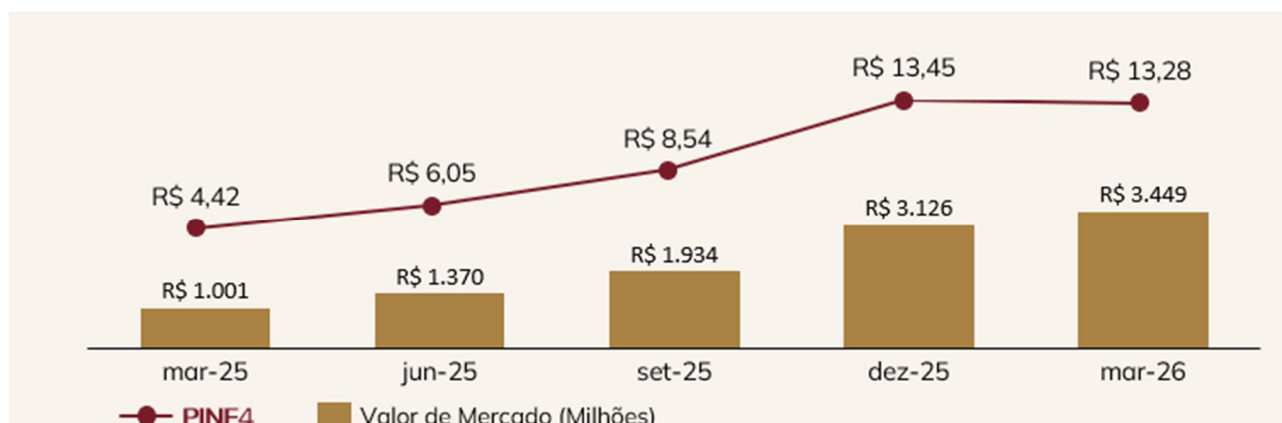
A carteira de crédito expandida totalizou R\$ 19,8 bilhões em Mar/26, aumento de 28,5% na comparação com Mar/25, devido, principalmente ao remix da carteira de Varejo Colateralizado, com destaque para R\$ 5,0 bilhões no Privado e ao avanço da estratégia da rota do *yield*, e à retomada do crescimento da carteira de Atacado, com foco em operações colateralizadas e com adequada relação risco retorno.

3. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

Encerramos março de 2026 com valor de mercado de **R\$ 3,4 bilhões**, a ação fechou em **R\$ 13,28** e terminamos o período com 15.524 acionistas.

4. PERFORMANCE DA AÇÃO

Entre o dia 3 de março de 2025 e 31 de março 2026, a ação PINE4 apresentou uma forte valorização ao longo do ano. O preço subiu de R\$ 4,44 para R\$ 13,28, representando um aumento de aproximadamente 300%. Esse movimento foi acompanhado pelo crescimento do valor de mercado, que passou de R\$ 1 bilhão para R\$ 3,4 bilhões.



5. DISTRIBUIÇÃO DE PROVENTOS

Em reunião do Conselho de Administração realizada no dia 13 de abril de 2026, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio no valor bruto total de R\$ 57.259.018,63 (cinquenta e sete milhões e duzentos e cinquenta e nove mil e dezoito reais e sessenta e três centavos), que representa um valor bruto de R\$ 0,222941 por cada ação ordinária e cada ação preferencial, observadas, para fins de apuração do valor líquido, as disposições legais atinentes à retenção de imposto de renda. O pagamento ocorreu no dia 30 de abril de 2026.

6. RATINGS

A agência S&P(Standard & Poors), atribui o rating do banco em 'brA+', com perspectiva estável. A agência destaca também que "O Banco Pine continua mostrando forte expansão da sua carteira de crédito, impulsionada principalmente pelo aumento de produtos consignados. Esse crescimento tem surtido efeitos positivos, uma vez que as receitas do banco — que até um tempo atrás vinham principalmente da carteira de atacado e das operações de tesouraria e mesa de clientes — também têm melhorado como consequência dessa diversificação, alongando o novo histórico de lucros do banco." A agência Moody's atribui o rating do banco em 'brA+', com perspectiva positiva. A agência destaca que "A elevação dos ratings do Pine reflete o fortalecimento recente de sua posição de capital após follow-on realizado em março de 2026, acompanhado pelo resultado fortalecido de 2025, que apresentou uma rentabilidade robusta e um perfil de risco de ativos controlados."

7. RECURSOS HUMANOS

No Banco Pine, as pessoas são um pilar essencial e estratégico para resultados sustentáveis e consistentes. Contamos com um time experiente, engajado e focado em prover as melhores soluções aos nossos clientes e parceiros.

Nossa cultura valoriza relações sólidas e de longo prazo, incentivamos aprendizado contínuo e experiencial, além de cultivarmos um ambiente de trabalho harmônico, acolhedor e com sinergia. Esse compromisso e “jeito de ser” nos levou a conquistar a certificação Great Place to Work (GPTW), que reconhece o Banco Pine como uma das melhores empresas para se trabalhar.

A área de Pessoas e Cultura atua como um vetor para a geração de valor sustentável, garantindo que nosso capital humano esteja alinhado aos objetivos de crescimento e rentabilidade do Banco. Atuamos de forma decisiva na atração e retenção de talentos-chave, no fortalecimento de uma cultura de alta performance e na implementação de políticas de desenvolvimento que impulsionam a produtividade.

8. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A estrutura Corporativa do Banco Pine S.A. é composta pela Diretoria e Comitê Executivo, bem como pelo Conselho de Administração e respectivos Comitês Estatutários de assessoramento. A Diretoria e o Comitê Executivo são responsáveis pela gestão operacional e execução das estratégias da Companhia. Já o Conselho de Administração é o órgão colegiado responsável pelo processo de decisão em relação ao direcionamento estratégico da Companhia e conta com o assessoramento dos Comitês Estatutários, quais sejam: (i) Comitê de Remuneração, (ii) Comitê de Auditoria, e (iii) Comitê de Gestão de Riscos e Capital. Diretoria e Comitês Estatutários reportam-se ao Conselho de Administração.

Adicionalmente, como no exercício social anterior, na Assembleia Geral Ordinária realizada em 4 de abril de 2026, foi instalado o Conselho Fiscal, composto por 3 experientes profissionais como membros independentes.

A estrutura Corporativa do Banco Pine S.A. está alinhada com as melhores práticas do mercado e regras de Governança Corporativa, possuindo como compromisso a transparência, ética, prestação de contas e responsabilidade corporativa.

ESG

Reconhecemos nosso papel como instituição financeira no fomento de negócios sustentáveis, contribuindo para que a sociedade prospere.

Entendemos que a gestão de aspectos Ambiental, Social e de Governança (ESG, na sigla em inglês) é essencial para nosso crescimento e perenidade. Por isso, continuamente participamos de fóruns do mercado financeiro voltados ao assunto. Desta forma, identificamos oportunidades e melhorias que podem ser implementadas acerca do tema, visando sempre a perenidade dos negócios.

Adicionalmente, a agenda ambiental, social e de governança está em evolução nos organismos regulatórios nacionais. Dessa forma, o Banco atualizou sua Política de Responsabilidade de Socioambiental e Climática (PRSAC) com base nessas novas orientações, com o objetivo da formalização da estrutura de gestão e governança dos aspectos socioambientais. A PRSAC do Banco tem como principais norteadores estratégicos a responsabilidade na condução dos seus negócios através do gerenciamento do risco socioambiental, estabelecendo critérios de avaliação sociais, ambientais e de governança na concessão de crédito.

Em atendimento à agenda Bacen no que tange os riscos socioambiental e climático, o Banco está revisando seus processos e políticas internas para medir, controlar e, quando aplicável, reduzir os riscos associados a cada cliente do seu portfólio.

Além disso, nossa sede está localizada na cidade de São Paulo em um edifício com certificação *Leadership in Energy and Environmental Design - LEED Gold*, a qual atesta a adoção de práticas de construção sustentável. O selo é concedido pela *Green Building Council*, e para receber a classificação, o edifício é avaliado levando em consideração questões como o uso racional de água, eficiência energética, seleção dos materiais da construção e qualidade ambiental interna.

9. AUDITORES EXTERNOS

Em atendimento à Instrução CVM nº 162/22, no período de janeiro a março de 2026, não foram contratados junto aos auditores independentes, serviços não relacionados à auditoria externa. O Banco Pine tem como procedimento restringir

os serviços prestados pelos seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor em consonância com as normas brasileiras e internacionais.

10. RELAÇÕES COM INVESTIDORES

A atuação da equipe de Relações com Investidores é pautada pelo compromisso com a transparência, equidade da informação e busca constante por melhores práticas, transmitindo as informações, perspectivas e estratégias do Banco Pine de forma qualificada. Por meio do site de RI (ri.pine.com), o Banco mantém os acionistas sempre atualizados, e no caso de dúvidas, é disponibilizado um canal de comunicação direto via e-mail (ri@pine.com).

12. AGRADECIMENTOS

A Administração agradece aos acionistas e clientes pela confiança depositada, e aos colaboradores por toda dedicação e excelente trabalho na construção de um mercado financeiro cada vez mais competitivo e ético. Ciosos da responsabilidade de financiar rápido e servir bem nossos clientes, buscamos constantemente novas formas de melhorar nossos produtos e serviços, em benefício das pessoas e empresas.

A Administração

Após análise das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas do Banco Pine S.A. e empresas controladas, relativas ao período findo em 31 de março de 2026, que incluem os balanços patrimoniais individuais e consolidadas e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, do valor adicionado e notas explicativas ('Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas'), acompanhadas do Relatório da Administração e Relatório dos Auditores Independentes, os membros da Diretoria, para fins de atendimento ao disposto no artigo 27, §1º, inciso VI, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaram que discutiram, reviram e concordam com as Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas.

Diretores Executivos

Rodrigo Esteves Pinheiro
Noberto Nogueira Pinheiro Junior

Diretores sem Designação Específica

Alcides Roberto Rocha
Cristiano Oliveira Da Silva
Gersom Pereira Precaro
Guilherme Vieira Neves
Odílardo Guerreiro Rodrigues Filho
Ricardo de Castro Bampa
Ronaldo Silvestre
Tatiana Aparecida Munhoz

Após análise das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas do Banco Pine S.A. e empresas controladas, relativas ao período findo em 31 de março de 2026, que incluem os balanços patrimoniais individuais e consolidadas e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, do valor adicionado e notas explicativas ('Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas'), acompanhadas do Relatório da Administração e Relatório dos Auditores Independentes, os membros da Diretoria, para fins de atendimento ao disposto no artigo 27, §1º, inciso VI, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaram que discutiram, reviram e concordam com a conclusão expressa no relatório de revisão dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas.

Diretores Executivos

Rodrigo Esteves Pinheiro
Noberto Nogueira Pinheiro Junior

Diretores sem Designação Específica

Alcides Roberto Rocha
Cristiano Oliveira Da Silva
Gersom Pereira Precaro
Guilherme Vieira Neves
Odílardo Guerreiro Rodrigues Filho
Ricardo de Castro Bampa
Ronaldo Silvestre
Tatiana Aparecida Munhoz



Banco Pine S.A.

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas
em 31 de março de 2026
e relatório de revisão**



Relatório de revisão sobre as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Pine S.A.

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial do Banco Pine S.A. ("Banco"), em 31 de março de 2026, e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, bem como o balanço patrimonial consolidado do Banco Pine S.A. e suas controladas ("Consolidado") em 31 de março de 2026, e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas acima referidas não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.



Banco Pine S.A.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As demonstrações financeiras intermediárias acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentadas como informação suplementar. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as demonstrações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 06 de maio de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Emerson Laerte da Silva
Contador CRC 1SP171089/O-3

ATIVO	Nota	Individual		Consolidado	
		31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Disponibilidades	4	48.380	38.696	115.128	89.895
Ativos financeiros		33.186.168	30.127.606	31.625.462	29.438.925
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado (VJR)		12.031.853	11.074.148	10.248.378	10.155.902
Instrumentos financeiros derivativos	6.c	472.184	1.255.924	472.184	1.255.924
Operações de crédito	7	3.425.691	2.699.950	3.425.691	2.699.950
Títulos e valores mobiliários	6.a	8.133.978	7.118.274	6.350.503	6.200.028
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)		1.813.460	2.063.167	1.813.460	2.063.167
Títulos e valores mobiliários	6.a	1.813.460	2.063.167	1.813.460	2.063.167
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (CA)		19.340.855	16.990.291	19.563.624	17.219.856
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	1.275.399	865.221	1.275.399	865.221
Títulos e valores mobiliários	6.a	6.512.959	5.778.543	6.519.441	5.788.852
Operações de crédito	7	11.273.222	10.054.531	11.273.222	10.054.531
Outros ativos financeiros	9	279.275	291.996	495.562	511.252
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8.a	(979.800)	(947.650)	(980.063)	(948.166)
Ativos fiscais	10.a	1.005.119	1.052.851	1.005.130	1.052.862
Investimento em participações em coligadas e controladas	11	739.195	721.850	15.439	2.790
Outros ativos	12	1.491.226	1.323.475	1.873.101	1.719.478
Imobilizado de uso	13	86.836	86.853	86.894	86.911
Intangível		42.244	40.449	42.244	40.449
(-) Depreciação e amortização		(47.937)	(42.819)	(47.958)	(42.837)
(-) Imobilizado de uso	13	(29.970)	(27.231)	(29.991)	(27.249)
(-) Intangível		(17.967)	(15.588)	(17.967)	(15.588)
Total do ativo		35.571.431	32.401.311	33.735.377	31.440.307

PASSIVO	Nota	Individual		Consolidado	
		31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Passivos financeiros		30.536.604	28.278.147	30.434.814	28.206.193
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado (VJR)		417.861	2.245.844	417.861	2.245.844
Instrumentos financeiros derivativos	6.c	417.861	2.245.844	417.861	2.245.844
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado (CA)		30.118.743	26.032.303	30.016.953	25.960.349
Depósitos	14.a	17.465.020	15.531.929	17.363.230	15.459.975
Captações no mercado aberto	14.b	6.357.623	4.681.536	6.357.623	4.681.536
Recursos de aceites e emissão de títulos	14.c	4.801.068	4.837.331	4.801.068	4.837.331
Obrigações por empréstimos e repasses	14.d	661.415	197.494	661.415	197.494
Dívida subordinada	15	801.156	773.274	801.156	773.274
Outros passivos financeiros		32.461	10.739	32.461	10.739
Outros passivos		3.302.065	2.717.572	1.567.732	1.826.484
Provisões	16	9.106	13.126	9.135	13.155
Outros passivos	17	3.292.959	2.704.446	1.558.597	1.813.329
Total do passivo		33.838.669	30.995.719	32.002.546	30.032.677
Patrimônio líquido	18	1.732.762	1.405.592	1.732.831	1.407.630
Capital social		1.258.896	1.000.910	1.258.896	1.000.910
De domiciliados no país		1.130.029	872.043	1.130.029	872.043
De domiciliados no exterior		128.867	128.867	128.867	128.867
Outros resultados abrangentes		(1.691)	(1.698)	(1.691)	(1.698)
Reservas de capital		17.796	17.902	17.796	17.902
Reservas de Lucros		396.548	396.548	396.548	396.548
(-) Ações em tesouraria		(31.428)	(8.070)	(31.428)	(8.070)
Lucros acumulados		92.641	-	92.641	-
Participação de acionistas não-controladores		-	-	69	2.038
Total do patrimônio líquido	18	1.732.762	1.405.592	1.732.831	1.407.630
Total do passivo e patrimônio líquido		35.571.431	32.401.311	33.735.377	31.440.307

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas.

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

(Em milhares de Reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)



	Nota	Individual		Consolidado	
		01/01 a 31/03/2026	01/01 a 31/03/2025	01/01 a 31/03/2026	01/01 a 31/03/2025
Receitas da intermediação financeira		1.503.000	1.045.677	1.571.554	1.064.693
Operações de crédito	19.a	859.324	497.960	929.006	516.932
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6.b	387.352	379.010	386.224	379.054
Operações de empréstimos e repasses	19.c	(1.686)	19.915	(1.686)	19.915
Resultado com instrumentos financeiros derivativos e câmbio	6.c	258.010	148.792	258.010	148.792
Despesas da intermediação financeira		(1.104.450)	(821.295)	(1.158.701)	(837.600)
Operações de captação no mercado	19.b	(938.349)	(766.207)	(992.853)	(782.445)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(166.101)	(55.088)	(165.848)	(55.155)
Resultado bruto da intermediação financeira		398.550	224.382	412.853	227.093
Receitas (despesas) operacionais		(172.800)	(77.907)	(169.324)	(70.979)
Receitas de prestação de serviços	19.d	8.466	5.539	81.246	18.373
Rendas de tarifas bancárias		155	572	155	572
Despesas de pessoal	19.e	(42.165)	(34.467)	(49.055)	(35.728)
Outras despesas administrativas	19.f	(155.432)	(56.498)	(194.855)	(57.688)
Despesas tributárias	19.g	(21.047)	(1.473)	(30.558)	(794)
Resultado de participação em controladas e coligadas	11.a	12.092	6.237	131	3.204
Outras receitas operacionais	19.h	31.141	4.175	31.520	4.120
Outras despesas operacionais	19.i	(6.010)	(1.992)	(7.908)	(3.038)
Resultado operacional		225.750	146.475	243.529	156.114
Resultado não operacional	19.j	2.679	1.037	(2.828)	(7.666)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		228.429	147.512	240.701	148.448
Imposto de renda e contribuição social	20	(59.206)	(38.768)	(68.251)	(39.704)
Participações sobre o lucro no período	23	(19.323)	(35.292)	(22.639)	(35.292)
Lucro líquido do período		149.900	73.452	149.811	73.452
Lucro líquido do período atribuível aos acionistas controladores		149.900	73.452	149.900	73.452
Lucro líquido do período atribuível aos acionistas não-controladores		-	-	(89)	-
Lucro básico e diluído por ação em número médio ponderado de ações					
Lucro do período por ação		0,5772	0,3196	-	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas.

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
 (Em milhares de Reais - R\$)



	Nota	Individual		Consolidado	
		01/01 a 31/03/2026	01/01 a 31/03/2025	01/01 a 31/03/2026	01/01 a 31/03/2025
Lucro líquido do período		149.900	73.452	149.811	73.452
Outros ajustes abrangentes	18.g	7	5.645	7	5.645
Ativos financeiros mensurados a VJORA		23	10.346	23	10.346
Imposto de renda e contribuição social		(16)	(4.701)	(16)	(4.701)
Resultado abrangente do período		149.907	79.097	149.818	79.097
Resultado abrangente do período atribuível aos acionistas controladores		149.907	79.097	149.907	79.097
Resultado abrangente do período atribuível aos acionistas não-controladores		-	-	(89)	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas.

	Individual								Total
	Nota	Capital Social Realizado	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações em Tesouraria	Lucros Acumulados	Participação de não controladores	
			Reservas de Capital	Legal					
Saldo em 31 de dezembro de 2024		952.678	5.117	23.686	269.742	(3.610)	(20.406)	-	1.227.207
Efeitos da adoção inicial da Res. CMN nº 4.966/21	2.c	-	-	-	-	-	-	(171.404)	(171.404)
Saldo em 01 de janeiro de 2025		952.678	5.117	23.686	269.742	(3.610)	(20.406)	(171.404)	1.055.803
Aumento de capital	18.a	93	-	-	-	-	-	-	93
Venda/(Aquisição) de ações em tesouraria	18.f	-	-	-	-	-	(3.782)	-	(3.782)
MTM de títulos mensurados a VJORA	18.g	-	-	-	-	5.645	-	-	5.645
Transações com pagamentos baseados em ações	18.b	-	747	-	-	-	10.426	-	11.173
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	73.452	73.452
Destinações do lucro:									
Juros sobre o capital próprio	18.d	-	-	-	-	-	-	(18.750)	(18.750)
Saldo em 31 de março de 2025		952.771	5.864	23.686	269.742	2.035	(13.762)	(116.702)	1.123.634
Saldo em 31 de dezembro de 2025		1.000.910	17.902	45.866	350.682	(1.698)	(8.070)	-	1.405.592
Aumento de capital	18.a	257.986	-	-	-	-	-	-	257.986
Venda/(Aquisição) de ações em tesouraria	18.f	-	-	-	-	-	(31.464)	-	(31.464)
MTM de títulos mensurados a VJORA	18.g	-	-	-	-	7	-	-	7
Transações com pagamentos baseados em ações	18.b	-	(106)	-	-	-	8.106	-	8.000
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	149.900	149.900
Destinações do lucro:									
Juros sobre o capital próprio	18.d	-	-	-	-	-	-	(57.259)	(57.259)
Saldo em 31 de março de 2026		1.258.896	17.796	45.866	350.682	(1.691)	(31.428)	92.641	1.732.762

	Consolidado								Total
	Nota	Capital Social Realizado	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações em Tesouraria	Lucros Acumulados	Participação de não controladores	
			Reservas de Capital	Legal					
Saldo em 31 de dezembro de 2024		952.678	5.117	23.686	269.742	(3.610)	(20.406)	-	1.227.207
Efeitos da adoção inicial da Res. CMN nº 4.966/21	2.c	-	-	-	-	-	-	(171.404)	(171.404)
Saldo em 01 de janeiro de 2025		952.678	5.117	23.686	269.742	(3.610)	(20.406)	-	1.055.803
Aumento de capital	18.a	93	-	-	-	-	-	-	93
Venda/(Aquisição) de ações em tesouraria	18.f	-	-	-	-	-	(3.782)	-	(3.782)
MTM de títulos mensurados a VJORA	18.g	-	-	-	-	5.645	-	-	5.645
Transações com pagamentos baseados em ações	18.b	-	747	-	-	-	10.426	-	11.173
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	73.452	73.452
Destinações do lucro:									
Juros sobre o capital próprio	18.d	-	-	-	-	-	-	(18.750)	(18.750)
Saldo em 31 de março de 2025		952.771	5.864	23.686	269.742	2.035	(13.762)	(116.702)	1.123.634
Saldo em 31 de dezembro de 2025		1.000.910	17.902	45.866	350.682	(1.698)	(8.070)	2.038	1.407.630
Aumento de capital	18.a	257.986	-	-	-	-	-	-	257.986
Venda/(Aquisição) de ações em tesouraria	18.f	-	-	-	-	-	(31.464)	-	(31.464)
MTM de títulos mensurados a VJORA	18.g	-	-	-	-	7	-	-	7
Transações com pagamentos baseados em ações	18.b	-	(106)	-	-	-	8.106	-	8.000
Aumento/(redução) de participação de acionistas não-controladores		-	-	-	-	-	-	(1.880)	(1.880)
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	149.900	149.811
Destinações do lucro:									
Juros sobre o capital próprio	18.d	-	-	-	-	-	-	(57.259)	(57.259)
Saldo em 31 de março de 2026		1.258.896	17.796	45.866	350.682	(1.691)	(31.428)	92.641	1.732.831

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas.

	Nota	Individual		Consolidado	
		01/01 a 31/03/2026	01/01 a 31/03/2025	01/01 a 31/03/2026	01/01 a 31/03/2025
Atividades operacionais					
Lucro líquido ajustado		456.444	144.479	467.453	147.599
Lucro líquido do período		149.900	73.452	149.811	73.452
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		105.168	(20.520)	105.168	(20.520)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		166.101	55.088	165.848	55.155
Imposto de renda e contribuição social diferidos		56.059	38.768	55.449	38.788
Depreciação e amortização	19.f	3.742	2.839	3.742	2.839
Provisão para contingências	16.c	(4.020)	(1)	(4.020)	(1)
Provisão para garantias financeiras prestadas		-	136	-	136
Resultado de participação em controladas e coligadas	11.a	(12.092)	(6.237)	(131)	(3.204)
Pagamento baseado em ações		(8.414)	954	(8.414)	954
Variação de ativos e passivos		(123.937)	(2.132.346)	(121.804)	(2.130.584)
(Aumento) Redução de aplicações interfinanceiras de liquidez		(8.977)	(65.601)	(8.977)	(65.601)
(Aumento) Redução de títulos e valores mobiliários		(1.500.406)	(1.939.189)	(631.350)	(1.729.006)
(Aumento) Redução de instrumentos financeiros derivativos		(1.044.243)	1.353.342	(1.044.243)	1.301.946
(Aumento) Redução de operações de crédito		(2.078.383)	(2.545.921)	(2.078.383)	(2.655.852)
(Aumento) Redução de outros ativos financeiros		12.721	1.736.922	15.690	1.751.395
Redução (Aumento) em ativos fiscais		47.732	(98.331)	47.732	(98.331)
Redução (Aumento) em outros ativos		(226.634)	(996.915)	(221.476)	(820.603)
Aumento (Redução) de depósitos		1.933.091	(342.813)	1.903.255	(358.140)
Aumento (Redução) em captações no mercado aberto		1.676.087	(258.767)	1.676.087	(258.767)
Aumento (Redução) de recursos de aceites e emissões de títulos		(36.263)	131.676	(36.263)	131.676
Aumento (Redução) de obrigações por empréstimos e repasses		463.921	81.770	463.921	81.770
Aumento (Redução) em dívida subordinada		47.882	(12.906)	47.882	(12.906)
Aumento (Redução) em outros passivos financeiros		21.722	7.348	21.722	7.348
Aumento (Redução) de outros passivos		567.813	817.039	(277.401)	594.487
Caixa líquido (aplicado em) proveniente das atividades operacionais		332.507	(1.987.867)	345.649	(1.982.985)
Atividades de investimento					
Alienação (Aquisição) de imobilizado de uso	13	(12)	(1.534)	(12)	(1.534)
Alienação (Aquisição) de intangível		(390)	(4.974)	(390)	(4.974)
(Aumento) Redução de capital em controladas	11	(2.407)	-	-	-
Alienação (Aquisição) de outros investimentos		(22)	(22)	(22)	(22)
Caixa líquido (aplicado em) proveniente das atividades de investimento		(2.831)	(6.530)	(424)	(6.530)
Atividades de financiamento					
Aumento de capital	18.a	257.986	93	257.986	93
Aquisição de ações em tesouraria	18.f	(31.464)	(3.782)	(31.464)	(3.782)
Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos	18.d	(20.145)	(15.399)	(20.145)	(15.399)
Aumento (Redução) em obrigações por dívida subordinada	15	(20.000)	(3.000)	(20.000)	(3.000)
Caixa líquido (aplicado em) proveniente das atividades de financiamento		186.377	(22.088)	186.377	(22.088)
Redução de caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4	605.974	2.327.840	657.173	2.328.331
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		(105.168)	20.520	(105.168)	20.520
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	4	1.016.859	331.875	1.083.607	337.248

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas.

	Nota	Individual		Consolidado	
		01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
		31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Receitas		1.379.702	1.039.193	1.522.732	1.061.172
Receitas da intermediação financeira		1.503.000	1.084.950	1.571.554	1.103.966
Receitas de prestação de serviços	19.d	8.466	5.539	81.246	18.373
Rendas de tarifas bancárias		155	572	155	572
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(166.101)	(55.088)	(165.848)	(55.155)
Outras receitas		34.182	3.220	35.625	(6.584)
Despesas de intermediação financeira		(938.349)	(805.480)	(992.853)	(821.718)
Insumos adquiridos de terceiros	19.f	(154.200)	(50.817)	(202.078)	(52.006)
Materiais, energias e outros		(304)	(231)	(304)	(231)
Serviços de terceiros		(123.249)	(43.803)	(156.304)	(44.881)
Outros		(30.647)	(6.783)	(45.470)	(6.894)
Valor adicionado bruto		287.153	182.896	327.801	187.448
Depreciação e amortização	19.f	(3.742)	(2.839)	(3.742)	(2.839)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		283.411	180.057	324.059	184.609
Valor adicionado recebido em transferência		12.092	6.237	131	3.204
Resultado de equivalência patrimonial	11.a	12.092	6.237	131	3.204
Valor adicionado total a distribuir		295.503	186.294	324.190	187.813
Distribuição do valor adicionado		295.503	186.294	324.190	187.813
Remuneração do trabalho		61.488	69.759	71.694	71.020
Proventos	19.e	27.317	21.476	32.048	22.522
Benefícios e treinamento	19.e	5.400	4.860	6.290	4.884
Encargos sociais	19.e	7.702	6.738	8.831	6.903
FGTS		1.746	1.393	1.886	1.419
Participação nos lucros		19.323	35.292	22.639	35.292
Remuneração de governos		80.253	40.241	98.809	40.499
Federais	19.g	19.651	663	20.351	(519)
Municipais	19.g	1.396	810	10.207	1.314
Imposto de renda e contribuição social	20	59.206	38.768	68.251	39.704
Remuneração de capitais de terceiros		3.862	2.842	3.876	2.842
Aluguéis e arrendamento de bens	19.f	3.862	2.842	3.876	2.842
Remuneração de capitais próprios		149.900	73.452	149.811	73.452
Juros sobre o capital próprio/dividendos		57.259	18.750	57.259	18.750
Lucro Líquido retido		92.641	54.702	92.552	54.702

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Pine S.A. ("Pine") é uma companhia aberta, com matriz localizada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.830 - Itaim Bibi, São Paulo - SP e está autorizado a operar as carteiras comerciais, de investimentos, crédito, financiamento, câmbio e leasing.

As operações do Pine são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente e certas operações tem a coparticipação ou a intermediação de instituições controladas, integrantes do Conglomerado Pine. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente, por essas instituições.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

As Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais do Pine, que incluem sua Agência em Grand Cayman e as Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas do Pine e Controladas, são apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional do Pine, incluindo sua dependência no Exterior e, exceto quando indicado, os valores são expressos em milhares de Reais e foram arredondados para o milhar mais próximo.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas de 31 de março de 2026, na reunião realizada em 05 de maio de 2026.

a) Participação em controladas

As Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas contemplam as operações do Pine, sua dependência no exterior, suas controladas diretas e indiretas e entidades de propósito específico apresentadas conforme abaixo:

Atividade	Participação % no capital total em		
	31/03/2026	31/12/2025	
Dependências no exterior			
Agência Grand Cayman	Dependência no exterior	100,0000	100,0000
Subsidiárias			
Pine Capital Ltda.	Administração em Participações	100,0000	100,0000
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	100,0000	100,0000
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.	Assessoria	99,9800	99,9800
P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda.	Imobiliária	100,0000	100,0000
Pine Corretora de Seguros Ltda.	Intermediação de Negócios	99,9800	99,9800
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário ⁽¹⁾	Imobiliária	100,0000	100,0000
Pine Ativos Imobiliários SPE Ltda. ⁽¹⁾	Imobiliária	100,0000	100,0000
ECO Comercializadora de Ativos Ambientais Ltda.	Comercialização de ativos ambientais	100,0000	100,0000
Pine Holding Ltda. (Anteriormente denominada Pine Holding S.A.)	Holding de instituições não-financeiras	100,0000	99,0000
Pine 1 Desenvolvimento Participações Ltda. ^{(1) (2)}	Participação	100,0000	100,0000

(1) Refere-se a investimentos mantidos para venda conforme descrito na Nota 3.p.

(2) Em Instrumento Particular de Constituição datado de 19 de setembro de 2025, foi deliberado sobre a constituição da Pine 1 Desenvolvimento Participações Ltda. e a subscrição de 1.000 quotas, totalizando R\$1.

	31/03/2026								
	Pine Capital Ltda.	Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Pine Assessoria e Consultoria Ltda.	P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda.	Pine Corretora de Seguros Ltda.	Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário	Pine Ativos Imobiliários SPE Ltda.	ECO Comercializadora de Ativos Ambientais Ltda.	Pine Holding Ltda. (Anteriormente denominada Pine Holding S.A.)
ATIVO									
Disponibilidades	2	-	4.648	717	22	-	2	-	-
Outros ativos financeiros	2.852	4.263	72.940	210.515	15.093	1.770	20.240	11	48.298
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	-	-	-	(264)	-	-	-	-	-
Investimento em participações em coligadas e controladas	350	-	-	-	-	-	13.893	-	29.117
Imóveis a comercializar e outros ativos	220	3.726	6.063	397.836	8.413	52.691	62.534	-	22.702
Total do ativo	3.424	7.989	83.651	608.804	23.528	54.461	96.669	11	100.117
PASSIVO									
Outros passivos	586	874	65.709	9.986	6.413	1.020	614	-	6.043
Total do passivo	586	874	65.709	9.986	6.413	1.020	614	-	6.043
Patrimônio líquido	2.838	7.115	17.942	598.818	17.115	53.441	96.055	11	94.074
Capital social	310	4.765	500	585.104	18.102	53.200	98.093	10	68.685
Reservas de Capital	-	-	3.306	-	127	-	-	-	10.582
Reservas de Lucros	3.834	2.271	5.037	18.327	890	403	-	-	4.172
Lucro (Prejuízos) acumulados	(1.306)	79	9.099	(4.613)	(2.004)	(162)	(2.038)	1	10.635
Total do patrimônio líquido	2.838	7.115	17.942	598.818	17.115	53.441	96.055	11	94.074
Total do passivo e patrimônio líquido	3.424	7.989	83.651	608.804	23.528	54.461	96.669	11	100.117

As alterações societárias estão descritas na Nota Explicativa 11 - Investimentos.

b) Normas que entrarão em vigor em períodos futuros:

A Resolução CMN nº 5.185/24 do Comitê de Pronunciamento de Sustentabilidade – CBPS estabelece que, quanto à divulgação, como parte integrante das demonstrações financeiras, do relatório de informações financeiras relacionadas à Sustentabilidade – CBPS 01 e CBPS 02, sendo a obrigatoriedade de divulgação a partir do exercício de 2027, referente ao exercício a findar em 31 de dezembro de 2026. O Banco Pine está avaliando os impactos para atendimento desta norma.

Resoluções CMN nº 5.100/2023 e 5.146/2024 – Alteram dispositivos da Resolução CMN nº 4.966/2021 estabelecendo novos critérios para contratos renegociados e a vigência para os requisitos aplicáveis à contabilidade de hedge para 1º de janeiro de 2027.

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº214, que regulamenta a reforma tributária sobre o consumo, instituindo o IBS, a CBS e o IS, os quais substituirão gradualmente PIS, COFINS, IPI e ISS. O período de transição iniciou em 1º de janeiro de 2026, caracterizando-se como fase de testes, com exigência de cumprimento de obrigações acessórias, sem recolhimento efetivo de IBS e CBS no exercício de 2026. O Banco acompanha a evolução da regulamentação e avalia os impactos operacionais, fiscais e tecnológicos decorrentes da implementação do novo sistema, cuja transição se estenderá até 2033.

c) Normas que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2025:

Instrumentos Financeiros

A partir de 01 de janeiro de 2025, passaram a vigorar as seguintes regulamentações: Resolução CMN nº 4.966/21, Resolução BCB nº 352/23, juntamente com as normas complementares correspondentes aplicáveis ao Banco.

Em novembro de 2021, o Conselho Monetário Nacional (CMN) publicou a Resolução CMN nº 4.966/21, a qual introduz novas diretrizes contábeis para instrumentos financeiros, a nova resolução substitui as resoluções e circulares do Bacen que direcionavam a classificação e mensuração dos instrumentos financeiros (circulares nº 3.068/01 e nº 3.082/03) e da provisão para devedores duvidosos (Resolução CMN nº 2.682/99), que estabelecia a base de mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito das instituições financeiras desde 1999.

A Resolução CMN nº 4.966/21 estabelece que as instituições financeiras devem avaliar seus instrumentos financeiros e classificá-los e mensurá-los de acordo com os modelos de negócio estabelecidas para cada ativo e passivo financeiro. Entre outros aspectos, a resolução requer que as instituições mensurem sua provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base em conceito de perda esperada, sem a necessidade de aguardar eventual inadimplência, tornando a provisão mais precisa em relação às futuras perdas que a instituição venha a verificar em períodos subsequentes.

As Resoluções CMN nº 5.100/23 e BCB nº 352/23 foram emitidas, sendo complementares à CMN nº 4.966/21, e dispõem de diretrizes adicionais, principalmente em relação ao tratamento às seguintes matérias:

- Aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros;
- Constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito;
- Mensuração de instrumentos financeiros;
- Evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas a serem observados pelas instituições financeiras;
- Reconhecimento de componentes imateriais na taxa efetiva de juros; e
- Apropriação de receita utilizando o método de taxa efetiva de juros.

Renegociação e Reestruturação

Os requisitos estabelecem que para apuração do valor contábil dos saldos de operações de reestruturação de ativos financeiros, o mesmo deve ser reavaliado para representar o valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados, descontados pela taxa de juros efetiva originalmente contratada. No caso de renegociação de instrumentos financeiros não caracterizada como reestruturação, a instituição deve reavaliar o instrumento para que passe a representar o valor presente dos fluxos de caixa descontados pela taxa de juros efetiva, conforme as condições contratuais renegociadas.

Fica facultado, até 31 de dezembro de 2026, o uso da taxa de juros efetiva repactuada para a apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados. O Banco Pine optou por aderir à faculdade e apresenta os saldos reestruturados a partir do valor presente dos fluxos de caixa descontados pela taxa de juros efetiva, conforme as condições renegociadas.

Plano de Contas (Cosif)

A Resolução BCB nº 426/23 a 433/23, 390/24 e 537/24 a 543/24 com vigência a partir de 01 de janeiro de 2025, dispõe sobre a estrutura do elenco de contas do Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 16 de novembro de 2022, foi publicada a Lei nº 14.467, com produção de efeitos a partir de 1º de janeiro de 2025, que "dispõe sobre o novo tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil", exceto para as administradoras de consórcio e instituições de pagamento.

Transição

De acordo com o Artigo 94 da Resolução BCB nº 352/23, os princípios estabelecidos nesta resolução foram aplicados de forma prospectiva às demonstrações financeiras individuais e consolidadas a partir de 1º de janeiro de 2025. Portanto, os saldos referentes aos períodos findos de 2024 não foram ajustados e não requerem republicação, de modo que os efeitos da adoção inicial foram contabilizados no patrimônio líquido na conta de lucros acumulados em 1º de janeiro de 2025.

Os impactos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/21 trouxeram um aumento da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, registrados em contrapartida a lucros acumulados no patrimônio líquido no montante de R\$171.404, líquido de impostos.

Arrendamento mercantil

Resolução CMN nº 4.975/21 – Com início de vigência em 01 de janeiro de 2025, dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil realizadas pelas instituições financeiras e pelas demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, devendo essas instituições observar o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - (CPC 06 – R2) – Arrendamentos, no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil, conforme regulação específica. Conforme § 5º da referida Resolução, o Banco Pine adotou, de forma prospectiva, a aplicação da norma, para os contratos celebrados a partir de 1º janeiro de 2025.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas do Pine foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), estabelecida pela Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo Bacen. Os pronunciamentos contábeis já aprovados são:

Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 00 (R2) - Pronunciamento conceitual básico
Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos
Resolução CMN nº 4.524/16 – CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis
Resolução CMN nº 4.818/20 – CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa
Resolução CMN nº 4.534/16 – CPC 04 (R1) - Ativo intangível
Resolução CMN nº 4.818/20 – CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas
Resolução CMN nº 4.975/21 – CPC 06 (R2) - Arrendamentos
Resolução CMN nº 3.989/11 – CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações
Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro
Resolução CMN nº 4.818/20 – CPC 24 - Eventos subsequentes
Resolução CMN nº 3.823/09 – CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
Resolução CMN nº 4.535/16 – CPC 27 - Ativo imobilizado
Resolução CMN nº 4.747/19 – CPC 31 - Ativo não circulante mantido para venda
Resolução CMN nº 4.877/20 – CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados
Resolução CMN nº 4.818/20 – CPC 41 - Resultado por ação
Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 46 - Mensuração do valor justo
Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente

No período findo em 31 de março de 2026, não foram identificadas novas Resoluções, com impactos relevantes.

a) Consolidação

Nas Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas, os saldos e os resultados das transações entre o Banco Pine e suas subsidiárias, cessões com coobrigação e securitização com lastro em operações de crédito do varejo e entidades de propósito específico foram eliminados, bem como foram destacadas as parcelas do lucro líquido e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas não-controladores.

b) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se correlacionam, independentemente de seu recebimento ou pagamento.

As receitas e despesas de natureza financeira são apropriadas observando-se o critério pro rata temporis, substancialmente com base no método exponencial.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas dos balanços.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações interfinanceiras de liquidez e depósitos a prazo, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Pine para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

e) Instrumentos Financeiros

Instrumento Financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. A classificação e mensuração dos instrumentos financeiros do Banco Pine são efetuadas de acordo com a Resolução CMN nº 4.966/21 e a BCB nº 352/23 e são classificados os ativos financeiros com base no modelo de negócios da instituição para gestão de ativos financeiros e nas características contratuais dos fluxos de caixas desses ativos nas seguintes categorias:

I - na categoria custo amortizado, os ativos financeiros que atendam cumulativamente às seguintes condições:

- a) o ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais; e
- b) os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas especificadas;

II - na categoria valor justo em outros resultados abrangentes, os ativos financeiros que atendam cumulativamente às seguintes condições:

- a) o ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios; e
- b) os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas especificadas; e

III - na categoria valor justo no resultado, os demais ativos financeiros.

As operações de crédito e outras operações com característica de concessão de crédito devem ser classificadas na categoria custo amortizado, exceto as seguintes, que devem ser classificadas na categoria valor justo no resultado:

- a) parte da carteira do segmento de varejo, em que a Administração definiu em modelo de negócios, com o objetivo de vender esses ativos financeiros, antes do vencimento contratual. Essa parte da carteira do segmento de varejo foi apurada através do histórico de cessões de operações de crédito do segmento de varejo.

Passivo Financeiro

Conforme previsto no Artigo 9º da Resolução CMN nº 4.966/21, a Companhia deve classificar os passivos financeiros na categoria de custo amortizado, exceto nos casos em que o passivo financeiro seja classificado como "valor justo por meio do resultado" ou designado como tal, como abaixo:

- Derivativos que sejam passivos, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado;
- Passivos financeiros gerados em operações que envolvam o empréstimo ou aluguel de ativos financeiros, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado;
- Passivos resultantes de transferência de ativos VJR não qualificados para baixa;
- Garantia financeira: maior entre provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, e o valor justo no reconhecimento inicial menos o valor acumulado da receita reconhecida de acordo com a regulamentação específica;
- Contratos híbridos.

(iv) Taxa de Juros Efetiva ("TJE")

É a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo financeiro ou passivo financeiro ao valor contábil bruto de um ativo financeiro (ou seja, seu custo amortizado antes de qualquer provisão para redução ao valor recuperável) ou ao custo amortizado de um passivo financeiro.

No Pine, a taxa efetiva de juros é calculada considerando as receitas e os custos de origem diretamente atribuíveis aos instrumentos financeiros. Esses valores são incorporados ao cálculo da taxa e apropriados ao resultado pelo regime de competência, ao longo da vigência dos respectivos instrumentos, por meio do método da taxa efetiva de juros.

Ativos e passivos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado, referentes a operações iniciadas a partir de janeiro de 2025, foram reconhecidos pelo método da taxa efetiva de juros. As operações de créditos originadas até 31 de dezembro de 2024, continuaram a ser reconhecidas pela taxa contratual, pela vigência dos respectivos contratos.

Hierarquia de valor justo

Os instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial devem ser agrupados nos níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo.

- Nível 1 - mensurações à valor justo obtidas a partir de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Incluem os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Neste nível foram classificadas aplicações em cotas de fundos de investimentos com cotação disponível na Comissão de Valores Mobiliários e outros títulos negociados no mercado ativo. Os derivativos negociados em bolsas de valores também são classificados no nível 1 da hierarquia.

- Nível 2 - mensurações obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços). Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência. Várias técnicas são empregadas para fazer essas estimativas, inclusive a extrapolação de dados de mercado observáveis. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos, principalmente por Títulos Privados (com destaque na carteira de Debêntures) em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no nível 1 e por Títulos do Governo Brasileiro (principalmente LFT, NTN-B e NTN-F). Para os derivativos negociados em balcão, para a avaliação de instrumentos financeiros (basicamente swaps e opções), utilizam-se normalmente dados de mercado observáveis como, taxas de câmbio, taxas de juros, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado.

- Nível 3 - mensurações são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis). Quando houver informações que não sejam baseadas em dados de mercado observáveis, o Pine utiliza modelos desenvolvidos internamente, a partir de curvas geradas conforme modelo próprio. No nível 3 são classificados determinados ativos financeiros de companhias de capital fechado, em situação de discussão judicial, classificados como ativos financeiros mensurados por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e operações de crédito, que de acordo com o modelo de negócio são classificados como ativos financeiros mensurados a valor justo através do resultado (VJR). Não existem derivativos classificados no nível 3.

A tabela a seguir mostra um resumo dos valores justos dos ativos e passivos financeiros nos períodos findos em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, classificados com base nos diversos métodos de mensuração adotados pelo Pine para apurar seu valor justo:

Categoria	Tipo de Ativo/Passivo	Técnicas de Valorização	Principais inputs			
			Taxa de Cupom Cambial de longo prazo	Taxa de Cupom Cambial de IGPM	Taxa pré-fixadas cambial de longo prazo	Volatilidades implícitas de longo prazo
Derivativos lineares	Fra de Cupom	Preços de fechamento BMF				
	Swap de inflação	Discounted cash flow				
	Swap de taxa de juros	Discounted cash flow				
Derivativos não Lineares	Opções de equities	Black&Scholes				
	Opções de inflação	Black&Scholes				
	Opções de juros	Black&Scholes				
	Opções de moedas	Black&Scholes				
Demais Instrumentos Financeiros	Títulos Privados	Discounted cash flow				
	Títulos Públicos	Discounted cash flow				
	Empréstimos e adiantamento de clientes (VJR)	Discounted cash flow				

	Individual			
	31/03/2026			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros a valor justo através do resultado (VJR)	723.653	7.882.509	3.425.691	12.031.853
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	523	1.635.537	177.400	1.813.460
Passivos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado (derivativos)	-	417.861	-	417.861

	Individual			
	31/12/2025			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros a valor justo através do resultado (VJR)	492.331	7.881.867	2.699.950	11.074.148
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	505	1.879.918	182.744	2.063.167
Passivos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado (derivativos)	-	2.245.844	-	2.245.844

	Consolidado			
	31/03/2026			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros a valor justo através do resultado (VJR)	804.140	6.018.547	3.425.691	10.248.378
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	523	1.635.537	177.400	1.813.460
Passivos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado (derivativos)	-	417.861	-	417.861

	Consolidado			
	31/12/2025			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros a valor justo através do resultado (VJR)	578.626	6.887.635	2.699.950	10.166.211
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	505	1.879.918	182.744	2.063.167
Passivos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado (derivativos)	-	2.245.844	-	2.245.844

Movimentação de Valor Justo de Nível 3

	Individual e Consolidado					
	31/03/2026			31/12/2025		
	Valor Justo em 31/12/2025	Adições, liquidações, ganhos/perdas e outras movimentações	Valor Justo em 31/03/2026	Valor Justo em 01/01/2025	Adições, liquidações, ganhos/perdas e outras movimentações	Valor Justo em 31/12/2025
Ativos financeiros a valor justo através do resultado (VJR)	2.699.950	725.741	3.425.691	1.917.397	782.553	2.699.950
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	182.744	(5.344)	177.400	90.385	92.359	182.744

f) Valor justo dos instrumentos financeiros

	31/03/2026		31/12/2025	
	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos				
Aplicações Interfinanceiras de liquidez ⁽ⁱ⁾	1.275.399	1.275.399	865.221	865.221
Títulos e valores mobiliários ⁽ⁱⁱ⁾	6.068.269	6.512.959	5.371.116	5.778.543
Operações de crédito ⁽ⁱⁱⁱ⁾	11.353.876	11.273.222	10.735.246	10.054.531
Outros créditos ⁽ⁱⁱⁱ⁾	279.275	279.275	291.996	291.996
Total de ativos financeiros	18.976.819	19.340.855	17.263.579	16.990.291
Passivos				
Depósitos à vista ^(iv)	89.024	89.024	81.919	81.919
Depósitos interfinanceiros ^(iv)	1.034.906	1.051.895	527.540	538.430
Depósitos a prazo ^(v)	16.193.811	16.324.101	14.780.548	14.911.580
Captação no mercado aberto ⁽ⁱⁱ⁾	6.357.623	6.357.623	4.681.536	4.681.536
Recursos de aceites e emissão de títulos ^(v)	4.635.296	4.801.068	4.756.864	4.837.331
Obrigação por empréstimos e repasses ^(v)	661.415	661.415	197.494	197.494
Dívida subordinada ^(v)	873.749	801.156	1.047.668	773.274
Total de passivos financeiros	29.845.824	30.086.282	26.073.569	26.021.564

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

- (i) O valor justo das aplicações interfinanceiras de liquidez se aproxima substancialmente do seu valor contábil.
- (ii) O valor justo dos títulos e valores mobiliários e captação no mercado aberto reflete o seu valor contábil, exceto os títulos classificados na categoria "custo amortizado".
- (iii) Operações de crédito e outros ativos financeiros são mensurados líquidos da provisão para riscos de perda de crédito. O valor justo dessas operações representa o valor descontado de fluxos de caixa futuros que se espera receber. Os fluxos de caixa esperados são descontados a taxas correntes do mercado para determinar seu valor justo.
- (iv) O valor justo estimado dos depósitos à vista e interfinanceiros se aproxima substancialmente do seu valor contábil.
- (v) O valor justo estimado dos depósitos a prazo e os outros empréstimos sem cotação no mercado ativo é baseado em fluxos de caixa descontados utilizando-se taxas de juros para novas dívidas com prazos de vencimento similares.

g) Renegociações e Reestruturações

Conforme Resolução BCB nº 352/23, são classificados como renegociação e reestruturação conforme abaixo:

Renegociação: acordo que implique alteração das condições originalmente pactuadas do instrumento ou a substituição do instrumento financeiro original por outro, com liquidação ou refinanciamento parcial ou integral da respectiva obrigação original;

Reestruturação: renegociação que implique concessões significativas à contraparte, em decorrência da deterioração relevante de sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração;

O Banco possui mecanismos e controles para monitoramento de alterações nas condições originalmente pactuadas, por ativo financeiro. Uma avaliação deve ser realizada para determinar se os termos do novo contrato são substancialmente diferentes dos termos do acordo existente. Esta avaliação considera tanto a mudança nos fluxos de caixa decorrente dos termos renegociados como a mudança no perfil de risco do instrumento.

No caso de reestruturação de ativos financeiros, o valor contábil bruto do instrumento deve ser reavaliado para representar o valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados, descontados pela taxa de juros efetiva originalmente contratada. No caso de renegociação de instrumentos financeiros não caracterizada como reestruturação, a instituição deve reavaliar o instrumento para que passe a representar o valor presente dos fluxos de caixa descontados pela taxa de juros efetiva, conforme as condições contratuais renegociadas.

O Pine reconhece um ativo financeiro, como, por exemplo, uma operação de crédito concedido a cliente, quando os termos e condições da operação forem reestruturados em uma extensão que, substancialmente, torne uma nova operação.

A nova operação reconhecida é classificada no mesmo estágio na qual a operação anterior estava classificada, a não ser que seja determinada como uma operação originada com problemas de recuperação de crédito.

Fica facultado, até 31 de dezembro de 2026, o uso da taxa de juros efetiva repactuada para a apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados. O Banco optou por aderir a faculdade e apresenta os saldos reestruturados conforme as condições renegociadas.

h) Desreconhecimento de ativos financeiros

Conforme determinado pela Resolução CMN nº 4.966/21, a baixa de um ativo financeiro se dá quando os direitos contratuais ao fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou quando ocorrer a venda ou a transferência deste ativo financeiro. O desreconhecimento ocorre quando não há mais expectativa de recuperação.

A venda ou a transferência de um ativo financeiro deve ser classificada nas seguintes categorias:

- Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios: o cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (i) venda incondicional do ativo financeiro; (ii) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de recompra pelo valor justo desse ativo no momento da recompra; e (iii) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja improvável de ocorrer;

- Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios: o cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (i) venda do ativo financeiro em conjunto com compromisso de recompra do mesmo ativo a preço fixo ou o preço de venda adicionado de quaisquer rendimentos; (ii) contratos de empréstimo de títulos e valores mobiliários; (iii) venda do ativo financeiro em conjunto com contrato de swap de taxa de retorno total que transfira a exposição ao risco de mercado de volta ao cedente; (iv) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja provável de ocorrer; e (v) venda de recebíveis para os quais o vendedor ou o cedente garanta por qualquer forma compensar o comprador ou o cessionário pelas perdas de crédito que venham a ocorrer, ou cuja venda tenha ocorrido em conjunto com a aquisição de cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC); e

- Operações sem transferência ou retenção substancial dos riscos e benefícios: devem ser classificadas as operações em que o cedente não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação.

- Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação relacionada a esse passivo é perdoada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro de uma mesma contraparte com termos diferentes ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como desreconhecimento do passivo original e reconhecimento de um novo passivo. A diferença entre o valor contábil do passivo original e o montante pago é reconhecida no resultado.

i) Provisão para perda associada ao risco de crédito

(i) Visão geral dos princípios utilizados na determinação nas perdas associadas ao risco de crédito:

Conforme a Resolução CMN nº 4.966/21, as instituições financeiras enquadradas nos Segmentos S1 a S3, bem como aquelas integrantes de conglomerados prudenciais enquadrados nesses segmentos, devem adotar a metodologia completa de perdas esperadas para fins de mensuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Considerando que o Banco Pine está classificado no Segmento S3, é requerida a adoção dessa metodologia.

O Pine registra provisão de perdas associadas ao risco de crédito para seus empréstimos e adiantamento a clientes, demais instrumentos de dívida não mensurados ao VJR e para as garantias financeiras, que nesta seção serão todos considerados como "instrumentos financeiros sujeitos a perdas associadas ao risco de crédito".

A provisão para perda esperada associadas ao risco de crédito é baseada na expectativa de perdas para 12 meses quando não há aumento significativo de risco, deste modo, mensurado no estágio 1. A provisão para perda esperada baseada na expectativa de perdas de crédito ao longo da vida útil do ativo é mensurada para os estágios 2 e 3.

A perda esperada 12 meses e a perda esperada ao longo da vida são calculadas tanto em bases individuais como em bases coletivas, dependendo da natureza da carteira dos instrumentos financeiros. A política de agrupamento dos ativos financeiros cujas perdas esperadas são determinadas em bases coletivas.

O Pine estabelece uma revisão periódica para avaliar e monitorar o aumento significativo de riscos desde o seu reconhecimento inicial, considerando a mudança no risco de inadimplência ocorrer ao longo da vida remanescente do instrumento financeiro.

Baseado no processo acima, o Pine distribui seus instrumentos financeiros em estágios (Estágio 1, Estágio 2 e Estágio 3), conforme descrito abaixo:

Estágio 1: quando os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos, o Pine reconhece uma provisão baseada em perda esperada de 12 meses. No Estágio 1 também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 2.

Estágio 2: quando um instrumento financeiro mostrou um aumento significativo no risco de crédito desde a sua originação, o Pine registra uma provisão para perda esperada ao longo da vida. Estágio 2 também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 3.

Estágio 3: Os instrumentos financeiros classificados como com problemas de recuperação são objeto de registro de provisão para perda esperada e reconhecimento de perdas incorridas, conforme aplicável, em conformidade com os critérios e os limites mínimos definidos na Resolução BCB nº 352/2023, sendo considerado o maior valor entre os métodos.

Adicionalmente ao reconhecimento da provisão para perdas esperadas, o Banco reconhece perdas incorridas quando o ativo financeiro é classificado como inadimplido, em função de evidências objetivas de deterioração na qualidade de crédito que impactem de forma mensurável os fluxos de caixa futuros estimados.

Um ativo financeiro é considerado inadimplido quando atender a uma ou mais das seguintes condições:

- atraso superior a 90 dias no pagamento do principal ou encargos;
- existência de evidências relacionadas a falência, liquidação ou recuperação judicial da contraparte; ou
- ocorrência de revisão ou reestruturação do ativo financeiro com concessão significativa à contraparte, caracterizando deterioração relevante na qualidade de crédito.

Cálculo das perdas esperadas

O Pine calcula perda esperada para mensurar a insuficiência de caixa esperada, descontada a valor presente. Uma insuficiência de caixa é a diferença entre os fluxos de caixa devidos por outra entidade de acordo com o contrato da operação e os fluxos de caixa que a entidade espera receber.

Os mecanismos de cálculo de perda esperada são descritos abaixo e seus principais elementos são:

O modelo de perda de crédito esperada está baseado na constituição de cenários de perda considerando as características dos produtos e seus estágios para os índices de probabilidade de inadimplência (PD), perda em caso de inadimplência (LGD) e exposição no momento do default (EAD). A mensuração da perda esperada se realiza através do cálculo utilizando-se esses parâmetros, podendo haver distinções em casos de instrumentos com limites a consumir e instrumentos parcelados. Para a estimativa dos parâmetros mencionados acima, o Pine tem aplicado a sua experiência no desenvolvimento de modelos internos para o cálculo dos parâmetros tanto para fins do ambiente regulatório, quanto para gestão interna.

O período máximo para o qual as perdas de crédito são determinadas é o prazo contratual do instrumento financeiro, a não ser que o Pine tenha o direito legal de liquidar antecipadamente.

Os mecanismos para determinação de perda esperada são descritos a seguir:

Estágio 1: O Pine calcula a provisão de perda esperada de 12 meses baseado na expectativa de ocorrência de inadimplência nos 12 meses seguintes à data de reporte. Essas probabilidades de ocorrência de inadimplência em 12 meses são aplicadas sobre a provisão de exposição no momento do default (EAD) e multiplicada pela perda em caso de inadimplência (LGD) esperada descontada a valor presente.

Estágio 2: Na ocorrência de aumento significativo no risco de crédito desde a sua originação, o Pine reconhece uma provisão de perda esperada. Os mecanismos são similares aos explicados acima, mas as probabilidades de inadimplência (PD) e perda em caso de inadimplência (LGD) são estimadas ao longo da vida do instrumento. A expectativa de insuficiência de caixa é descontada a valor presente.

Estágio 3: para operações consideradas com problemas de recuperação, o Pine reconhece as perdas de crédito esperadas ao longo da vida dessas operações. O método é similar ao utilizada para as operações do Estágio 2, no entanto a probabilidade de inadimplência (PD) determinada em 100%.

Limites de crédito: ao estimar a perda esperada para limites de crédito não utilizados, o Pine estima a parcela do limite concedido que será utilizado ao longo de sua vida. A perda esperada é então baseada no valor presente da insuficiência de fluxos de caixa se o limite for utilizado. A insuficiência de caixa esperada é descontada a valor presente.

(ii) Instrumentos de dívida mensurados ao VJORA

A PE de instrumentos de dívida mensurados ao VJORA não reduz o valor contábil desses ativos financeiros, que permanecem ao valor justo. Ao invés disso, o valor da perda esperada é reconhecido em outros resultados abrangentes tendo como contrapartida o resultado. A perda acumulada reconhecida em outros resultados abrangentes é transferida para o resultado no momento do desreconhecimento dos ativos.

(iii) Garantias financeiras prestadas (avais e fianças)

A insuficiência de caixa das garantias prestadas é a diferença entre (i) os desembolsos esperados para reembolsar o beneficiário da garantia, com o propósito de cobrir a sua perda de crédito incorrida (valor garantido) e (ii) qualquer valor que a entidade espera recuperar junto ao solicitante da garantia financeira, que normalmente é um de seus clientes (valor passível de recuperação).

(iv) Informações prospectivas

Nos modelos de perda esperada, o Banco utiliza uma série de informações macroeconômicas prospectivas, como:

- PIB;
- CDI.

O Pine realizou análises históricas e identificou as principais variáveis macroeconômicas que afetam o risco de crédito de probabilidade de inadimplência (PD) e as perdas de crédito esperadas para cada carteira. O impacto dessas variáveis econômicas na probabilidade de inadimplência (PD) foi determinado utilizando uma análise de regressão estatística para entender as mudanças de impacto que essas variáveis têm historicamente nas taxas de inadimplência.

Assim como ocorre com qualquer previsão econômica, as projeções e probabilidades de ocorrências estão sujeitas a estimativas e, portanto, podem sofrer variações, contudo o Pine considera que essas projeções representam a melhor estimativa dos possíveis resultados.

(v) Perdas esperadas para ativos com baixo risco de crédito (low default portfolio – LDP)

Para determinar se o instrumento financeiro tem baixo risco de crédito, o Pine utiliza suas classificações de risco de crédito internas ou outras metodologias consistentes com definição globalmente aceitas de baixo risco de crédito considerando os riscos e o tipo de instrumentos financeiros que está sendo avaliado. A classificação independente de grau de investimento é um exemplo de instrumento financeiro que pode ser considerado como de baixo risco de crédito.

Contudo, determinados instrumentos financeiros não são obrigados a serem classificados externamente para serem considerados de baixo risco de crédito. O Pine pode considerar como sendo de baixo risco de crédito do ponto de vista de participante de mercado, levando-se em conta todos os termos e condições do instrumento financeiro. Atualmente, o Pine considera ativos financeiros de baixo risco de crédito os títulos públicos federais e os títulos privados, classificados como investment grade pelas agências de rating na visão local.

Para os ativos financeiros considerados como baixo risco de crédito, a Resolução nº 4.966 determina que não é necessário avaliar se houve ou não aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, sendo que essas operações serão inicialmente alocadas no Estágio 1 (perda esperada para 12 meses) e se, porventura, vierem a apresentar inadimplência, serão migradas automaticamente para o estágio 3, onde as perdas esperadas serão reconhecidas pela vida do contrato (perda esperada).

J) Instrumentos Financeiros Derivativos

De acordo com a Resolução 4.966/21, os instrumentos financeiros derivativos, ou seja, cujo valor varia em decorrência de mudanças em determinada taxa de juros, preço de outro instrumento financeiro, preço de mercadoria, taxa de câmbio, índice de bolsa de valores, índice de preço, índice ou classificação de crédito, e que não requer investimento líquido inicial ou o investimento líquido inicial é pequeno em relação ao valor do contrato e cuja liquidação ocorrerá em data futura.

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com o modelo de negócios do Pine, na data do início da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção contra risco (hedge) ou não. Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros e que sejam: (i) altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato; e (ii) considerados efetivos na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como hedge de acordo com sua natureza:

- Hedge de risco de mercado - os ativos e passivos financeiros objetos de hedge e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações reconhecidas no resultado do período;

- Hedge de fluxo de caixa - os ativos e passivos financeiros objeto de hedge e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações, deduzidas dos efeitos tributários, reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajustes de avaliação patrimonial". A parcela não efetiva do hedge é reconhecida diretamente no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de hedge contábil estabelecidos pelo Bacen, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor de mercado, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.

k) Ativos não financeiros mantidos para venda

Outros valores e bens referem-se, principalmente, ativos não financeiros mantidos para venda, compostos basicamente por imóveis recebidos em dação de pagamento. Os ativos não financeiros mantidos para venda são geralmente registrados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil, na data em que forem classificados nessa categoria e não são depreciados, avaliando eventual redução de seu valor recuperável periodicamente (nota 3.o). O Pine considera na mensuração do valor recuperável desses ativos, laudos de avaliação elaborados por avaliadores externos, bem como avaliações internas a partir de premissas estabelecidas pela Administração.

l) Despesas antecipadas

São controladas por contrato e contabilizadas na rubrica de "Despesas antecipadas". A apropriação dessa despesa ao resultado do período é efetuada de acordo com o prazo de vigência dos contratos e registrada na rubrica "Outras despesas administrativas".

m) Outros ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de realização.

n) Investimento em participações em coligadas e controladas, imobilizado de uso e Intangível

É demonstrado ao custo, combinado com os seguintes aspectos:

- A participação em controladas e coligadas é avaliada pelo método da equivalência patrimonial;
- A participação em não controladas é avaliada pelo método de custo;
- Os bens do ativo imobilizado correspondem aos bens e direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade. A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplem a vida útil e econômica dos bens; e
- O ativo intangível corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

o) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

É reconhecida uma perda por impairment se o valor contabilizado de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por impairment são reconhecidas no resultado do período. Os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários são revisados, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por impairment.

p) Investimentos mantidos para venda

As participações societárias detidas pelo Banco na Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário SPE Ltda., Pine Ativos Imobiliários SPE Ltda. e Pine 1 Desenvolvimento Participações Ltda. estão apresentados como investimentos mantidos para venda, considerando o modelo de negócios determinado pela administração do Banco em relação a essas empresas, aprovado pelo Conselho de Administração. Espera-se que até março de 2028 se conclua a transação de venda. Os ativos e passivos dessas empresas estão apresentados na nota 2. Esses investimentos mantidos para venda estão registrados pelo menor valor entre o seu valor justo e seu valor de custo no momento desta classificação.

q) Operações compromissadas

Compra (venda) de ativos financeiros com base em um contrato de revenda (recompra) a preço fixo são reconhecidas no Balanço Patrimonial como financiamento concedido (recebido), com base na natureza do devedor (credor), sob as rubricas "Aplicações interfinanceiras de liquidez" e "Captações no mercado aberto".

r) Outros passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos até as datas dos balanços.

s) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, e Carta-Circular Bacen nº 3.429/10, revogada pela Instrução Normativa nº 319/22 a partir de 1º de janeiro de 2023, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, da seguinte forma:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- Contingências passivas: É determinada a probabilidade de quaisquer julgamentos ou resultados desfavoráveis destas ações, assim como do intervalo provável de perdas. A determinação da provisão necessária para essas contingências é feita após análise de cada ação e com base na opinião dos seus assessores legais. Estão provisionadas as contingências para aquelas ações que julgamos como provável a probabilidade de perda. As provisões requeridas para essas ações podem sofrer alterações no futuro devido às mudanças relacionadas ao andamento de cada ação. As ações que julgamos como possíveis a probabilidade de perda não são provisionadas, havendo apenas a divulgação das ações relevantes e, para as provisões cujo risco de perda é remota não é requerida divulgação. Os processos são avaliados de forma recorrente e a probabilidade de perda envolve elevado nível de julgamento, entre eles a perda histórica, incluindo quando necessário, o apoio de assessores jurídicos; e
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias): referem-se a processos administrativos ou judiciais relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou a constitucionalidade. Os processos são avaliados de forma recorrente e a probabilidade de perda envolve elevado nível de julgamento, entre eles a perda histórica, incluindo quando necessário, o apoio de assessores jurídicos.

No caso da ocorrência de decisões favoráveis ao Pine com trânsito em julgado, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.

t) Provisão para imposto de renda e contribuição social

As provisões para imposto de renda e contribuição social são constituídas às alíquotas vigentes, sendo: imposto de renda 15%, acrescidos de adicional de 10% para o lucro tributável excedente a R\$240 (no exercício), e contribuição social de 20% (Banco), 15% (DTVM) e 9% (demais empresas).

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre o prejuízo fiscal, base negativa e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e a liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na nota explicativa 10.d, está baseada em projeções de resultados para os próximos 10 anos e fundamentada em estudo técnico que inclui julgamentos e premissas.

u) Participações sobre o lucro no período

O Pine possui um programa próprio de participação nos lucros e resultados atrelado e homologado pelo PPLR do Sindicato dos Bancários.

As premissas gerais deste programa consistem em: (a) Desempenho das unidades de negócios; (b) Formação de fundo para distribuição em todos os níveis da organização; e (c) Avaliação de competências e cumprimento de metas nas áreas de apoio. Essas despesas foram registradas na rubrica de "Participações sobre o lucro no período" pelo período de competência.

v) Lucro líquido por ação

Lucro básico por ação

O resultado básico por ação deve ser calculado dividindo-se o lucro líquido (prejuízo) atribuível aos titulares de ações da companhia, o numerador, pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas, excluídas as mantidas em tesouraria, o denominador, durante o período.

Lucro diluído por ação

Para a finalidade de calcular o resultado diluído por ação, a companhia deve ajustar o lucro ou o prejuízo atribuível aos titulares de ações ordinárias, o capital próprio ordinário, da companhia, bem como o número médio ponderado de ações totais em poder dos acionistas, em circulação, para refletir os efeitos de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.

Os resultados básico e diluído por ação são iguais e são apresentados de maneira unificada, com a segregação entre ações ordinárias e preferenciais, na Demonstração do Resultado e está indicado como "Lucro Líquido Básico e Diluído por Ação em Número Médio Ponderado de Ações".

w) Uso de estimativas

A preparação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas requer que o Pine efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de certos ativos, passivos, receitas e despesas e outras transações, tais como valor justo de ativos financeiros e derivativos e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; determinação de prazo para realização dos créditos tributários; constituição e reversão de provisões para passivos contingentes; valor de mercado de ativos não financeiros mantidos para a venda; e classificação de ativos financeiros mantidos até o vencimento. Os valores reais podem diferir dessas estimativas.

x) Alterações na Forma de Dedutibilidade Fiscal de Perdas

A lei 14.467/22, publicada em 17 de novembro de 2022, altera as regras relacionadas a dedução das perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (a lei 9.430/96 deixa de ser aplicável às Instituições Financeiras a partir de 01 de janeiro de 2025). Tais alterações tiveram como objetivo a aproximação das normas tributária e contábil, com vistas a aprimorar a divulgação dos ativos fiscais diferidos registrados nos balanços das instituições financeiras.

Regras para dedutibilidade de operações inadimplidas:

- O atraso para considerar a operação como inadimplida e passível de dedutibilidade fiscal será acima de 90 dias em relação ao pagamento do principal ou de encargos, independentemente da data da contratação;
- O valor da perda dedutível deverá ser apurado mensalmente, limitado ao valor total do crédito, seguindo as seguintes regras:

Aplicação do fator "A" sobre o valor total do crédito a partir do mês em que a operação for considerada inadimplida;

Mais o valor resultante da aplicação do fator "B" multiplicado pelo número de meses de atraso, a partir do mês em que a operação foi considerada inadimplida, sobre o valor total do crédito;

Menos os montantes já deduzidos em períodos de apuração anteriores.

Encargos financeiros dos créditos: Deverão ser excluídos da base de cálculo do IRPJ e da CSLL os encargos financeiros sobre as perdas incorridas no recebimento de créditos e reconhecidos contabilmente como receitas de operações inadimplidas ou após a data da decretação da falência ou do deferimento da recuperação judicial do devedor. No período em que se tornarem disponíveis para a pessoa jurídica, para os fins legais, deverão ser adicionados.

Recuperação de Créditos: Deverão ser computados na base de cálculo do IRPJ e da CSLL o montante dos créditos deduzidos que tenham sido recuperados, em qualquer época ou a qualquer título, inclusive nos casos de novação da dívida ou do arresto dos bens recebidos em garantia real. Conforme diretrizes estabelecidas na Lei 14.467/22, caberá a Companhia realizar a dedução na razão de 1/84 para cada mês do período de apuração, a partir de janeiro de 2026, referente as diferenças temporárias relacionadas a perdas de operações de crédito adicionadas à base do lucro real até dezembro/24 ainda não deduzidas, acrescidas dos créditos indedutíveis a depender da base tributável de 2025.

Perdas não dedutíveis: Ampliou o conceito para controladores, seja PJ ou PF; diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais (inclui cônjuge, companheiro e parentes, ou afins, até o segundo grau, quando PF); PF com participação societária, direta ou indireta, no capital do credor igual a 15% ou mais das ações ou quotas em seu capital; PJ controladas, coligadas, sobre as quais haja controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária, ou possuam diretor ou membro de conselho de administração em comum; adicionalmente, proibiu a dedução de créditos nas operações com residentes ou domiciliados no exterior.

Os efeitos e expectativa de realização do crédito tributário estão apresentados na nota explicativa nº 10.d.

y) Resultado não recorrente

A Resolução BCB nº 2/20 estabeleceu que considera-se resultado não recorrente, o resultado que:

- I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e
- II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

O resultado não recorrente do Pine, está evidenciado na Nota 26.d, de forma segregada.

z) Eventos subsequentes

Corresponde ao evento ocorrido entre a data-base das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas e a data na qual foi autorizada a emissão dessas demonstrações e são compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas.

Os eventos subsequentes estão evidenciados na Nota 27.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Individual		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Disponibilidades ⁽¹⁾	48.380	38.696	115.128	89.895
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5) ⁽²⁾	968.479	567.278	968.479	567.278
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	1.016.859	605.974	1.083.607	657.173

(1) Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, referem-se, substancialmente, a depósitos no exterior em moedas estrangeiras.

(2) Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, referem-se a operações cujo vencimento na data efetiva da aplicação foi igual ou inferior a 90 dias.

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, as aplicações interfinanceiras de liquidez são ativos financeiros mensurados ao valor justo compostos conforme abaixo:

Papéis/Vencimento	Individual e Consolidado					
	31/03/2026			31/12/2025		
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total
Aplicações em operações compromissadas						
LTN - Letras do Tesouro Nacional	193.499	-	193.499	200.110	-	200.110
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	249.994	-	249.994	-	-	-
NTN - Notas do Tesouro Nacional	500.000	-	500.000	321.499	-	321.499
Total de aplicações em operações compromissadas	943.493	-	943.493	521.609	-	521.609
Aplicações em depósitos interfinanceiros						
Certificados de depósitos interfinanceiros - CDI Pós	-	10.091	10.091	-	10.091	10.091
Depósitos vinculados ao Crédito Rural	-	296.829	296.829	-	287.852	287.852
Total de aplicações em depósitos interfinanceiros	-	306.920	306.920	-	297.943	297.943
Aplicações em moedas estrangeiras						
Aplicações em moedas estrangeiras	24.986	-	24.986	45.669	-	45.669
Total de aplicações em moedas estrangeiras	24.986	-	24.986	45.669	-	45.669
Total de aplicações interfinanceiras de liquidez	968.479	306.920	1.275.399	567.278	297.943	865.221

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Títulos e valores mobiliários

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025 a carteira de títulos e valores mobiliários são compostas conforme abaixo:

	Valor de Mercado/Contábil							31/03/2026			Individual		
								Total			31/12/2025		
	Vencidos	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total	Valor de Curva	Marcação a Mercado	Valor de Mercado/Contábil	Valor de Curva	Marcação a Mercado
Ativos financeiros mensurados ao VJR ⁽¹⁾													
Títulos públicos	-	-	-	-	-	-	4.150.511	4.150.511	4.107.147	43.364	4.287.685	4.165.702	121.983
NTN - Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-	4.150.511	4.150.511	4.107.147	43.364	4.287.685	4.165.702	121.983
Títulos privados	-	723.653	-	-	-	670.772	2.589.042	3.983.467	3.983.467	-	2.830.589	2.830.589	-
Ações de companhias abertas	-	765	-	-	-	-	-	765	765	-	691	691	-
Cotas de fundo de investimentos	-	722.888	-	-	-	-	-	722.888	722.888	-	491.640	491.640	-
Debêntures ⁽²⁾	-	-	-	-	-	670.772	2.589.042	3.259.814	3.259.814	-	2.338.258	2.338.258	-
Total de ativos financeiros mensurados ao VJR	-	723.653	-	-	-	670.772	6.739.553	8.133.978	8.090.614	43.364	7.118.274	6.996.291	121.983
Ativos financeiros mensurados ao VJORA													
Títulos públicos	-	-	-	-	-	523	-	523	520	3	505	503	2
LFT - Letras financeiras do tesouro	-	-	-	-	-	523	-	523	520	3	505	503	2
Títulos privados	67.102	-	122.956	340.436	583.890	620.160	78.393	1.812.937	1.812.987	(50)	2.062.662	2.062.733	(71)
Eurobonds	-	-	3.492	-	-	-	-	3.492	3.542	(50)	3.608	3.679	(71)
Debêntures ^{(3) (4)}	-	-	119.464	268.887	252.373	47.790	54.879	743.393	743.393	-	887.923	887.923	-
Certificado de recebíveis agronegócio	-	-	-	276	13.260	-	7.301	20.837	20.837	-	22.408	22.408	-
Certificado de recebíveis imobiliários	-	-	-	-	32.880	28.862	16.213	77.955	77.955	-	76.205	76.205	-
Cédula do Produto Rural ⁽⁴⁾	67.102	-	-	71.273	285.377	543.508	-	967.260	967.260	-	1.072.518	1.072.518	-
Total de ativos financeiros mensurados ao VJORA	67.102	-	122.956	340.436	583.890	620.683	78.393	1.813.460	1.813.507	(47)	2.063.167	2.063.236	(69)
Ativos financeiros mensurados ao CA													
Títulos públicos	-	-	-	2.603.532	726.277	61.677	-	3.391.486	3.391.486	-	3.472.813	3.472.813	-
NTN - Notas do tesouro nacional	-	-	-	2.603.532	726.277	61.677	-	3.391.486	3.391.486	-	3.472.813	3.472.813	-
Títulos privados	254.112	-	82.023	509.589	1.371.640	889.185	14.924	3.121.473	3.121.473	-	2.305.730	2.305.730	-
Eurobonds	-	-	-	-	622.158	-	-	622.158	622.158	-	-	-	-
Cédula do Produto Rural ⁽⁴⁾	41.697	-	-	73.968	494.105	310.277	14.924	934.971	934.971	-	295.569	295.569	-
Nota comercial ⁽⁴⁾	212.415	-	82.023	435.621	255.377	578.908	-	1.564.344	1.564.344	-	2.010.161	2.010.161	-
Total de ativos financeiros mensurados ao CA	254.112	-	82.023	3.113.121	2.097.917	950.862	14.924	6.512.959	6.512.959	-	5.778.543	5.778.543	-
Total de títulos e valores mobiliários	321.214	723.653	204.979	3.453.557	2.681.807	2.242.317	6.832.870	16.460.397	16.417.080	43.317	14.959.984	14.838.070	121.914

No período findo em 31 de março de 2026 e exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve reclassificação entre categorias.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários registrados na categoria "VJORA" e "VJR" foi apurado com base em preços e taxas praticados em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, divulgados pela Anbima - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão e pelas Agências Internacionais de Informações, quando disponíveis ou por metodologia própria que considera a utilização mais ampla possível de dados observáveis. Em 31 de março de 2026, a marcação a mercado dos títulos registrados na categoria "títulos mensurados a VJORA" possui um ajuste negativo acumulado no montante de R\$76 no Individual e no Consolidado, registrados no patrimônio líquido do Banco Pine, líquidos dos efeitos tributários (ajuste negativo acumulado de R\$83 no Individual e no Consolidado em 31 de dezembro de 2025). A marcação a mercado dos títulos registrados na categoria "títulos mensurados a VJR" resultou em um ajuste positivo no montante de R\$43.364 no Individual e no Consolidado (ajuste positivo no montante de R\$121.983 no Individual e no Consolidado em 31 de dezembro de 2025), registrados no resultado.

b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	Individual		Consolidado	
	01/01 a 31/03/2026	01/01 a 31/03/2025	01/01 a 31/03/2026	01/01 a 31/03/2025
Receitas (Despesas) de operações com títulos de renda fixa	372.270	345.906	365.261	345.949
Receitas (Despesas) de operações com títulos de renda variável	803	18.167	803	18.168
Instrumentos patrimoniais - fundos	14.279	14.937	20.160	14.937
Total	387.352	379.010	386.224	379.054

c) Instrumentos financeiros derivativos

i) Política de utilização

O crescente nível de sofisticação das empresas em um mercado globalizado, ocasionou um aumento na demanda por instrumentos financeiros derivativos para gerenciamento dos riscos de mercado dos seus balanços, resultantes de flutuações em taxas de juros, câmbio, commodities e demais preços de ativos. Para atender esta demanda o Pine oferece alternativas de mitigação de riscos de mercado aos seus clientes, através de instrumentos adequados.

ii) Gerenciamento

O controle de gerenciamento de risco das carteiras é efetuado utilizando-se de metodologias, tais como: VaR, Sensibilidade, Risco de Crédito e Cenários de stress. Com base nessas informações, as Mesas de Tesouraria providenciam os instrumentos financeiros derivativos necessários, em conformidade com a política de riscos de mercado e de crédito, previamente definidas pelo Pine. As operações de derivativos efetuadas pelo Pine junto a clientes são neutralizadas de modo a eliminar os riscos de mercado.

A comercialização de instrumentos financeiros derivativos junto a clientes é precedida da aprovação de limites de crédito. O processo de aprovação dos limites considera, dentre outras variáveis, os potenciais cenários de stress dos ativos objetos.

O conhecimento do cliente, a avaliação do setor em que atua, seu perfil de apetite a riscos, acompanhada da prestação de informações sobre os riscos envolvidos na operação e sobre as condições negociadas, asseguram a transparência na relação entre as partes e permitem que se ofereça ao cliente o produto mais adequado às suas necessidades.

A maior parte dos contratos de derivativos negociados pela Instituição com clientes no Brasil refere-se a operações de swap, termos, opções e futuros, registradas na B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão. No exterior, realizam-se operações com contratos de derivativos de futuros, termos, opções, swap com registro principalmente nas Bolsas de Chicago, Nova York e Londres, incluindo operações de balcão, de menor relevância, em relação ao total das exposições do Pine.

Como principais fatores de riscos de mercado monitorados pelo Pine, destacam-se os de natureza cambial, oscilação de taxa de juros local (Pré, TR, IGP-M, TJLP, IPCA), cupom cambial e commodities. O Pine vem atuando de forma conservadora, minimizando as exposições por fatores de risco bem como os descasamentos de prazo da carteira.

iii) Critérios de avaliação e mensuração, métodos e premissas utilizados na apuração do valor de mercado

Para a apuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos, o Pine utiliza as taxas referenciais de mercado divulgadas principalmente pela B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão, *Intercontinental Exchange - ICE* e *Bloomberg*. Para derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, os preços justos são obtidos por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos. Nesta situação, encontram-se os derivativos de balcão, contratos a termos e títulos pouco líquidos.

iv) Valores registrados em contas patrimoniais e de compensação, segregados nas categorias indexador, contraparte, local de negociação, valores de referência, faixas de vencimento, valores de custo e de mercado

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, as posições dos instrumentos financeiros derivativos são as seguintes:

Instrumentos financeiros derivativos	31/03/2026			Individual e Consolidado 31/12/2025		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
ATIVO						
Swap - diferencial a receber	31.209	139.276	170.485	999.256	131.664	1.130.920
Contratos a termo - a receber	126.071	4	126.075	60.187	2.833	63.020
Prêmios de opções a exercer	61.721	784	62.505	18.978	1.360	20.338
Câmbio comprado a liquidar	325	-	325	1.445	-	1.445
Direito sobre vendas de câmbio	4.476	-	4.476	860	-	860
Futuros	8.791	99.527	108.318	25.380	13.961	39.341
Total a receber	232.593	239.591	472.184	1.106.106	149.818	1.255.924
PASSIVO						
Swap - diferencial a pagar	(5.126)	(98.440)	(103.566)	(2.139.166)	(12.965)	(2.152.131)
Contratos a termo - a pagar	(105.447)	(25.107)	(130.554)	(26.679)	(18.432)	(45.111)
Prêmios de opções lançadas	(50.050)	(8.587)	(58.637)	(1.709)	(4.216)	(5.925)
Câmbio vendido a liquidar	(217)	-	(217)	(464)	-	(464)
Obrigações por compra de vendas de câmbio	(8.050)	-	(8.050)	(2.110)	-	(2.110)
Futuros	(17.467)	(99.370)	(116.837)	(27.820)	(12.283)	(40.103)
Total a pagar	(186.357)	(231.504)	(417.861)	(2.197.948)	(47.896)	(2.245.844)
Valor líquido	46.236	8.087	54.323	(1.091.842)	101.922	(989.920)

v) Instrumentos financeiros derivativos por indexador

Swap	31/03/2026				Individual e Consolidado 31/12/2025			
	Valor de Referência	Valor a Receber	Valor a Pagar	Resultado	Valor de Referência	Valor a Receber	Valor a Pagar	Resultado
Risco de mercado								
Posição ativa:	9.618.308	169.234	-	5.314.175	1.129.431	-	-	-
Juros	8.551.822	150.600	-	4.718.177	1.104.503	-	-	-
Moeda	1.066.486	18.634	-	595.998	24.928	-	-	-
Posição passiva:	9.618.308	-	(103.216)	5.314.175	-	(2.152.131)	-	-
Juros	8.454.593	-	(103.216)	4.290.079	-	(2.152.064)	-	-
Moeda	1.112.431	-	-	1.024.096	-	(67)	-	-
Commodities	51.284	-	-	-	-	-	-	-
Valor líquido		169.234	(103.216)	(65.259)		1.129.431	(2.152.131)	(435.554)
Fluxo de Caixa								
Posição ativa:	30.000	1.251	-	30.000	1.489	-	-	-
Juros	15.000	1.251	-	15.000	1.179	-	-	-
Moeda	15.000	-	-	15.000	310	-	-	-
Posição passiva:	-	-	(350)	-	-	-	-	-
Juros	-	-	(350)	-	-	-	-	-
Valor líquido		1.251	(350)	-	1.489	-	-	-
Valor líquido de Swap		170.485	(103.566)	(65.259)		1.130.920	(2.152.131)	(435.554)

	31/03/2026				Individual e Consolidado			
	Valor de Referência		Valor a Receber		Valor de Referência		Valor a Receber	
	Resultado	Resultado	Resultado	Resultado	Resultado	Resultado	Resultado	
Contratos a termo								
Posição ativa:	9.619.724	126.075	-	-	5.318.285	63.020	-	-
Juros	4.938.006	44.604	-	-	3.056.860	41.848	-	-
Moeda	3.968.297	7.312	-	-	2.194.475	20.929	-	-
Commodities	713.421	74.159	-	-	66.950	243	-	-
Posição passiva:	9.619.724	-	(130.554)	-	5.318.285	-	(45.111)	-
Juros	4.659.602	-	(122.123)	-	2.261.426	-	(38.858)	-
Moeda	4.851.706	-	(7.363)	-	3.025.161	-	(3.585)	-
Commodities	108.416	-	(1.068)	-	31.698	-	(2.668)	-
Valor líquido		126.075	(130.554)	91.291		63.020	(45.111)	(215.397)
Opções								
Prêmios de opções a exercer	1.820.952	62.505	-	-	1.391.460	20.338	-	-
Juros	1.388.710	13.454	-	-	998.400	32	-	-
Moeda	185.136	26.959	-	-	389.010	1.497	-	-
Commodities	247.106	22.092	-	-	4.050	18.809	-	-
Prêmios de opções lançadas	2.743.877	-	(58.637)	-	1.883.900	-	(5.925)	-
Juros	1.452.828	-	(10.386)	-	998.400	-	-	-
Moeda	452.511	-	(21.840)	-	885.500	-	(5.914)	-
Commodities	838.538	-	(26.411)	-	-	-	(11)	-
Valor líquido		62.505	(58.637)	2.070		20.338	(5.925)	36.787
Câmbio								
Ativo	-	4.801	-	-	-	2.305	-	-
Câmbio comprado a liquidar	-	325	-	-	-	1.445	-	-
Direito sobre vendas de câmbio	-	4.476	-	-	-	860	-	-
Passivo	-	-	(8.267)	-	-	-	(2.574)	-
Câmbio vendido a liquidar	-	-	(217)	-	-	-	(464)	-
Obrigações por compra de vendas de câmbio	-	-	(8.050)	-	-	-	(2.110)	-
Valor líquido		4.801	(8.267)	(5.125)		2.305	(2.574)	(5.314)
Total a receber (pagar) e ganho (perda)		363.866	(301.024)	22.977		1.216.583	(2.205.741)	(619.478)

vi) Instrumentos financeiros derivativos - contratos de futuros

	31/03/2026				Individual e Consolidado			
	Valor de Referência		Ajuste diário a Receber (pagar)		Valor de Referência		Ajuste diário a Receber (pagar)	
	Compra	Venda	Resultado	Resultado	Compra	Venda	Resultado	Resultado
Mercado interfinanceiro ⁽¹⁾	5.229.454	40.008.366	(19.292)	-	14.121.711	13.236.393	(70.345)	-
Moeda	1.635.371	153.868	(14.584)	-	877.713	-	(3.880)	-
Cupom de IPCA	5.173.783	-	7.645	-	3.264.540	-	3.689	-
Cupom cambial futuro	77.196	1.731.449	17.675	-	12.544	2.043.142	23.168	-
Commodities	257.298	820.918	37	-	118.848	280.539	(137)	-
Total	12.373.102	42.714.601	(8.519)	235.033	18.395.356	15.560.074	(47.505)	331.434

(1) Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, contém Instrumento de Hedge com Futuros - DI (Nota 6.c.xa).

vii) Instrumentos financeiros derivativos por vencimento

Valor de referência - Compensação	31/03/2026				Individual e Consolidado			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total	Total	
	Swap	473.652	89.104	2.832.137	5.238.709	1.014.706	9.648.308	5.344.175
Contratos a termo	8.536.002	780.102	303.620	-	-	9.619.724	5.318.285	
Opções	3.437.580	-	1.042.249	85.000	-	4.564.829	3.275.360	
Futuros	25.037.456	4.172.030	14.659.485	7.767.513	3.451.219	55.087.703	33.955.430	
Total	37.484.690	5.041.236	18.837.491	13.091.222	4.465.925	78.920.564	47.893.250	

viii) Instrumentos financeiros derivativos por local de negociação

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, as operações de swap, contratos a termo e opções, cujos valores de referência encontram-se registrados em conta de compensação, estão compostas conforme abaixo:

Custodiante	31/03/2026				Individual e Consolidado			
	Contratos a termo		Opções		Contratos a termo		Opções	
	Swaps	Futuros	Swaps	Futuros	Swaps	Futuros	Swaps	Futuros
Bolsa	-	-	-	55.087.703	-	-	-	33.955.430
B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão	-	-	-	54.024.388	-	-	-	33.575.399
Bolsas no exterior	-	-	-	1.063.315	-	-	-	380.031
Balcão	9.648.308	9.619.724	4.564.829	-	5.344.175	5.318.285	3.275.360	-
Instituições Financeiras	7.606.056	4.944.820	1.082.854	-	1.009.608	1.661.670	-	-
Empresas	2.042.252	4.674.904	3.481.975	-	4.334.567	3.656.615	3.275.360	-
Total	9.648.308	9.619.724	4.564.829	55.087.703	5.344.175	5.318.285	3.275.360	33.955.430

ix) Valor e tipo de margem dados em garantia

O montante de margem depositado em garantia para operações com instrumentos financeiros derivativos em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025 tem a seguinte composição:

Título	Individual e Consolidado	
	Valor de Mercado	
	31/03/2026	31/03/2025
NTN - Nota do tesouro nacional	469.186	1.541.038
Total	469.186	1.541.038

x) Hedge Accounting

x.a) Hedge de Risco de Mercado

É realizada avaliação da efetividade dos relacionamentos de hedge tanto na data de designação inicial quanto de forma contínua ao longo de sua vigência, com o objetivo de assegurar que os instrumentos de hedge sejam altamente eficazes na compensação das variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos respectivos itens objeto de hedge. A efetividade é mensurada por meio da comparação entre as variações acumuladas do instrumento de hedge e do item protegido, considerando-se que o hedge é considerado efetivo quando os resultados observados permanecem dentro da faixa de 80% a 125%, conforme os critérios estabelecidos na política contábil do banco. Os testes de efetividade são aplicados para todas as operações integrantes da carteira de hedge accounting, garantindo a consistência e aderência às exigências normativas vigentes. A efetividade apurada para a carteira de hedge está em conformidade com o estabelecido na Circular Bacen nº 3.082/02.

Hedge da carteira de captação - CDB, LCA, LCI, LFS e LF: O objetivo do relacionamento deste hedge é reduzir as exposições das captações (i) CDBs, LCIs e LCAs: pré-fixadas e transformá-las em taxa de juros pré-pós fixados ao CDI; (ii) CDBs: pré-pós fixados ao IPCA e (iii) LFs e LF: pré-fixadas e transformá-las em taxa de juros pré-pós fixadas ao CDI, protegendo a exposição estrutural da flutuação de risco de mercado das taxas de juros e inflação.

Hedge da carteira de operação de crédito – empréstimos (varejo): O objetivo do relacionamento deste hedge é reduzir as exposições da carteira de empréstimos INSS, INSS GDF, FGTS, Crédito Privado e SIAPE pré-fixadas e transformá-las em taxa de juros pós-fixada, protegendo a exposição estrutural da flutuação de risco de mercado das taxas de juros.

Hedge da operação de captação no exterior – empréstimo no exterior: O objetivo do relacionamento deste hedge é reduzir as exposições decorrentes da operação de captação no exterior, contratada na forma de empréstimo no exterior, protegendo a Instituição contra a flutuação dos riscos de mercado associados à variação das taxas de juros internacionais e à variação cambial.

	31/03/2026				Individual e Consolidado			
	Valor de Referência	Valor de Curva	Valor de Mercado	Ajuste a Mercado	Valor de Referência	Valor de Curva	Valor de Mercado	Ajuste a Mercado
Instrumento de Hedge								
Futuros (DI)	4.050.206	4.050.206	4.050.206	-	3.613.360	3.613.360	3.613.360	-
Futuros (DAP)	5.173.784	5.173.784	5.173.784	-	4.754.844	4.754.844	4.754.844	-
Total	9.223.990	9.223.990	9.223.990	-	8.368.204	8.368.204	8.368.204	-
Objeto de Hedge								
Captações CDB	6.271.907	8.339.681	8.092.994	(246.687)	6.144.643	8.205.319	7.916.292	(289.027)
Captações LCA	5.986	7.622	7.509	(113)	5.986	7.439	7.286	(153)
Captações LCI	45.916	60.191	59.736	(455)	48.218	61.465	60.601	(864)
Captações LF	80.965	92.000	91.830	(170)	80.965	88.996	88.389	(607)
Captações LFS	191.488	244.278	208.498	(35.780)	191.488	237.839	208.471	(29.368)
Total	6.596.262	8.743.772	8.460.567	(283.205)	6.471.300	8.601.058	8.281.039	(320.019)
Instrumento de Hedge								
Futuros (DI)	8.391.997	8.391.997	8.391.997	-	7.135.610	7.135.610	7.135.610	-
Total	8.391.997	8.391.997	8.391.997	-	7.135.610	7.135.610	7.135.610	-
Objeto de Hedge								
Consignado INSS	4.364.433	4.364.433	4.296.447	(67.986)	4.241.092	4.241.092	4.174.294	(66.798)
Consignado INSS GDF	117.696	117.696	113.165	(4.531)	131.678	131.678	127.140	(4.538)
Consignado FGTS	593.345	593.345	578.999	(14.346)	633.026	633.026	621.730	(11.296)
Crédito Privado	2.877.640	2.877.640	2.871.738	(5.902)	1.600.818	1.600.818	1.599.526	(1.292)
SIAPE	128.208	128.208	127.465	(743)	142.558	142.558	142.955	397
Total	8.081.322	8.081.322	7.987.814	(93.508)	6.749.172	6.749.172	6.665.645	(83.527)
Instrumento de Hedge								
Swap	505.969	505.969	511.560	5.591	-	-	-	-
Total	505.969	505.969	511.560	5.591	-	-	-	-
Objeto de Hedge								
Empréstimo no exterior	505.969	505.969	511.561	5.592	-	-	-	-
Total	505.969	505.969	511.561	5.592	-	-	-	-

7. CARTEIRA DE CRÉDITO, GARANTIAS PRESTADAS E TÍTULOS COM RISCO DE CRÉDITO

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, as informações da carteira de operações de crédito expandida, estão sumarizadas conforme abaixo:

a) Carteira de crédito por tipo de operação

Descrição	Individual		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Capital de giro	1.189.563	1.263.173	1.189.563	1.263.173
Conta corrente garantida	25.384	34.836	25.384	34.836
Financiamentos	270.394	273.400	270.394	273.400
Financiamento em moeda estrangeira	222.371	281.595	222.371	281.595
Títulos descontados	154.834	356.921	154.834	356.921
Adiantamento sobre contratos de câmbio	177.654	202.318	177.654	202.318
Empréstimo FGTS ⁽¹⁾	249.602	582.369	249.602	582.369
Consignado	11.408.478	8.949.271	11.408.478	8.949.271
Subtotal de operações de crédito	13.698.280	11.943.883	13.698.280	11.943.883
Devedores por compra de valores e bens ⁽²⁾	192.437	204.839	408.724	424.095
Avais e fianças honradas	39.084	39.338	39.084	39.338
Carteira de crédito	13.929.801	12.188.060	14.146.088	12.407.316
Créditos abertos para importação	120.733	49.978	120.733	49.978
Garantias prestadas	458.235	562.973	458.235	562.973
Garantias prestadas e responsabilidades	578.968	612.951	578.968	612.951
Títulos de crédito a receber	33.811	32.936	33.811	32.936
Títulos privados ⁽³⁾	8.801.521	7.083.469	6.351.497	6.165.223
Títulos com risco de crédito	8.835.332	7.116.405	6.385.308	6.198.159
Total carteira expandida	23.344.101	19.917.416	21.110.364	19.218.426
(+/-) Ajuste ao valor justo ⁽⁴⁾	407.596	335.564	407.596	335.564
Total carteira expandida ajustada ao valor justo	23.751.697	20.252.980	21.517.960	19.553.990
Prêmio pago na aquisição de operações de crédito	593.037	475.034	593.037	475.034
Carteira expandida ajustada pelo prêmio pago na aquisição de crédito (Adequação Res. n° 4.966/21)	24.344.734	20.728.014	22.110.997	20.029.024

(1) Contemplam contratos que são objeto de hedge de risco de mercado.

(2) Registrados em "Outros ativos financeiros" (Nota 9).

(3) Composto por debêntures, cotas de fundo de investimento, nota comercial, cédula de produtor rural, certificado de recebíveis agronegócio, certificado de recebíveis imobiliários e eurobonds, exceto cotas de fundo de investimento não creditório e debêntures com retenção substancial de riscos e benefícios. (Nota 6.a)

(4) Refere-se ao ajuste ao valor justo das operações de crédito que são objeto de hedge de risco de mercado (Nota 6.c.xa) e ajuste ao valor justo das operações de crédito mensuradas ao valor justo no resultado considerando o modelo de negócios, que não são objetos de hedge.

b) Carteira de crédito por vencimento

Prazo	Individual		Consolidado	
	31/03/2026		31/03/2026	
	A Vencer	Vencidos	A Vencer	Vencidos
Até 3 meses	553.541	63.047	554.373	63.047
De 3 a 12 meses	1.548.576	45.688	1.549.120	45.688
De 1 a 3 anos	2.977.114	42.847	3.019.961	42.847
De 3 a 5 anos	4.274.252	-	4.417.104	1.120
De 5 a 15 anos	4.411.386	-	4.421.924	239
Acima de 15 anos	13.350	-	13.350	-
Total carteira de crédito	13.778.219	151.582	13.993.147	152.941

Prazo	Individual			Consolidado		
	31/12/2025			31/12/2025		
	A Vencer	Vencidos	Total	A Vencer	Vencidos	Total
Até 3 meses	922.957	41.691	964.648	922.957	44.682	967.639
De 3 a 12 meses	1.647.591	19.855	1.667.446	1.649.756	19.855	1.669.611
De 1 a 3 anos	2.358.847	42.933	2.401.780	2.413.323	42.933	2.456.256
De 3 a 5 anos	3.396.742	-	3.396.742	3.537.015	1.120	3.538.135
De 5 a 15 anos	3.744.871	-	3.744.871	3.757.410	239	3.757.649
Acima de 15 anos	12.573	-	12.573	18.026	-	18.026
Total carteira de crédito	12.083.581	104.479	12.188.060	12.298.487	108.829	12.407.316

c) Carteira de crédito por ramo de atividade

	Individual		Consolidado	
	31/12/2025		31/12/2025	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Agronegócio	574.199	629.086	574.199	629.086
Imobiliário	294.317	307.628	510.604	526.884
Infraestrutura	29.655	24.089	29.655	24.089
Logística e Transporte	79.440	105.628	79.440	105.628
Telecom e TI	4.821	6.233	4.821	6.233
Indústria	178.204	243.933	178.204	243.933
Serviços	35.331	37.403	35.331	37.403
Químico e Petroquímico	77.950	82.359	77.950	82.359
Energia	1.394	860	1.394	860
Comércio	106.500	111.992	106.500	111.992
Instituição Financeira	18.825	18.552	18.825	18.552
Saúde e Educação	11.579	13.847	11.579	13.847
Papel e Celulose	1.463	1.476	1.463	1.476
Pessoa física	11.686.859	9.561.971	11.686.859	9.561.971
Outros	829.264	1.043.003	829.264	1.043.003
Total carteira de crédito	13.929.801	12.188.060	14.146.088	12.407.316

d) Carteira de crédito por nível de concentração do total da carteira de crédito

Majores devedores	Individual		Consolidado	
	31/03/2026		31/12/2025	
	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
Maior devedor	151.488	1,09	151.488	1,24
2º ao 10º	631.305	4,53	638.022	5,23
11º ao 20º	256.979	1,84	262.455	2,15
21º ao 50º	365.682	2,63	386.173	3,17
51º ao 100º	179.319	1,29	178.325	1,46
Demais devedores	12.345.028	88,63	10.571.597	86,75
Total	13.929.801	100,00	12.188.060	100,00

e) Recuperação de crédito

No período findo em 31 de março de 2026, foram recuperados créditos anteriormente baixados como prejuízo, no montante de R\$4.001 (R\$2.082 no período findo em 31 de março de 2025).

f) Renegociação e reestruturação de contratos

Em 31 de março de 2026, existiam contratos renegociados no valor de R\$125.760 (R\$143.163 em 31 de dezembro de 2025) e reestruturados no valor de R\$2.152 (R\$2.079 em 31 de dezembro de 2025).

g) Cessões de crédito

Sem retenção substancial dos riscos e benefícios (sem coobrigação)

Segmento atacado: No período findo em 31 de março de 2026, foram realizadas operações de cessões de crédito sem coobrigação para empresas não ligadas ao Banco Pine no valor de R\$18.250 (R\$5.766 em 31 de dezembro de 2025), anteriormente registradas como prejuízo. Essas cessões geraram receita de R\$4.923 (R\$2.572 em 31 de dezembro de 2025).

Segmento varejo: No período findo em 31 de março de 2026, foram realizadas operações de cessões de crédito do segmento varejo, sem coobrigação para empresas não ligadas ao Banco Pine, no valor de R\$44.625 (R\$3.474.187 em 31 de dezembro de 2025), referentes a Entes Federais. Essas cessões geraram resultado, líquido de prêmio, em relação ao valor de face, no valor de R\$106 (R\$19.411 em 31 de dezembro de 2025). Os resultados nas cessões estão registrados na rubrica "Receitas de intermediação financeira – operações de crédito".

Com retenção substancial dos riscos e benefícios (com coobrigação)

Segmento varejo: No período findo em 31 de março de 2026, foram realizadas operações de cessões de crédito do segmento varejo, com coobrigação para empresas não ligadas ao Banco Pine, no valor de R\$910.477 (R\$1.766.781 em 31 de dezembro de 2025), referentes a Entes Federais. Essas cessões não geraram resultado e as respectivas operações de crédito vinculadas a essas cessões não são desreconhecidas dos livros contábeis do Banco Pine.

8. CARTEIRA DE ATIVOS FINANCEIROS POR ESTÁGIO E PROVISÃO PARA PERDAS DE CRÉDITO ESPERADAS

a) Composição do saldo da carteira e das perdas esperadas dos ativos financeiros por estágio

As tabelas a seguir representam a composição do saldo da carteira e da perda esperada dos ativos financeiros, segregados pelos estágios de risco de crédito:

Composição	Individual				Consolidado			
	31/03/2026				31/12/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Ativos financeiros da carteira de crédito expandida								
Carteira de crédito	12.933.448	675.137	728.812	14.337.397	11.150.789	694.515	678.320	12.523.624
Garantias prestadas e responsabilidades	565.097	13.871	-	578.968	459.772	153.179	-	612.951
Títulos com risco de crédito	8.507.820	187.885	139.627	8.835.332	6.876.595	101.051	138.759	7.116.405
Total de ativos financeiros da carteira de crédito expandida ajustada ao valor justo	22.006.365	876.893	868.439	23.751.697	18.487.156	948.745	817.079	20.252.980
% representatividade sobre a carteira expandida	92,65%	3,69%	3,66%		91,28%	4,68%	4,03%	
% percentual de perda esperada sobre a carteira por estágio	0,78%	19,35%	73,54%		0,78%	18,07%	77,30%	
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito								
	(171.504)	(169.665)	(638.631)	(979.800)	(144.647)	(171.413)	(631.590)	(947.650)
Total	21.834.861	707.228	229.808	22.771.897	18.342.509	777.332	185.489	19.305.330

Composição	Individual				Consolidado			
	31/03/2026				31/12/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Ativos financeiros da carteira de crédito expandida								
Carteira de crédito	13.147.350	675.137	731.197	14.553.684	11.362.673	697.507	682.700	12.742.880
Garantias prestadas e responsabilidades	565.097	13.871	-	578.968	459.772	153.179	-	612.951
Títulos com risco de crédito	6.057.796	187.885	139.627	6.385.308	5.958.349	101.051	138.759	6.198.159
Total de ativos financeiros da carteira de crédito expandida ajustada ao valor justo	19.770.243	876.893	870.824	21.517.960	17.780.794	951.737	821.459	19.553.990
% representatividade sobre a carteira expandida	91,88%	4,08%	4,05%		90,93%	4,87%	4,20%	
% percentual de perda esperada sobre a carteira por estágio	0,87%	19,35%	73,34%		0,82%	18,01%	76,89%	
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito								
	(171.767)	(169.665)	(638.631)	(980.063)	(145.163)	(171.413)	(631.590)	(948.166)
Total	19.598.476	707.228	232.193	20.537.897	17.635.631	780.324	189.869	18.605.824

b) Movimentação dos saldos das provisões para perdas de crédito esperadas dos ativos financeiros

Movimentação				Individual
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	31/03/2026
Saldos em 31 de dezembro de 2025	144.647	171.413	631.590	947.650
Migração de estágio de:	(2.392)	(379)	127.936	125.165
Estágio 1 para o Estágio 2	(3.733)	4.226	-	493
Estágio 1 para o Estágio 3	(734)	-	58.958	58.224
Estágio 2 para o Estágio 3	-	(2.466)	85.321	82.855
Estágio 2 para o Estágio 1	1.737	(2.288)	-	(551)
Estágio 3 para o Estágio 2	-	149	(3.271)	(3.122)
Estágio 3 para o Estágio 1	338	-	(13.072)	(12.734)
Novos ativos financeiros originados ou comprados	1.362	1	-	1.363
Constituição (Reversão) ⁽¹⁾	31.056	(1.360)	(96.337)	(66.641)
Estorno de provisão de contratos liquidados e desreconhecimento de ativos financeiros	(3.169)	(10)	(24.558)	(27.737)
Saldos em 31 de março de 2026	171.504	169.665	638.631	979.800
% percentual da perda esperada por estágio sobre a carteira expandida	0,78%	19,35%	73,54%	4,13%

Movimentação				Individual
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	31/12/2025
Saldos em 01 de janeiro de 2025	188.471	62.536	305.385	556.392
Migração de estágio de:	(91.590)	(25.363)	162.285	45.332
Estágio 1 para o Estágio 2	(91.621)	85	-	(91.536)
Estágio 1 para o Estágio 3	(294)	-	147.173	146.879
Estágio 2 para o Estágio 3	-	(24.975)	25.016	41
Estágio 2 para o Estágio 1	305	(557)	-	(252)
Estágio 3 para o Estágio 2	-	84	(4.973)	(4.889)
Estágio 3 para o Estágio 1	20	-	(4.931)	(4.911)
Novos ativos financeiros originados ou comprados	66.465	5.123	88.992	160.580
Constituição (Reversão) ⁽¹⁾	29.890	141.753	125.253	296.896
Estorno de provisão de contratos liquidados e desreconhecimento de ativos financeiros	(48.589)	(12.636)	(50.325)	(111.550)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	144.647	171.413	631.590	947.650
% percentual da perda esperada por estágio sobre a carteira expandida	0,78%	18,07%	77,30%	4,68%

Movimentação				Consolidado
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	31/03/2026
Saldos em 31 de dezembro de 2025	145.163	171.413	631.590	948.166
Migração de estágio de:	(2.645)	(379)	127.936	124.912
Estágio 1 para o Estágio 2	(3.986)	4.226	-	240
Estágio 1 para o Estágio 3	(734)	-	58.958	58.224
Estágio 2 para o Estágio 3	-	(2.466)	85.321	82.855
Estágio 2 para o Estágio 1	1.737	(2.288)	-	(551)
Estágio 3 para o Estágio 2	-	149	(3.271)	(3.122)
Estágio 3 para o Estágio 1	338	-	(13.072)	(12.734)
Novos ativos financeiros originados ou comprados	1.362	1	-	1.363
Constituição (Reversão) ⁽¹⁾	31.056	(1.360)	(96.337)	(66.641)
Estorno de provisão de contratos liquidados e desreconhecimento de ativos financeiros	(3.169)	(10)	(24.558)	(27.737)
Saldos em 31 de março de 2026	171.767	169.665	638.631	980.063
% percentual da perda esperada por estágio sobre a carteira expandida	0,87%	19,35%	73,34%	4,55%

Movimentação				Consolidado
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	31/12/2025
Saldos em 01 de janeiro de 2025	188.471	62.536	305.385	556.392
Migração de estágio de:	(91.074)	(25.363)	162.285	45.848
Estágio 1 para o Estágio 2	(91.105)	85	-	(91.020)
Estágio 1 para o Estágio 3	(294)	-	147.173	146.879
Estágio 2 para o Estágio 3	-	(24.975)	25.016	41
Estágio 2 para o Estágio 1	305	(557)	-	(252)
Estágio 3 para o Estágio 2	-	84	(4.973)	(4.889)
Estágio 3 para o Estágio 1	20	-	(4.931)	(4.911)
Novos ativos financeiros originados ou comprados	66.465	5.123	88.992	160.580
Constituição (Reversão) ⁽¹⁾	29.890	141.753	125.253	296.896
Estorno de provisão de contratos liquidados e desreconhecimento de ativos financeiros	(48.589)	(12.636)	(50.325)	(111.550)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	145.163	171.413	631.590	948.166
% percentual da perda esperada por estágio sobre a carteira expandida	0,82%	18,01%	76,89%	4,85%

(1) Refere-se a ativos financeiros que não sofreram migração de estágio no período e que sofreram alteração do EAD e/ou PD e/ou LGD no período.

9. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

	Individual		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Avais e fianças honradas	39.084	39.338	39.084	39.338
Títulos e créditos a receber	43.379	38.617	43.379	38.617
Devedores por compra de valores e bens ⁽¹⁾	192.437	204.839	408.724	424.095
Relações interfinanceiras	4.375	9.202	4.375	9.202
Total	279.275	291.996	495.562	511.252
Circulante	80.114	84.941	91.966	93.878
Não Circulante	199.161	207.055	403.596	417.374

(1) Refere-se aos recebíveis pela venda a prazo de ativos não financeiros mantidos para venda.

10. ATIVOS FISCAIS

a) Créditos Tributários

Com base na Resolução BCB nº 2/20, os Créditos Tributários devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço.

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social, estão compostos conforme abaixo:

	31/03/2026			Individual		
	IRPJ	CSLL	Total	31/12/2025		
				IRPJ	CSLL	Total
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito ⁽¹⁾	209.056	167.356	376.412	208.240	166.593	374.833
Ajuste de títulos VJR	2.065	1.652	3.717	-	-	-
Créditos baixados para prejuízo	36.806	36.321	73.127	37.654	37.000	74.654
Provisão para riscos fiscais e passivos contingentes	2.277	1.821	4.098	-	-	-
MTM <i>hedge</i> consignado	23.377	18.702	42.079	-	-	-
Prejuízo fiscal/base negativa	207.523	165.926	373.449	205.248	164.096	369.344
MTM Derivativos	31.952	26.065	58.017	67	54	121
Crédito Presumido - Res. nº 4.838/20 ⁽²⁾	-	-	-	232.353	-	232.353
Mercado futuro - Lei nº 11.196	9.174	7.339	16.513	-	-	-
Outras provisões	32.059	25.648	57.707	859	687	1.546
Total	554.289	450.830	1.005.119	684.421	368.430	1.052.851

	31/03/2026			Consolidado		
	IRPJ	CSLL	Total	31/12/2025		
				IRPJ	CSLL	Total
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito ⁽¹⁾	209.063	167.360	376.423	208.247	166.597	374.844
Ajuste de títulos VJR	2.065	1.652	3.717	-	-	-
Créditos baixados para prejuízo	36.806	36.321	73.127	37.654	37.000	74.654
Provisão para riscos fiscais e passivos contingentes	2.277	1.821	4.098	-	-	-
MTM <i>hedge</i> de risco de mercado	23.377	18.702	42.079	-	-	-
Prejuízo fiscal/base negativa	207.523	165.926	373.449	205.248	164.096	369.344
MTM Derivativos	31.952	26.065	58.017	67	54	121
Crédito Presumido - Res. nº 4.838/20 ⁽²⁾	-	-	-	232.353	-	232.353
Mercado futuro - Lei nº 11.196	9.174	7.339	16.513	-	-	-
Outras provisões	32.059	25.648	57.707	859	687	1.546
Total	554.296	450.834	1.005.130	684.428	368.434	1.052.862

(1) Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, inclui o efeito tributário de adoção inicial da Res. CMN nº 4.966/21, realizado em 01 de janeiro de 2025, no montante de R\$140.239 no individual e no consolidado.

(2) A Medida Provisória nº 992/2020 autorizou as instituições financeiras participantes do Programa de Crédito para Pequenas e Médias Empresas (CGPE) a converterem ativos fiscais decorrentes de diferenças temporárias em créditos tributários. A possibilidade de apuração desse crédito presumido esteve vigente até 31 de dezembro de 2025.

b) Obrigações Fiscais Diferidas

	31/03/2026			Individual		
	IRPJ	CSLL	Total	31/12/2025		
				IRPJ	CSLL	Total
Atualização monetária de depósitos judiciais	7.070	5.656	12.726	7.070	5.656	12.726
Ajuste de títulos VJR	31	25	56	18.116	14.493	32.609
Ajuste de títulos VJORA	8.602	6.882	15.484	10.163	8.130	18.293
Mercado futuro - Lei nº 11.196	34.019	27.215	61.234	2.854	2.284	5.138
MTM Derivativos	42.647	34.118	76.765	36.678	29.343	66.021
Crédito Presumido - Res. nº 4.838/20	-	-	-	48.393	-	48.393
MTM <i>hedge</i> de risco de mercado	54.426	43.541	97.967	63.629	50.902	114.531
MTM de risco de crédito	125.276	100.219	225.495	104.773	83.819	188.592
Total (Nota 17.a)	272.071	217.656	489.727	291.676	194.627	486.303

	31/03/2026			Consolidado		
	IRPJ	CSLL	Total	31/12/2025		
				IRPJ	CSLL	Total
Atualização monetária de depósitos judiciais	7.400	5.854	13.254	7.385	5.846	13.231
Ajuste de títulos VJR	31	25	56	18.116	14.493	32.609
Ajuste de títulos VJORA	10.915	7.761	18.676	10.163	8.130	18.293
Mercado futuro - Lei nº 11.196	34.019	27.215	61.234	2.854	2.284	5.138
MTM Derivativos	42.647	34.118	76.765	36.678	29.343	66.021
Crédito Presumido - Res. nº 4.838/20	-	-	-	48.393	-	48.393
MTM <i>hedge</i> de risco de mercado	54.426	43.541	97.967	63.629	50.902	114.531
MTM de risco de crédito	125.276	100.219	225.495	104.773	83.819	188.592
Total (Nota 17.a)	274.714	218.733	493.447	291.991	194.817	486.808

c) Movimentação dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas

Créditos tributários	Individual		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Saldo inicial em 01/01/2025	1.052.851	1.000.839	1.052.862	1.000.850
Constituição	194.387	307.352	194.387	307.352
Reversão/Realização	(242.119)	(255.340)	(242.119)	(255.340)
Saldo final	1.005.119	1.052.851	1.005.130	1.052.862

Obrigações fiscais diferidas	Individual		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Saldo inicial em 01/01/2025	486.303	312.644	486.808	313.058
Constituição	31.518	384.201	32.972	389.732
Reversão/Realização	(28.094)	(210.542)	(26.333)	(215.982)
Saldo final	489.727	486.303	493.447	486.808

d) Expectativa de realização dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas

Créditos tributários	Individual			Consolidado		
	IRPJ	CSLL	Total	31/03/2026		
				Valor Presente	IRPJ	CSLL
Até 1 ano	532	433	965	830	433	965
De 1 a 2 anos	3.710	3.018	6.728	4.941	3.022	6.739
De 2 a 3 anos	21.085	17.150	38.235	22.964	17.150	38.235
De 3 a 4 anos	40.915	33.278	74.193	40.960	33.278	74.193
De 4 a 5 anos	59.400	48.313	107.713	50.932	48.313	107.713
De 5 a 8 anos	241.448	196.381	437.829	152.224	196.381	437.829
De 8 a 10 anos	187.199	152.257	339.456	81.497	152.257	339.456
Total	554.289	450.830	1.005.119	354.348	450.834	1.005.130

Créditos tributários	31/12/2025							
	Individual				Consolidado			
	IRPJ	CSLL	Total	Valor Presente	IRPJ	CSLL	Total	Valor Presente
Até 1 ano	24.705	13.299	38.004	194.458	24.705	13.299	38.004	194.458
De 1 a 2 anos	58.260	31.362	89.622	179.668	58.267	31.366	89.633	179.676
De 2 a 3 anos	69.778	37.562	107.340	128.185	69.778	37.562	107.340	128.185
De 3 a 4 anos	89.581	48.222	137.803	45.011	89.581	48.222	137.803	45.011
De 4 a 5 anos	82.807	44.575	127.382	42.884	82.807	44.575	127.382	42.884
De 5 a 8 anos	232.642	125.233	357.875	65.040	232.642	125.233	357.875	65.040
De 8 a 10 anos	126.648	68.177	194.825	4.320	126.648	68.177	194.825	4.320
Total	684.421	368.430	1.052.851	659.565	684.428	368.434	1.052.862	659.573

Obrigações fiscais diferidas	31/03/2026							
	Individual				Consolidado			
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total	Total	
Até 1 ano	261	209	470	261	209	470	470	
De 1 a 2 anos	1.821	1.457	3.278	4.464	2.534	6.998	6.998	
De 2 a 3 anos	10.350	8.280	18.630	10.350	8.280	18.630	18.630	
De 3 a 4 anos	20.083	16.066	36.149	20.083	16.066	36.149	36.149	
De 4 a 5 anos	29.156	23.325	52.481	29.156	23.325	52.481	52.481	
De 5 a 8 anos	118.514	94.811	213.325	118.514	94.811	213.325	213.325	
De 8 a 10 anos	91.886	73.508	165.394	91.886	73.508	165.394	165.394	
Total	272.071	217.656	489.727	274.714	218.733	493.447	493.447	

Obrigações fiscais diferidas	31/12/2025							
	Individual				Consolidado			
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total	Total	
Até 1 ano	10.528	7.025	17.553	10.528	7.025	17.553	17.553	
De 1 a 2 anos	24.828	16.567	41.395	25.143	16.757	41.900	41.900	
De 2 a 3 anos	29.737	19.842	49.579	29.737	19.842	49.579	49.579	
De 3 a 4 anos	38.176	25.474	63.650	38.176	25.474	63.650	63.650	
De 4 a 5 anos	35.289	23.547	58.836	35.289	23.547	58.836	58.836	
De 5 a 8 anos	99.144	66.155	165.299	99.144	66.155	165.299	165.299	
De 8 a 10 anos	53.974	36.017	89.991	53.974	36.017	89.991	89.991	
Total	291.676	194.627	486.303	291.991	194.817	486.808	486.808	

11. INVESTIMENTOS

a) Participações em controladas e coligadas avaliadas ao método de equivalência patrimonial

	31/03/2026							
	Participação %	Quantidade de ações/cotas possuídas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Resultado líquido do período	Valor do investimento	Resultado de participação em controladas e coligadas	
Subsidiárias								
Pine Capital Ltda.	100,0000	310.000	310	2.838	(1.307)	2.838	(1.307)	(1.307)
Pine Investimentos DTVM Ltda.	100,0000	892.300	4.765	7.115	78	7.115	78	78
Pine Assessoria e Consultoria Ltda. ⁽¹²⁾	99,9800	499.999	500	17.942	9.311	17.942	8.985	8.985
P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda. ^{(2) (4) (5) (14)}	100,0000	847.976.727	585.104	598.818	(4.613)	598.818	(4.613)	(4.613)
Pine Corretora de Seguros Ltda. ⁽¹²⁾	99,9800	492.156	18.102	17.115	(1.584)	17.115	(1.687)	(1.687)
ECO Comercializadora de Ativos Ambientais LTDA.	100,0000	10.000	10	11	-	11	-	-
Pine Holding Ltda. (Anteriormente denominada Pine Holding S.A.) ^{(1) (6) (7) (9) (10) (11) (12) (13) (15) (16)}	100,0000	68.684.999	68.685	94.074	10.636	94.074	10.636	10.636
Total					12.521	737.913	12.092	12.092

	31/12/2025							
	Participação %	Quantidade de ações/cotas possuídas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Resultado líquido do período	Valor do investimento	Resultado de participação em controladas e coligadas	
Subsidiárias								
Pine Capital Ltda.	100,0000	310.000	310	4.147	1.169	4.147	1.169	1.169
Pine Investimentos DTVM Ltda.	100,0000	892.300	4.765	7.036	247	7.036	247	247
Pine Assessoria e Consultoria Ltda. ⁽¹²⁾	99,9800	499.999	500	5.736	52.255	5.736	52.255	52.255
P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda. ^{(2) (4) (5)}	100,0000	844.488.145	582.697	601.024	(12.155)	601.024	(12.155)	(12.155)
Pine Corretora de Seguros Ltda. ⁽¹²⁾	99,9800	492.156	18.102	19.200	5.071	19.200	5.071	5.071
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário ⁽⁸⁾	100,0000	53.200.000	53.200	53.555	(152)	-	(152)	(152)
Pine Ativos Imobiliários SPE Ltda. ^{(3) (8)}	100,0000	228.124.066	98.093	96.054	(184)	-	(184)	(184)
ECO Comercializadora de Ativos Ambientais LTDA.	100,0000	10.000	10	10	1	10	1	1
Pine Holding Ltda. (Anteriormente denominada Pine Holding S.A.) ^{(1) (6) (7) (9) (10) (11) (12) (15)}	99,0000	68.684.999	68.685	83.437	76.003	83.437	76.003	76.003
Pine 1 Desenvolvimento Participações Ltda.	100,0000	1.000	1	-	-	-	-	-
Subtotal					122.255	720.590	122.255	122.255

	Participação %	Quantidade de ações/cotas possuídas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Resultado líquido do período	Valor do investimento	31/12/2025
							Resultado de participação em controladas e coligadas
Coligadas - Mensuradas pelo Método de Equivalência Patrimonial							
Amigoz Ltda. ^{(1) (9)}	87,8700	4.683.316	5.330	6.686	25.268	1.180	5.343
BYX Capital Ltda. ⁽⁹⁾	-	-	4.286	3.059	34.362	-	4.887
Subtotal					59.630	1.180	10.230
Total					181.885	721.770	132.485

- (1) Em 31 de março de 2026, no consolidado, o saldo de investimentos inclui ágio no montante de R\$13.807 (R\$1.180 em 31 de dezembro de 2025) da Amigoz Ltda. investida da Pine Holding Ltda.
- (2) Em Alteração Contratual datada de 04 de junho de 2025, foi deliberado sobre o aumento do capital social da P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda., no montante de R\$3.000, mediante emissão de 4.348.071 novas cotas.
- (3) Em Alteração Contratual datada de 08 de maio de 2025, foi deliberado sobre o aumento do capital social da Pine Ativos Imobiliários SPE Ltda., no montante de R\$100, mediante emissão de 233.000 novas cotas.
- (4) Em Alteração Contratual datada de 08 de agosto de 2025, foi deliberado sobre o aumento do capital social da P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda., no montante de R\$1.000, mediante emissão de 1.449.276 novas cotas.
- (5) Em Alteração Contratual datada de 09 de setembro de 2025, foi deliberado sobre o aumento do capital social da P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda., no montante de R\$6.400, mediante emissão de 9.275.363 novas cotas.
- (6) Em Alteração Contratual datada de 07 de março de 2025, foi deliberado sobre o aumento do capital social da Pine Holding S.A., no montante de R\$45.615, mediante emissão de 45.615.000 novas cotas.
- (7) Em Alteração Contratual datada de 10 de julho de 2025, foi deliberado sobre o aumento do capital social da Pine Holding S.A., no montante de R\$200, mediante emissão de 200.000 novas cotas.
- (8) Refere-se ao resultado de equivalência até a data da classificação dessas participações societárias como investimentos mantidos para venda, conforme descrito na Nota 3.p.
- (9) Até julho de 2025, o Banco Pine detinha participação societária de 50,29% na Amigoz Ltda. e 32,74% na Byx Capital Ltda, representando 2.676.435 e 1.407.363 quotas, respectivamente. Os resultados da participação societária de 1º de janeiro a 31 de julho de 2025 estão registrados na rubrica 'Receitas (Despesas) Operacionais - Resultado de participação em controladas e coligadas', no montante de R\$5.343 e R\$4.887, respectivamente. Em 04 de julho de 2025, por meio de aporte de capital de R\$45.615 realizado com transferência de ativos, o Banco Pine transferiu essas participações societárias mencionadas para a Pine Holding, de forma que esta passou a ser cotista direta, enquanto o Banco passou a ter participação indireta nessas empresas. Conforme descrito no fato relevante datado de 26 de novembro de 2025, houve alienação da participação de 32,74% na Byx Capital pelo montante, a receber, de R\$101.463, que está registrado na rubrica de 'Outros ativos' do Balanço Patrimonial no Consolidado. Parte desse valor a receber, correspondente a R\$63.333, que foi financiado por meio da emissão, pela Compradora, de notas comerciais, com integral subscrição e desembolso pelo Banco, com garantias constituídas pela alienação fiduciária de cotas de fundo de investimento detidas pelo emissor das notas comerciais, conforme previsto no contrato da operação. O montante de R\$97.206 foi efetivamente recebido em 26 de janeiro de 2026 e o restante será recebido em períodos futuros. A alienação dessa participação societária gerou um resultado de R\$62.458, antes de efeitos tributários, registrado na rubrica 'Receitas (Despesas) Operacionais - Resultado de participação em controladas e coligadas' no Individual e 'Receitas (Despesas) Operacionais - Outras receitas operacionais' no Consolidado. Adicionalmente, nessa transação, a Pine Holding recebeu 2.006.881 de quotas da Amigoz (que representam 37,65% do seu capital social), previamente detidas pela Byx Capital, por meio de cisão parcial desproporcional da Byx Capital, com incorporação da parcela cindida (composta exclusivamente pelas Quotas Amigoz) pela Pine Holding, o que resultou na entrega dessas Quotas Amigoz à Pine Holding, pelo valor contábil, totalizando 87,87% de participação, passando a consolidar a Amigoz no conglomerado a partir de dezembro de 2025. A transação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e pelo Bacen em dezembro de 2025.
- (10) Em Alteração Contratual datada de 28 de novembro de 2025, foi deliberado sobre o aumento do capital social da Pine Holding S.A., no montante de R\$4.120, mediante emissão de 4.120.000 novas cotas.
- (11) Em Alteração Contratual datada de 09 de dezembro de 2025, foi deliberado sobre o aumento do capital social da Pine Holding S.A., no montante de R\$18.750, mediante emissão de 68.684.999 novas cotas.
- (12) Em Reuniões de Sócios, realizadas no decorrer do exercício de 2025, foi deliberado sobre a distribuição de dividendos, no montante total de R\$114.771.
- (13) Em Instrumento Particular de Alteração datado de 27 de janeiro de 2026, a Pine Holding adquiriu 638.634 quotas da Amigoz Ltda., no montante de R\$13.601. Após a aquisição dessas novas quotas a Pine Holding passa a deter 99,85% de participação da Amigoz, o que representa a quantidade de 5.321.950 quotas.
- (14) Em reunião de sócios realizada em 10 de fevereiro de 2026, foi aprovado o aumento de capital social no montante de R\$2.407, mediante emissão de 3.488.582 novas cotas.
- (15) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de fevereiro de 2025, foi aprovado a alteração do tipo societário e da denominação social passando de Pine Holding S.A. para Pine Holding Ltda.
- (16) Em instrumento particular datado de 18 de março de 2026, foi deliberado sobre a alteração de sociedade limitada para sociedade limitada unipessoal, em razão da saída de um sócio.

b) Outros Investimentos

	Individual e Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025
CIP S.A. ⁽¹⁾	282	260
Fundo Garantidor para Investimentos (BNDES FGI)	1.000	1.000
Total	1.282	1.260

- (1) Em 26 de junho de 2025, houve recebimento de dividendos da CIP S.A. no montante de R\$43. Em 10 de dezembro de 2025, houve recebimento de dividendos da CIP S.A. no montante de R\$39. Em 31 de março de 2026, houve valorização das ações da CIP S.A., no montante de R\$22 (31 de março de 2025 - R\$22).

12. OUTROS ATIVOS

a) Ativos não financeiros mantidos para venda

	Individual		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Imóveis	343.358	343.798	857.609	856.623
Provisão ao valor recuperável	-	-	(1.455)	(1.455)
Total	343.358	343.798	856.154	855.168
Não Circulante	343.358	343.798	856.154	855.168

b) Despesas antecipadas

	Individual		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Prêmios de seguros pagos	13.890	15.480	21.766	24.187
Aluguéis	7.042	7.267	7.042	7.267
Custos de estruturação	48.324	40.189	48.324	40.189
Custos de emissão de cartões	120.493	91.817	120.493	91.817
Outras	3.409	1.049	3.875	1.188
Total	193.158	155.802	201.500	164.648
Circulante	65.546	28.191	66.088	28.407
Não Circulante	127.612	127.611	135.412	136.241

c) Diversos

	Individual		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Adiantamentos e antecipações salariais	354	213	2.186	260
Adiantamentos para pagamento por nossa conta	1.456	3.123	14.708	4.443
Adiantamentos por conta de imobilizações	26.542	17.783	29.165	20.337
Adiantamentos ao FGC	103.032	-	103.032	-
Rendas a receber	17.025	26.412	35.793	43.344
Dividendos a receber	56.468	116.468	1.934	1.377
Devedores por depósito em garantia (Nota 16.b)	77.142	82.590	80.354	85.743
Negociação e intermediação de valores	69.759	20.978	69.759	20.978
Tributos a compensar/recuperar	167.703	157.263	186.638	168.160
Valores a receber de sociedades ligadas	9.734	10.931	3.001	5.923
Investimentos mantidos para venda ⁽²⁾	149.497	149.607	-	-
Títulos e créditos a receber	33.811	44.229	33.811	44.229
Devedores diversos - País e exterior ⁽¹⁾	242.187	194.278	255.066	304.868
Total	954.710	823.875	815.447	699.662

- (1) Em 31 de março de 2026, refere-se, substancialmente, ao: (i) a antecipação de planos de pagamento baseado em ações, no montante de R\$79.931 (31 de dezembro de 2025 - R\$81.806) no Individual e R\$84.345 (31 de dezembro de 2025 - R\$82.724) no Consolidado, (ii) contas a receber de terceiros no montante de R\$28.987 (31 de dezembro de 2025 - R\$49.463) no Individual e no Consolidado e (iii) em 31 de dezembro de 2025, refere-se ao valor a receber referente a venda da Byx Capital Ltda. pela Pine Holding, no montante de R\$101.463 no Consolidado, o montante de R\$97.206 foi efetivamente liquidado em 26 de janeiro de 2026 e o restante será recebido em períodos futuros.
- (2) Refere-se a investimentos mantidos para venda conforme descrito na Nota 3.p. No período findo em 31 de março de 2026, foi registrado o impairment de R\$111 (31 de dezembro de 2025 - R\$53)

13. IMOBILIZADO DE USO

Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear às seguintes taxas anuais: instalações, sistema de processamento de dados, e sistema de transporte, 20%, móveis e equipamentos de uso, sistema de comunicação e sistema de segurança, 10%. Tais taxas representam adequadamente a vida útil-econômica dos bens.

	31/12/2025		01/01 a 31/03/2026			Individual
	Saldo contábil	Aquisições	Depreciação	Valor de custo	Depreciação acumulada	Saldo contábil
Imobilizados de Uso	13.802	12	(856)	33.858	(20.900)	12.958
Instalações, Moveis e Equipamentos de Uso	13.802	12	(856)	33.858	(20.900)	12.958
Outros Imobilizados de Uso	45.820	-	(1.912)	52.978	(9.070)	43.908
Sistema de Segurança e Comunicação	1.264	-	(114)	3.904	(2.754)	1.150
Sistema de Transporte	42.962	-	(1.643)	47.264	(5.945)	41.319
Imobilizado de arrendamento	1.594	-	(155)	1.810	(371)	1.439
Total	59.622	12	(2.768)	86.836	(29.970)	56.866

14. DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os recursos de instituições financeiras são compostos pelos depósitos, captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissões de títulos e obrigações por empréstimos e repasses.

	Individual		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Depósitos (Nota 14.a)	17.711.707	15.820.956	17.609.917	15.749.002
Captações no mercado aberto (Nota 14.b)	6.357.623	4.681.536	6.357.623	4.681.536
Recursos de aceites e emissão de títulos (Nota 14.c)	4.801.806	4.838.955	4.801.806	4.838.955
Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 14.d)	661.415	197.494	661.415	197.494
(+/-) Ajuste ao valor justo ⁽¹⁾	(247.425)	(290.651)	(247.425)	(290.651)
Total ajustado ao valor justo	29.285.126	25.248.290	29.183.336	25.176.336

(1) Refere-se ao valor justo de captações que são objetos de hedge de risco de mercado (Nota 6.c.xa).

a) Depósitos

Composição por Vencimento	Individual			Consolidado		
	Depósitos			Depósitos		
	Depósitos à Vista	Depósitos a prazo	Interfinanceiros	Depósitos à Vista	Depósitos a prazo	Interfinanceiros
Sem vencimento	89.024	-	-	83.447	-	-
Até 30 dias	-	483.590	-	-	483.485	-
De 31 a 60 dias	-	627.338	102.933	-	627.208	102.933
De 61 a 90 dias	-	291.387	639.002	-	290.374	639.002
De 91 a 180 dias	-	727.084	301.921	-	725.716	301.921
De 181 a 360 dias	-	3.055.237	8.039	-	3.054.482	8.039
Acima de 360 dias	-	11.386.152	-	-	11.293.310	-
(+/-) Ajuste ao valor justo ⁽¹⁾	-	(246.687)	-	-	(246.687)	-
Total	89.024	16.324.101	1.051.895	83.447	16.227.888	1.051.895

(1) Refere-se ao valor justo de depósitos que são objetos de hedge de risco de mercado (Nota 6.c.xa).

Composição por Vencimento	Individual			Consolidado		
	Depósitos			Depósitos		
	Depósitos à Vista	Depósitos a prazo	Interfinanceiros	Depósitos à Vista	Depósitos a prazo	Interfinanceiros
Sem vencimento	81.919	-	-	69.120	-	-
Até 30 dias	-	1.070.233	-	-	1.070.231	-
De 31 a 60 dias	-	544.567	133.432	-	544.566	133.432
De 61 a 90 dias	-	376.844	93.578	-	376.764	93.578
De 91 a 180 dias	-	1.334.110	14.129	-	1.332.857	14.129
De 181 a 360 dias	-	1.987.606	297.291	-	1.985.067	297.291
Acima de 360 dias	-	9.887.247	-	-	9.831.967	-
(+/-) Ajuste ao valor justo ⁽¹⁾	-	(289.027)	-	-	(289.027)	-
Total	81.919	14.911.580	538.430	69.120	14.852.425	538.430

(1) Refere-se ao valor justo de depósitos que são objetos de hedge de risco de mercado (Nota 6.c.xa).

b) Captações no Mercado Aberto

	Individual e Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025
Obrigações por operações compromissadas		
NTN - notas do tesouro nacional	5.339.995	3.618.497
Debêntures	1.017.628	1.060.856
Certificado de recebíveis imobiliários	-	2.183
Total	6.357.623	4.681.536

c) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

	Individual e Consolidado					
	31/03/2026			31/12/2025		
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Total	Total
Letras de crédito imobiliário	105.982	362.422	172.136	-	640.540	679.722
Letras de crédito do agronegócio	110.540	660.940	841.143	-	1.612.623	1.601.704
Letras financeiras	6.700	385.247	2.101.232	55.464	2.548.643	2.557.529
(+/-) Ajuste ao valor justo ⁽¹⁾	(78)	(605)	(24)	(31)	(738)	(1.624)
Total ajustado ao valor justo	223.144	1.408.004	3.114.487	55.433	4.801.068	4.837.331

(1) Refere-se ao valor justo de depósitos que são objetos de hedge de risco de mercado (Nota 6.c.xa).

d) Obrigação por Empréstimos e Repasses

	Individual e Consolidado			
	31/03/2026		31/12/2025	
	Até 3 meses	De 1 a 3 anos	Total	Total
Repasses do país - instituições oficiais	-	47.998	47.998	41.913
Repasso para empréstimo no exterior	-	511.561	511.561	-
Obrigações em moedas estrangeiras - Importação	101.856	-	101.856	155.581
Total	101.856	559.559	661.415	197.494

15. DÍVIDA SUBORDINADA

Por prazo						Individual e Consolidado	
	Até 3 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Acima de 15 anos	31/03/2026	31/12/2025
Letras Financeiras Subordinadas	6.463	67.842	247.145	356.848	158.638	836.936	802.642
(+/-) Ajuste ao valor justo ⁽¹⁾	-	(5.237)	(30.543)	-	-	(35.780)	(29.368)
Total ajustado ao valor justo	6.463	62.605	216.602	356.848	158.638	801.156	773.274

(1) Refere-se ao valor justo de letras financeiras subordinadas que são objetos de hedge de risco de mercado (Nota 6.c.xa).

Papel					Individual e Consolidado	
	Valor Principal	Emissão	Vencimento	Indexador	Remuneração ao ano (%)	31/03/2026
Letras Financeiras						
	5.000	2019	2026	CDI	150%	5.390
	1.000	2020	2026	CDI	140%	1.073
	26.588	2021	2027 até 2028	IPCA+	9,76% a 10,15%	33.610
	30.300	2021	2027 até 2028	CDI	162% a 188%	28.994
	65.317	2022	2029	CDI	135% a 150%	116.221
	139.350	2023	2030 até 2038	CDI	100% a 162%	151.479
	287.004	2024	2030 até 2099	CDI	100% a 154%	308.696
	121.556	2025	2030 até 2099	CDI	100% a 147%	134.913
	20.000	2026	2099	CDI	146%	20.780
Total	696.115					801.156

Papel					Individual e Consolidado	
	Valor Principal	Emissão	Vencimento	Indexador	Remuneração ao ano (%)	31/12/2025
Letras Financeiras						
	5.300	2019	2026	CDI	149% a 150%	5.835
	1.000	2020	2026	CDI	140%	1.023
	26.588	2021	2027 até 2028	IPCA+	9,76% a 10,15%	31.965
	30.300	2021	2027 até 2028	CDI	165% a 190%	30.525
	65.317	2022	2029	CDI	132% a 150%	111.052
	139.350	2023	2030 até 2038	CDI	100% a 162%	147.784
	287.004	2024	2030 até 2099	CDI	100% a 154%	313.157
	121.556	2025	2030 até 2099	CDI	100% a 133%	131.933
Total	676.415					773.274

16. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	Individual		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Provisão para passivos contingentes - fiscais (Nota 16.b)	-	-	29	29
Provisão para passivos contingentes - trabalhistas (Nota 16.b)	7.819	11.792	7.819	11.792
Provisão para passivos contingentes - cíveis (Nota 16.b)	1.287	1.334	1.287	1.334
Total	9.106	13.126	9.135	13.155

a) Ativos contingentes

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, não existiam ativos contingentes.

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	Individual				Consolidado			
	Depósitos judiciais		Provisão		Depósitos judiciais		Provisão	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Contingências Fiscais e Obrigações Legais	62.024	61.203	-	-	65.236	64.356	29	29
Contingências Trabalhistas	10.178	15.396	7.819	11.792	10.178	15.396	7.819	11.792
Contingências Cíveis	4.940	5.991	1.287	1.334	4.940	5.991	1.287	1.334
Total	77.142	82.590	9.106	13.126	80.354	85.743	9.135	13.155

O Pine e a Pine Investimentos obtiveram decisões favoráveis, transitadas em julgado, em relação às ações judiciais que questionavam o alargamento das bases de cálculo das contribuições devidas ao PIS e COFINS nos termos do disposto no Art. 3º, §1º, da Lei nº 9.718/98, sendo que as provisões anteriormente constituídas em relação a essas ações, classificadas como Obrigações Legais, foram revertidas em exercícios anteriores.

Em relação ao COFINS, a referida decisão resultou no levantamento de valores não convertidos em renda em favor da União, pelo Banco Pine e Pine Investimentos. Não obstante, a PGFN ingressou com medidas executivas, em relação às quais o Pine e a Pine Investimentos apresentaram defesas e aguardam decisões definitivas. Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, não havia depósitos judiciais referentes à COFINS.

Em relação ao PIS, o processo encontra-se sobrestado pelo fato de estar afetado pela repercussão geral reconhecida pela STF (Tema 372). Em 31 de março de 2026, os depósitos relativos ao PIS representavam R\$59.845 no Individual e R\$60.239 no Consolidado (R\$59.060 no Individual e R\$59.449 no Consolidado em 31 de dezembro de 2025).

Adicionalmente, em 31 de março de 2026, os créditos fiscais a compensar, decorrentes de pagamentos efetuados a maior no curso dessas ações, representavam os montantes de COFINS de R\$8.560 no Individual e no Consolidado (R\$8.475 no Individual e no Consolidado em 31 de dezembro de 2025).

c) Movimentação das provisões passivas

	Individual				Consolidado			
	31/03/2026				31/03/2026			
	Fiscais e obrigações legais	Trabalhistas	Cíveis	Total	Fiscais e obrigações legais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo inicial em 01/01/2025	-	11.792	1.334	13.126	29	11.792	1.334	13.155
Constituição (reversão)	-	(1.933)	(64)	(1.997)	-	(1.933)	(64)	(1.997)
Atualização	-	(2.040)	17	(2.023)	-	(2.040)	17	(2.023)
Saldo final	-	7.819	1.287	9.106	29	7.819	1.287	9.135

	Individual				Consolidado			
	31/12/2025				31/12/2025			
	Fiscais e obrigações legais	Trabalhistas	Cíveis	Total	Fiscais e obrigações legais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo inicial em 01/01/2025	-	10.389	1.435	11.824	578	10.389	1.435	12.402
Constituição (reversão)	-	84	(104)	(20)	(549)	84	(104)	(569)
Atualização	-	1.319	3	1.322	-	1.319	3	1.322
Saldo final	-	11.792	1.334	13.126	29	11.792	1.334	13.155

d) Principais ações e processos cujas perdas foram consideradas como possíveis

Trabalhistas: Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, o Pine não possuía processos trabalhistas classificados como possíveis.

Cíveis: Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, o Pine não possuía processos cíveis classificados como possíveis.

Fiscais: Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, o Pine não possuía processos fiscais classificados como possíveis.

17. OUTROS PASSIVOS

	Individual		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	2.616	2.949	2.616	2.949
Credores diversos - país e exterior ⁽¹⁾	171.775	253.893	861.356	1.119.446
Fiscais e previdenciárias (Nota 17.a)	507.663	495.572	556.796	543.974
Sociais e estatutárias	57.259	30.000	55.994	30.786
Provisões de despesas de pessoal	15.000	63.525	15.000	54.498
Outros	43.326	43.727	66.835	61.676
Obrigações por operações vinculadas a cessão - Operações de crédito	2.495.320	1.814.780	-	-
Total	3.292.959	2.704.446	1.558.597	1.813.329
Circulante	3.214.291	2.476.131	1.445.325	1.557.269
Não Circulante	78.668	228.315	113.272	256.060

(1) Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, no consolidado, refere-se, principalmente, a obrigações com debenturistas seniores das debentures que são consolidadas nessas Demonstrações Financeiras.

a) Fiscais e previdenciárias

	Individual		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	2.075	1.387	24.122	11.571
Impostos e contribuições sobre salários	4.427	4.731	4.759	13.996
Impostos e contribuições sobre o lucro	-	79	15.382	17.219
ISS	338	153	337	869
IRRF	287	352	286	352
PIS e Cofins a recolher	10.157	2.156	10.581	2.800
Provisão para PIS e Cofins	-	-	5.469	8.012
Provisão para IR e CS diferidos (Nota 10.b)	489.727	486.303	493.447	486.808
Outros	652	411	2.413	2.347
Total	507.663	495.572	556.796	543.974

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Conforme Estatuto Social, em 31 de março de 2026, o capital social subscrito e integralizado totaliza R\$1.258.896 (R\$1.000.910 em 31 de dezembro de 2025) e está dividido em 259.518.312 ações nominativas, sendo 129.784.217 ordinárias e 129.734.095 preferenciais (232.451.347 em 31 de dezembro de 2025) sem valor nominal. O Pine fica autorizado a aumentar o seu capital social, independente de reforma estatutária, em até mais 100.000.000 de ações ordinárias ou preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, mediante deliberação do Conselho de Administração.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de março de 2026, foi deliberado o aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante bruto de R\$245.926, mediante emissão de 21.860.095 novas ações, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, com despesas vinculadas à emissão no montante total de R\$9.857, líquido de tributos, resultando no aumento de capital líquido de R\$236.069, com exclusão do direito de preferência dos seus atuais acionistas, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das S.A., sendo que a integralidade do preço por ação é de R\$ 11,25. Em razão da necessidade de homologação do aumento de capital social pelo Bacen, foram emitidos recibos de subscrição, integralizados à vista em moeda corrente nacional, conferindo aos seus titulares o direito à conversão em ações após a homologação. Após a homologação, as ações passarão a conferir aos seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições aplicáveis às ações preferenciais de emissão do Banco Pine, nos termos do Estatuto Social e da legislação vigente. O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 06 de abril de 2026.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de janeiro de 2026, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$21.917, mediante emissão de 5.206.870 novas ações nominativas, sendo 2.524.594 ordinárias e 2.682.276 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício: (i) de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 01 de dezembro 2025 a 31 de dezembro de 2025 ("Décimo Segundo período de exercício") e (ii) de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 03 de outubro de 2024 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de outubro de 2024, no período de 01 de dezembro 2025 a 31 de dezembro de 2025 ("Quarto período de exercício"). O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 06 de abril de 2026.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de outubro de 2025, foi deliberado sobre o aumento do capital social do Banco dentro do limite do capital autorizado nos termos do Estatuto Social, no valor de, no mínimo, R\$36.954 e, no máximo, R\$48.719, mediante a emissão de, no mínimo, 4.337.268 ações, sendo 2.225.396 ações ordinárias e 2.111.872 ações preferenciais, e, no máximo, 5.718.156 novas ações, sendo 2.933.911 ações ordinárias e 2.784.245 ações preferenciais de emissão do Banco, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O preço de emissão é de R\$8,52 por ação ordinária ou preferencial do Banco. Os acionistas poderão exercer o direito de preferência na subscrição das novas ações na proporção do número de ações que possuírem. Será concedido a todos os acionistas que constarem da posição acionária do Banco na data de 16 de outubro de 2025 o prazo de 30 dias para o exercício do direito de preferência. Após a efetiva subscrição das ações e a integralização deste Aumento de Capital, nova Reunião do Conselho de Administração do Banco será realizada para homologar parcial ou totalmente o aumento de capital, dentro do limite de capital autorizado. Após a homologação pelo Conselho de Administração do Banco, o aumento de capital será levado à aprovação do Bacen.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 01 de outubro de 2025, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$1.642, mediante emissão de 386.717 novas ações nominativas, sendo 188.445 ordinárias e 198.272 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício: (i) de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 01 de setembro 2025 a 30 de setembro de 2025 ("Décimo Primeiro período de exercício") e (ii) de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 03 de outubro de 2024 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de outubro de 2024, no período de 01 de setembro 2025 a 30 de setembro de 2025 ("Terceiro período de exercício"). O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 22 de dezembro de 2025.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 01 de julho de 2025, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$997, mediante emissão de 311.198 novas ações nominativas, sendo 129.441 ordinárias e 181.757 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício: (i) de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 02 de junho 2025 a 30 de junho de 2025 ("Décimo período de exercício") e (ii) de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 03 de outubro de 2024 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de outubro de 2024, no período de 02 de junho 2025 a 30 de junho de 2025 ("Segundo período de exercício"). O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 22 de setembro de 2025.

Em 24 de abril de 2025, o Conselho de Administração do Banco Pine, em atendimento ao disposto na Resolução CVM nº 44/21, aprovou o cancelamento de 3.342.492 ações preferenciais nominativas e 73.100 ações ordinárias nominativas de emissão do Banco, no montante de R\$15.104, atualmente mantidas em tesouraria, sem redução do valor do capital social, nos termos do artigo 19, XVI do Estatuto Social do Banco. Referidas ações foram adquiridas por meio do programa de recompra de ações, em consonância com a Resolução CVM nº 77/22. Em razão do cancelamento de ações mantidas em tesouraria, o capital social da Companhia de R\$952.902, passa a ser dividido em 226.428.370 ações nominativas, sendo 115.914.712 ordinárias e 110.513.658 preferenciais, sem valor nominal.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 01 de abril de 2025, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$130, mediante emissão de 49.979 novas ações nominativas, sendo 18.740 ordinárias e 31.239 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício: (i) de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 06 de março de 2025 a 31 de março de 2025 ("Nono período de exercício") e (ii) de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 03 de outubro de 2024 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de outubro de 2024, no período de 06 de março de 2025 a 31 de março de 2025 ("Primeiro período de exercício"). O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 24 de junho de 2025.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de janeiro de 2025, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$93, mediante emissão de 46.362 novas ações nominativas, sendo 15.454 ordinárias e 30.908 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 02 de dezembro de 2024 a 30 de dezembro de 2024 ("Oitavo período de exercício"). O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 27 de janeiro de 2025.

b) Reservas de capital

As reservas de capital podem ser compostas por: reserva de ágio por subscrição de ações e outras reservas de capital, e somente podem ser usadas para absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros; resgate, reembolso ou aquisição de ações de nossa própria emissão; incorporação ao capital social; ou pagamento de dividendos a ações preferenciais em determinadas circunstâncias. Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, as reservas de capital do Banco Pine, são compostas pelo diferimento dos planos de remuneração baseados em ações.

c) Reserva de lucros

A conta de reserva de lucros do Pine é composta por reserva legal e reserva estatutária. O saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social do Pine, e qualquer excedente deve ser capitalizado ou distribuído como dividendo. O Pine não possui outras reservas de lucros.

Reserva legal - Nos termos da Lei nº 11.638/07 e do estatuto social, o Pine deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado do Pine. Ademais, o Pine poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

Reserva estatutária - Nos termos da Lei nº 11.638/07, o Estatuto Social pode criar reservas, desde que determine a sua finalidade, o percentual dos lucros líquidos a ser destinado para essas reservas e o valor máximo a ser mantido em cada reserva estatutária. A destinação de recursos para tais reservas não pode ser aprovada em prejuízo do dividendo obrigatório. O saldo do lucro líquido do exercício será transferido para a conta Reservas de Lucros - Reservas Estatutárias ficando à disposição da Assembleia Geral que poderá mantê-la, até o limite de 95% do valor do capital social integralizado, visando a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas do Banco.

d) Juros sobre o capital próprio

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de abril de 2026, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$57.259, à base de R\$0,223044, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 17,5%, conforme previsto no parágrafo §2º do artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 30 de abril de 2026.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de dezembro de 2025, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$23.700, à base de R\$0,1022642, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2º do artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 17 de janeiro de 2026.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de outubro de 2025, foi deliberado sobre o pagamento adicional de juros sobre o capital próprio no montante de R\$57.316, à base de R\$0,253295, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2º do artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 27 de novembro de 2025.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 09 de outubro de 2025, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$23.200, à base de R\$0,1025173, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2º do artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 29 de outubro de 2025.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 04 de julho de 2025, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$24.700, à base de R\$0,1099374, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2º do artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 25 de julho de 2025.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 04 de abril de 2025, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$18.750, à base de R\$0,0823389, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2º do artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 25 de abril de 2025.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de dezembro de 2024, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$18.117, à base de R\$0,080554, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2º do artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 16 de janeiro de 2025.

De acordo com o previsto na Lei nº 9.249/95, foram provisionados e declarados juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da TJLP vigente no período. Esses juros sobre o capital próprio reduziram o encargo de imposto de renda e contribuição social no período findo em 31 de março de 2026 em R\$25.767.

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, houve deliberação de juros sobre o capital próprio, conforme quadro a seguir:

Descrição	Individual e Consolidado					
			31/03/2026		31/12/2025	
	Data de deliberação	Data do pagamento	Valor por ação bruto	Valor total bruto	Valor por ação líquido de IR	Valor total líquido
Juros sobre o Capital Próprio	13/04/2026	30/04/2026	0,223044	57.259	0,181897	47.239
Total				57.259		47.239

Descrição	Individual e Consolidado					
			31/12/2025		31/12/2025	
	Data de deliberação	Data do pagamento	Valor por ação bruto	Valor total bruto	Valor por ação líquido de IR	Valor total líquido
Juros sobre o Capital Próprio	26/12/2025	17/01/2026	0,102264	23.700	0,086663	20.145
Juros sobre o Capital Próprio	13/10/2025	27/11/2025	0,253295	57.316	0,214866	48.719
Juros sobre o Capital Próprio	09/10/2025	29/10/2025	0,102517	23.200	0,086974	19.720
Juros sobre o Capital Próprio	04/07/2025	25/07/2025	0,109937	24.700	0,092722	20.995
Juros sobre o Capital Próprio	04/04/2025	25/04/2025	0,082339	18.750	0,069356	15.938
Total				147.666		125.517

A seguir apresentamos a conciliação dos juros sobre o capital próprio para o período findo em 31 de março de 2026 e exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

	31/03/2026	31/12/2025
Lucro líquido do período	149.900	443.594
Reserva legal	-	(22.180)
Base de cálculo	149.900	421.414
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	57.259	153.966

(1) O montante de juros sobre o capital próprio distribuído ao longo do período findo em 31 de março de 2026, será imputado ao dividendo mínimo obrigatório relacionado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2026. O valor é sujeito à retenção de IRRF de 17,5% sobre o valor apresentado na Nota Explicativa. Em 31 de dezembro de 2025, o montante de juros sobre o capital próprio distribuído, atingiu os 25% de mínimos obrigatórios.

e) Dividendos

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de dezembro de 2025, foi deliberado sobre o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2025 no montante de R\$6.300. O pagamento ocorreu no dia 17 de janeiro de 2026.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de fevereiro de 2025, foi deliberado sobre o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2024 no montante de R\$3.131. O pagamento ocorreu no dia 28 de fevereiro de 2025.

f) Ações em tesouraria

Durante o período findo em 31 de março de 2026, o Banco pine recomprou 2.593.258 ações, no montante de R\$31.464, a um custo médio de R\$12,13. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Banco pine recomprou 11.644.187 ações, no montante de R\$73.290, a um custo médio de R\$6,29.

Descrição	Individual e Consolidado					
			31/03/2026		31/12/2025	
	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade
Saldo inicial	8.070	823			20.406	4.676
Aquisições de ações	31.464	2.593	12,13	73.290	11.644	6,29
Cancelamento de ações	-	-	-	(15.104)	(3.416)	4,42
Liberações - Remuneração baseada em ações	(8.106)	(707)	11,46	(70.522)	(12.081)	5,84
Saldo final	31.428	2.709		8.070	823	

g) Ajustes de avaliação patrimonial

Ativos Financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Individual e Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025
Títulos e valores mobiliários	(47)	(69)
Efeito Tributário	(47)	(69)
Empresas coligadas		
Outros ⁽¹⁾	(1.615)	(1.615)
Total	(1.691)	(1.698)

(1) No período findo em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, refere-se a efeitos contábeis reflexos decorrentes de registros ocorridos entre contas do patrimônio líquido de empresas coligadas.

19. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

a) Operações de crédito

	Individual		Consolidado	
	01/01 a 31/03/2026	01/01 a 31/03/2025	01/01 a 31/03/2026	01/01 a 31/03/2025
Adiantamentos a depositantes	265	1.009	265	1.009
Rendas de empréstimos ⁽¹⁾⁽²⁾	848.507	500.726	918.189	519.698
Rendas de financiamentos ⁽¹⁾	10.552	(3.775)	10.552	(3.775)
Total	859.324	497.960	929.006	516.932

(1) Contempla variação cambial.

(2) No período findo em 31 de março de 2026, contempla receita de marcação a mercado das operações que são objeto de hedge no montante de R\$9.981 no Individual e no Consolidado.

b) Operações de captação no mercado

	Individual		Consolidado	
	01/01 a 31/03/2026	01/01 a 31/03/2025	01/01 a 31/03/2026	01/01 a 31/03/2025
Despesas de depósitos interfinanceiros	19.170	38.372	19.170	38.372
Despesas de depósitos a prazo ⁽¹⁾	525.172	511.031	523.839	508.772
Despesas de operações compromissadas	192.561	118.528	248.398	137.025
Despesas de contribuição ao FGC	5.282	4.673	5.282	4.673
Despesas com LCA ⁽²⁾	50.391	14.221	50.391	14.221
Despesas com LF ⁽³⁾	124.673	55.172	124.673	55.172
Despesas com LCi ⁽⁴⁾	21.100	24.210	21.100	24.210
Total	938.349	766.207	992.853	782.445

(1) No período findo em 31 de março de 2026, contempla receita de marcação a mercado das operações que são objeto de hedge no montante de R\$42.340 no Individual e no Consolidado (R\$71.489 em 31 de março de 2025 no Individual e no Consolidado).

(2) No período findo em 31 de março de 2026, contempla receita de marcação a mercado das operações que são objeto de hedge no montante de R\$40 no Individual e no Consolidado (R\$134 em 31 de março de 2025 no Individual e no Consolidado).

(3) No período findo em 31 de março de 2026, contempla receita de marcação a mercado das operações que são objeto de hedge no montante de R\$5.975 no Individual e no Consolidado (R\$1.012 em 31 de março de 2025 no Individual e no Consolidado).

(4) No período findo em 31 de março de 2026, contempla receita de marcação a mercado das operações que são objeto de hedge no montante de R\$409 no Individual e no Consolidado (R\$930 em 31 de março de 2025 no Individual e no Consolidado).

c) Operações de empréstimos e repasses

	Individual		Consolidado	
	01/01 a 31/03/2026	01/01 a 31/03/2025	01/01 a 31/03/2026	01/01 a 31/03/2025
Despesas de repasses do País - instituições oficiais	130	-	130	-
Variação cambial de empréstimos e repasses do exterior	(4.597)	(20.068)	(4.597)	(20.068)
Despesas de repasses no exterior	5.592	-	5.592	-
Despesas de empréstimos no exterior	561	153	561	153
Total	1.686	(19.915)	1.686	(19.915)

d) Receitas de prestação de serviços

	Individual		Consolidado	
	01/01 a 31/03/2026	01/01 a 31/03/2025	01/01 a 31/03/2026	01/01 a 31/03/2025
Comissão de fiança	4.681	4.206	4.681	4.206
Comissão de intermediação de colocação de títulos	-	-	12.957	10.572
Rendas de cobrança	416	289	416	289
Rendas com tarifas	2.237	993	2.237	993
Serviços de corretagem	-	-	2.354	2.262
Outras ⁽¹⁾	1.132	51	58.601	51
Total	8.466	5.539	81.246	18.373

(1) No período findo em 31 de março de 2026, no Consolidado, refere-se, principalmente, receita de prestação de serviços de intermediação de negócios / gestão de carteira consignado.

e) Despesas de pessoal

	Individual		Consolidado	
	01/01 a 31/03/2026	01/01 a 31/03/2025	01/01 a 31/03/2026	01/01 a 31/03/2025
Proventos	23.172	17.916	27.446	18.878
Benefícios	5.400	4.860	6.290	4.884
Encargos sociais	9.448	8.131	10.717	8.322
Honorários da diretoria	3.976	3.477	4.423	3.561
Estagiários	169	83	179	83
Total	42.165	34.467	49.055	35.728

f) Outras despesas administrativas

	Individual		Consolidado	
	01/01 a 31/03/2026	01/01 a 31/03/2025	01/01 a 31/03/2026	01/01 a 31/03/2025
Despesas de água, energia e gás	164	174	164	174
Despesas com aluguéis	3.449	2.693	3.463	2.693
Despesas de arrendamento de bens	413	149	413	149
Despesas de comunicações	2.358	1.735	2.358	1.735
Despesas de manutenção e conservação de bens	1.888	737	1.888	737
Despesas de material	140	57	140	57
Despesas de processamento de dados	15.918	8.257	15.932	8.262
Despesas de relações públicas	2.070	1.018	2.074	1.034
Despesas de seguros	1.667	3.191	1.671	3.201
Despesas com serviços do sistema financeiro ⁽¹⁾	85.515	24.558	114.628	24.560
Despesas com serviços de terceiros	4.820	2.795	5.172	3.266
Despesas com serviços de vigilância e segurança	1.116	596	1.116	596
Despesas com serviços técnicos especializados	9.564	4.106	13.137	4.692
Despesas de transporte	1.371	899	1.371	899
Despesas de viagens	967	430	1.022	430
Sentenças judiciais, cíveis e trabalhistas	11.695	127	11.695	127
Despesas de amortização e depreciação	3.742	2.839	3.742	2.839
Emolumentos judiciais e cartorários	520	153	520	154
Outras despesas administrativas	8.055	1.984	14.349	2.083
Total	155.432	56.498	194.855	57.688

(1) Nos períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025, refere-se, principalmente, a despesas com comissões com parceiros de operações de varejo.

g) Despesas tributárias

	Individual		Consolidado	
	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
ISS	384	-	3.591	461
Cofins	16.867	582	22.007	(444)
PLS	2.741	95	3.856	(128)
Outros ⁽¹⁾	1.055	796	1.104	905
Total	21.047	1.473	30.558	794

(1) No período findo em 31 de março de 2026, no consolidado, refere-se, principalmente, despesas tributárias de serviços de intermediação de negócios / gestão de carteira consignado.

h) Outras receitas operacionais

	Individual		Consolidado	
	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Recuperação de encargos e despesas ⁽¹⁾	18.592	2.106	18.889	2.106
Atualização monetária ativa ⁽²⁾	1.850	1.942	1.932	2.002
Atualização de créditos judiciais	2.262	2	2.262	2
Reversão provisões trabalhistas, cíveis e fiscais	4.546	7	4.546	7
Outras rendas operacionais	3.891	118	3.891	3
Total	31.141	4.175	31.520	4.120

(1) No período findo em 31 de março de 2026, refere-se principalmente, à ressarcimento de custos operacionais.

(2) Nos períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025, refere-se principalmente, à atualização monetária sobre o estoque dos impostos a compensar.

i) Outras despesas operacionais

	Individual		Consolidado	
	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Variação cambial	1	1	1	1
Outras despesas operacionais	6.009	1.991	7.907	3.036
Total	6.010	1.992	7.908	3.038

j) Resultado não operacional

Nos períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025, o resultado não operacional corresponde, principalmente, ao resultado na venda de bens recebidos em dação de pagamento para a liquidação de operações de crédito.

	Individual		Consolidado	
	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Receitas não operacionais	3.041	1.553	4.105	4.086
Despesas não operacionais	(362)	(516)	(6.933)	(11.752)
Total	2.679	1.037	(2.828)	(7.666)

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Reconciliação das despesas de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido:

	Individual		Consolidado	
	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Resultado antes do IRPJ, da CSLL e deduzidos as participações no resultado	209.106	112.220	218.062	113.156
Lucro líquido antes da tributação	209.106	112.220	218.062	113.156
Alíquota vigente (Nota 3.1)	45%	45%	45%	45%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(94.098)	(50.499)	(98.128)	(50.920)
Diferenças permanentes	34.892	11.731	29.877	11.216
Juros sobre o capital próprio	25.767	8.438	25.767	8.438
Outros ajustes ⁽¹⁾	9.125	3.293	4.110	2.778
Imposto de renda e contribuição social	(59.206)	(38.768)	(68.251)	(39.704)

(1) Nos períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025, refere-se, principalmente, à equivalência das empresas controladas e exclusão da receita de atualização de impostos a compensar.

21. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da Administração

Desde o exercício de 2012, o Pine aprovou novo Plano de Remuneração para tratamento das normas e diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável aplicável aos membros do Conselho de Administração e diretores estatutários e, a critério de comitê específico, outros executivos com cargos e funções relevantes, observando as disposições da Resolução CMN nº 5.177/25 que revoga a Resolução CMN nº 3.921/10.

O Plano de Remuneração tem como principais objetivos: (i) alinhar as práticas de remuneração dos administradores do Pine à política de gestão de riscos; (ii) evitar comportamentos que elevem a exposição ao risco acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazos adotada pela instituição; (iii) criar um instrumento de retenção e atração de talentos nas posições chave do Pine; e (iv) Adaptar a política de remuneração à norma da Resolução CMN nº 5.177/25 que revoga a Resolução CMN nº 3.921/10.

A remuneração definida no Plano leva em conta: (i) os riscos correntes e potenciais do Pine; (ii) o resultado geral do Pine, em particular o lucro recorrente realizado (lucro líquido contábil do período ajustado pelos resultados não realizados e livre dos efeitos de eventos não recorrentes controláveis); (iii) a capacidade de geração de fluxo de caixa; (iv) o ambiente econômico em que o Pine está inserido e suas tendências; (v) as bases financeiras sustentáveis de longo prazo e ajustes nos pagamentos futuros em função dos riscos assumidos, das oscilações do custo do capital e das projeções de liquidez; (vi) o desempenho individual dos Administradores com base no conjunto de indicadores institucionais e de sua unidade de negócio (vii) a performance qualitativa e quantitativa dos Administradores, baseada nos valores do Banco.

A Remuneração Variável será calculada:

- a) até 50% do valor determinado para a remuneração variável é paga em espécie; e
- b) o correspondente aos 50% restantes da remuneração variável será pago em instrumentos baseados em ações:
 - i. 10% do valor será pago em instrumentos baseados em ações de forma a vista; e
 - ii. 40% do valor será pago em instrumentos baseados em ações diferidos em 3 anos.

A entrega dos instrumentos baseados em ações referentes à remuneração variável diferida atribuídas aos Administradores apenas ocorrerá se não for verificado, no período de diferimento aplicável (i) uma redução significativa do lucro recorrente realizado, ou (ii) resultado negativo da Instituição ou da unidade de negócios, ou (iii) apuração de erros em procedimentos contábeis e/ou administrativos que afetem os resultados apurados no período aquisitivo do direito à remuneração variável.

O Pine conta, ainda, com um Comitê de Remuneração, que é responsável por (i) propor ao Conselho de Administração as diversas formas de remuneração fixa e variável; (ii) supervisionar a implementação e operacionalização da política de remuneração de administradores da instituição; (iii) revisar anualmente a política de remuneração de administradores da instituição, recomendando ao Conselho de Administração a sua correção ou aprimoramento; (iv) propor ao Conselho de Administração o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à assembleia geral, na forma do art. 152 da Lei das Sociedades por Ações; (v) avaliar cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração de administradores; (vi) analisar a política de remuneração de administradores da Instituição em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação a empresas congêneres, propondo os ajustes necessários; (vii) zelar para que a política de remuneração de administradores esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e a situação financeira atual e esperada da instituição; e (viii) elaborar anualmente, no prazo de noventa dias a contar de 31 de dezembro de cada ano, documento denominado Relatório do Comitê de Remuneração, na forma prevista na Resolução CMN nº 5.177/25 que revoga a Resolução CMN nº 3.921/10.

No período findo em 31 de março de 2026, referente a remuneração variável, foi apurado o montante de R\$13.523 (R\$6.715 em 31 de março de 2025) e a despesa no montante de R\$7.014 no Individual e R\$10.330 no Consolidado (R\$8.083 no Individual e no Consolidado em 31 de março de 2025) de acordo com os critérios definidos no plano.

	Individual e Consolidado	
	01/01 a	01/01 a
	31/03/2026	31/03/2025
Remuneração fixa	3.976	3.477
Remuneração variável	13.523	6.715
Benefícios de curto prazo	10.556	4.895
Total	28.055	15.087

Os benefícios de curto prazo a administradores estão representados, principalmente, por salários e contribuições para a seguridade social, licença remunerada e auxílio-doença pago, participação nos lucros e bônus (se pagáveis no período de doze meses após o encerramento do exercício) e benefícios não-monetários (tais como assistência médica, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados).

Rescisão do contrato

A extinção da relação de trabalho com os Administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira e seus benefícios adquiridos, se condicionados, poderão ser descontinuados.

b) Transações com partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas, principalmente com as empresas discriminadas na Nota 2, são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas e condições de mercado e estão representadas por:

	Taxa de juros % CDI	Prazos até	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
			31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/03/2025
Administradores ⁽¹⁾			(5.475)	(13.589)	(929)	(216)
Operações de crédito	-	10/03/2031	16.526	17.056	(486)	-
Depósitos à vista	-	Sem vencimento	(56)	(6)	-	-
Depósitos a prazo	100% a 120% CDI e 100% IPCA	26/03/2031	(17.294)	(23.511)	(288)	(119)
Captação no mercado aberto	95% CDI	19/06/2029	-	(2.183)	-	-
Recursos de letras de crédito do agronegócio	96% a 100% CDI	28/11/2028	(1.737)	(1.680)	(57)	(3)
Recursos de letras de crédito imobiliário	95% a 100% CDI	16/04/2027	(1.106)	(1.214)	(36)	(28)
Recursos de letras financeiras subordinadas	100% CDI e 100% IPCA	14/06/2028	(1.808)	(2.051)	(62)	(66)
Familiares imediatos ⁽¹⁾			(48.904)	(38.298)	(772)	(581)
Operações de crédito	6,50% CDI	18/05/2026	287	730	(25)	-
Depósitos à vista	-	Sem vencimento	(12.014)	(5.369)	-	-
Depósitos a prazo	99% a 120% CDI e 100% IPCA	14/04/2031	(7.467)	(5.455)	(214)	(67)
Captação no mercado aberto	95% CDI	20/10/2029	(696)	-	(4)	-
Recursos de letras de crédito do agronegócio	100% CDI	27/11/2028	(1.716)	(1.066)	(50)	(6)
Recursos de letras de crédito imobiliário	98% CDI	18/05/2026	(510)	(494)	(16)	(13)
Recursos de letras financeiras subordinadas	135% CDI e 100% IPCA	27/09/2030	(26.694)	(26.554)	(460)	(495)
Recursos de letras financeiras	100% IPCA	30/10/2027	(94)	(90)	(3)	-

Empresas ligadas	Taxa de juros % CDI	Prazos até	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
			31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/03/2025
Empresas ligadas			(76.860)	(48.866)	(1.670)	(1.927)
Valores a receber						
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	-	-	-	-	-	1
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.	9.284	7.980	-	-	-	103
Pine Corretora de Seguros Ltda.	344	28	-	-	-	12
Pine Holding Ltda. (Anteriormente denominada Pine Holding S.A.)	-	2.923	-	-	-	-
Depósitos à vista						
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.	-	Sem vencimento	(4.648)	(2.135)	-	-
Pine Capital Ltda.	-	Sem vencimento	(2)	(2)	-	-
P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda.	-	Sem vencimento	(717)	(1.290)	-	-
Pine Corretora de Seguros Ltda.	-	Sem vencimento	(22)	(484)	-	-
Pine Ativos Imobiliários Ltda.	-	Sem vencimento	(2)	-	-	-
Pine Holding Ltda. (Anteriormente denominada Pine Holding S.A.)	-	Sem vencimento	-	(160)	-	-
Pine 1 Desenvolvimento Participações Ltda.	-	Sem vencimento	-	(1)	-	-
Depósitos a prazo						
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	99% CDI	27/11/2028	(4.263)	(4.299)	(106)	(125)
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.	99% CDI	28/12/2028	(20.621)	(14.486)	(315)	(1.253)
Pine Capital Ltda.	99% CDI	24/01/2028	(2.852)	(2.786)	(89)	(59)
P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda.	99% CDI	07/12/2028	(1.133)	(60)	(26)	(94)
Pine Corretora de Seguros Ltda.	99% CDI	21/12/2028	(15.093)	(16.804)	(242)	(215)
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	99% CDI	20/10/2028	(1.770)	(1.884)	(20)	(240)
Pine Ativos Imobiliários Ltda.	99% CDI	04/08/2028	(15.225)	(15.290)	(438)	(57)
ECO Comercializadora de Ativos Ambientais Ltda.	112% CDI	29/06/2028	(11)	(10)	-	-
Pine Holding Ltda. (Anteriormente denominada Pine Holding S.A.)	99% CDI	29/06/2028	(20.129)	(106)	(434)	-

Empresas indiretas	Taxa de juros % CDI	Prazos até	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
			31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/03/2025
Participações Indiretas			(15.326)	(12.822)	(104)	(32)
Depósitos à vista						
Amigoz Ltda.	-	Sem vencimento	-	(1)	-	-
Amigoz Corretora de Seguros Ltda.	-	Sem vencimento	(40)	(9.184)	-	-
Boreal Capital Ltda.	-	Sem vencimento	(169)	(176)	-	-
Depósitos a prazo						
Amigoz Corretora de Seguros Ltda.	99% CDI	13/04/2028	(11.719)	(164)	(8)	-
Pine Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99% CDI	21/12/2028	(3.398)	(3.297)	(96)	-
Operações de crédito						
BYX Capital Ltda. ⁽²⁾	21,27% a.a.	31/01/2028	-	-	-	(32)

(1) Os valores referentes aos administradores e familiares imediatos não são consolidados.

(2) Refere-se às receitas auferidas até a data de alienação da Byx Capital, conforme divulgado na nota explicativa 11.

c) Participação acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta em ações ordinárias e preferenciais, em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, dos acionistas com mais de 5% do total de ações, dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva.

Acionistas	31/03/2026					Total de Ações	Total de Ações (%)
	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Preferenciais (%)			
Pessoa Física	124.803.538	96,16	35.253.612	32,68	160.057.150	67,35	
Pessoa Jurídica	920.847	0,71	8.464.459	7,85	9.385.306	3,95	
Conselho de Administração	3.044	0,00	72.852	0,07	75.896	0,03	
Conselho Fiscal	605.144	0,47	7.014.000	6,50	7.619.144	3,21	
Diretoria Executiva	2.125.275	1,64	18.751.817	17,38	20.877.092	8,78	
Total	128.457.848	98,98	69.556.740	64,48	198.014.588	83,32	

Acionistas					31/12/2025	
	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Preferenciais (%)	Total de Ações	Total de Ações (%)
Pessoa Física	116.302.114	97,60	41.423.926	36,56	157.726.040	67,85
Pessoa Jurídica	920.847	0,77	8.727.759	7,70	9.648.606	4,15
Conselho de Administração	3.044	0,00	82.851	0,07	85.895	0,04
Conselho Fiscal	604.244	0,51	6.989.701	6,17	7.593.945	3,27
Diretoria Executiva	219.657	0,18	17.305.084	15,28	17.524.741	7,54
Total	118.049.906	99,06	74.529.321	65,79	192.579.227	82,85

22. COMPROMISSOS, GARANTIAS E OUTRAS INFORMAÇÕES

A provisão para perdas prováveis associadas a garantias financeiras prestadas, são operações que requerem que o prestador da garantia efetue pagamentos definidos contratualmente a fim de reembolsar o detentor de um instrumento de dívida ou outro instrumento de natureza semelhante por perda decorrente do não pagamento da obrigação pelo devedor na data prevista, se baseia em práticas reconhecidas de gerenciamento do risco de crédito, no risco da contraparte, no comportamento histórico da carteira, na modalidade ou produto da garantia financeira prestada e nas expectativas futuras de perdas, conforme com o Art. 37, da Resolução CMN 4.966, sendo o instrumento financeiro alocado por estágios. A Metodologia para Apuração da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito, de acordo com o Art. 45 da Resolução CMN 4.966, tem como base de cálculo o valor presente desdobros futuros estimados de responsabilidade da instituição vinculados a contratos de garantias financeiras prestadas. O modelo é revisado mensalmente, ou sempre que houver alteração na estimativa da perda esperada ou no estágio no qual está alocado o instrumento, de acordo com a Resolução CMN 4.966, Art. 48.

Tipo de Garantia Financeira	Individual e Consolidado			
	31/03/2026		31/12/2025	
	Saldo de Garantias Prestadas	Provisão	Saldo de Garantias Prestadas	Provisão
Aval ou Fiança em Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal	3.466	1	13.869	1
Outras Fianças Bancárias	454.769	72	549.104	120
Total	458.235	73	562.973	121

23. PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

O Pine possui um programa próprio de participação nos lucros e resultados homologado pelo Programa de Participação nos Lucros e Resultados - PPLR do Sindicato dos Bancários.

As premissas gerais deste programa consistem em distribuir lucros e resultados aos colaboradores, levando em consideração: (a) Desempenho das unidades de negócios; (b) Desempenho individual acompanhado através de metas; e (c) Avaliação de competências baseadas nos valores do Banco. Essas despesas foram registradas na rubrica de "Participações sobre o lucro no período".

24. GESTÃO DE RISCOS E DE CAPITAL

a) Introdução

O Pine apresenta como diferencial a postura conservadora na gestão dos riscos inerentes às suas atividades, através da abordagem de gerenciamento integrado de riscos e capital, sendo sua supervisão realizada por comitês colegiados que apoiam as decisões da Administração.

As práticas de gerenciamento integrado e controle de risco, refletindo as melhores práticas de mercado, buscam identificar e definir limites de monitoramento das perdas financeiras de forma a assegurar que os objetivos do conglomerado sejam cumpridos, que as metas de lucratividade sejam alcançadas, de forma sustentável e em observância ao apetite de riscos definido, sempre mantendo transparência na governança corporativa.

A estrutura de gerenciamento integrado de riscos é definida pelo Conselho de Administração, que estabelece as funções subsidiárias ao Comitê de Gestão de Riscos e Capital, ao CRO e à Diretoria, no que tange as atribuições de aprovação de modelos de cálculo, dos fatores de risco, das métricas e indicadores para controle e monitoramento de limites e alertas.

O gerenciamento integrado de Riscos do Pine abrange os grupos de riscos tratados no contexto de riscos financeiros, riscos operacionais e riscos estratégicos, isolados e/ou conjuntamente.

b) Gerenciamento Integrado de Riscos

O processo de gerenciamento integrado de riscos no Pine compreende o conjunto de atividades integradas de gestão e no controle, desde a definição de estratégias, diretrizes, cálculo, divulgação periódica de informações de gestão, controle e monitoramento (Teste de Uso).

A estrutura de governança do gerenciamento integrado de riscos, compreende:

- Conselho de Administração, para definição do apetite de risco e aprovação das políticas de risco;
- Comitê de Gestão de Riscos e Capital, para supervisão e coordenação gerais;
- Comitê de Crédito, para acompanhamento e monitoramento periódicos dos assuntos sob sua alçada (crédito e sócio ambiental);
- Comitê ALCO (Asset and Liability Committee) e Comitê de Riscos e Tesouraria, para acompanhamento e monitoramento periódicos dos assuntos sob sua alçada (liquidez);
- CRO (Chief Risk Officer), para acompanhamento e implementação das definições e diretrizes estabelecidas;
- Área Tesouraria, para acompanhamento do mercado e negociação de operações de zeragem no mercado;
- Demais Áreas de Negócio, Operacionais e de Tecnologia de Informação, para negociação de operações com clientes e para registro, processamento e contabilização;
- Área de Controladoria, para acompanhamento gerencial de operações e programação orçamentária; e
- Área de Controle de Riscos, para cálculo de riscos e controle de limites.

Os processos e as políticas de gerenciamento e controle de riscos são submetidos a revisões periódicas, com objetivo de garantir alinhamento às melhores práticas de mercado, bem como o atendimento à regulamentação em vigor.

As atividades de controle de riscos são realizadas de forma centralizada por área independente em relação às áreas de Tesouraria, Controladoria, Negócio, Operacionais e de Tecnologia de Informação, garantindo isenção no reporte e implementação das ações corretivas identificadas.

RAS

A avaliação e definição do apetite de riscos são realizadas de forma estruturada e coordenada através da Declaração de Apetite a Riscos (RAS, Risk Appetite Statement), instrumento de gestão que integra os diversos tipos de risco e implementa seu monitoramento periódico, frente aos níveis estabelecidos, em atendimento aos objetivos da Administração e em conformidade com a programação orçamentária de negócio e aos requerimentos regulatórios. A RAS estabelece os indicadores através de limites e alertas, com acompanhamento periódico, sejam estratégicos ou superiores, sejam táticos ou operacionais.

c) Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital compreende um conjunto de atividades:

- Processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer frente à programação orçamentária de negócio, inclusive sob condições de estresse; e
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

O Pine possui uma estrutura de gerenciamento de capital compatível com sua estratégia de crescimento e com a complexidade de suas operações, que objetiva o monitoramento do capital econômico existente e a avaliação das necessidades de capital para fazer frente aos riscos aos quais está exposto. O processo de gerenciamento de capital está alinhado às melhores práticas de mercado e abrange todas as áreas envolvidas com a identificação e avaliação dos riscos relevantes às operações do Pine.

d) Categorias de Riscos

Risco de Crédito

O Risco de Crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador, reestruturação de instrumentos financeiros ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Risco de Mercado

O Risco de Mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, incluindo variação das taxas de juros, de câmbio, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

Risco Operacional

O Risco Operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Esta definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

Risco Socioambiental

O Risco Socioambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais, próprios ou de clientes e parceiros, pela Instituição.

Risco de Conformidade

O Risco de Conformidade (ou regulatório) é definido como a possibilidade da instituição sofrer sanções legais ou regulatórias, perdas financeiras, danos de reputação e outros danos, decorrentes de descumprimento ou falhas na observância de Leis, Regulamentações, Recomendações dos órgãos de supervisão e Códigos de auto regulação aplicáveis.

Risco Reputacional (ou imagem)

O Risco Reputacional é definido pela possibilidade de perdas financeiras decorrentes da impossibilidade da instituição em manter e ou estabelecer novas relações no mercado e em sua base de clientes.

e) Gerenciamento de Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito compreende um conjunto de atividades:

- Processo contínuo de monitoramento de níveis de exposição, concentração, suficiência de garantias e adimplência de valores a receber de clientes e contrapartes;
- Avaliação e monitoramento da necessidade de provisionamento para perdas, alocação adicional de garantias, e/ou reestruturação de crédito, considerando os indicadores de inadimplência, para fazer frente à programação de negócio e expectativas de mercado, inclusive sob condições de estresse; e
- Planejamento de metas e de controle de limites de risco de crédito, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

Métrica de Controle e Gestão

As análises do risco de crédito são realizadas com base nas seguintes métricas:

Rating e Limite de Crédito

A classificação de risco de inadimplência (rating) e a concessão de limite de crédito, realizados de forma estruturada e coordenada e formalizado através da PLC (Proposta de Limite de Crédito), têm por objetivo avaliar e atribuir a exposição máxima esperada com clientes e contrapartes, produtos, volumes, prazos e de garantia exigidas.

Monitoramento de Concentração

O monitoramento de concentração tem por objetivo definir e monitorar a exposição máxima esperada por rating, classificação de risco, cliente, contraparte, segmento econômico, região geográfica e prazo.

Monitoramento de Indicadores de Inadimplência

O monitoramento de inadimplência é realizado de forma tempestiva, com o objetivo acompanhar e definir os níveis aceitáveis de provisionamento de perda frente aos prazos de atraso no recebimento de valores a receber de clientes e contrapartes. Destes indicadores destaca-se o Índice 'Over 90', que demonstra, ao longo do tempo o comportamento da carteira, permitindo a identificação e implementações de ações corretivas.

A venda de carteira de créditos inadimplentes é parte da estratégia de recuperação de créditos pelo Banco.

Inclusive realiza a Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito de acordo com a legislação vigente do Bacen e Conselho Monetário Nacional (Nota 7 e 8).

f) Gerenciamento de Risco de Liquidez

O gerenciamento de risco de liquidez compreende um conjunto de atividades:

- Processo contínuo de monitoramento de níveis adequados de liquidez;
- Avaliação da necessidade de manutenção de liquidez mínima para fazer frente à programação orçamentária de negócio, inclusive sob condições de estresse; e
- Planejamento de metas e de necessidade de liquidez, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

Métricas de Controle e Gestão

As análises do risco de liquidez são realizadas com base nas seguintes métricas:

Liquidez Efetiva na Data

A liquidez efetiva na data tem por objetivo apurar o saldo realizado e a projeção para D+1 e as movimentações já contratadas nos saldos dos ativos que compõem a liquidez efetiva, títulos públicos livres, compromissada Selic e disponível em ME.

Liquidez Target

A liquidez target tem por objetivo demonstrar o valor esperado a manutenção da continuidade dos negócios correntes, calculado em função do objetivo estratégico e do valor considerando margem de segurança em excesso à 'Liquidez Mínima'.

Liquidez Cenário Projetado e Cenário Estresse

A liquidez cenários projetado e estresse têm por objetivo demonstrar cenários prospectivos de liquidez, construídos a partir da 'Liquidez na Data', em consonância com a programação orçamentária e de negócio, considerando, em visão alternativa, eventos de estresse para as principais variáveis que impactam liquidez.

Liquidez Mínima (Cenário Projetado e Cenário Estresse)

A liquidez mínima, nos cenários projetado e estresse, tem por objetivo demonstrar os montantes mínimos representativos de 'colchão' a ser mantido, calculado de forma prospectiva, em consonância com a programação orçamentária e de negócio considerando, em visão alternativa, eventos de estresse para as principais variáveis que impactam liquidez.

Plano de Contingência de Liquidez

O plano de contingência de liquidez tem por objetivo estabelecer um conjunto de medidas, procedimentos e responsabilidades a serem adotados em situações de necessidade de liquidez, que alterem o perfil de prazo e volume de recebimentos de ativos e passivos.

g) Gerenciamento de Risco de Mercado

A gestão de riscos do Pine é aderente à Resolução CMN nº 4.557/2017, constituindo um processo transparente para tomadas de decisão de forma tempestiva, observando os riscos que o Banco está exposto.

O gerenciamento de risco de mercado compreende um conjunto de atividades:

- Processo contínuo de monitoramento de níveis de exposição às variações de mercado;
- Avaliação da necessidade de adequação das exposições, através de hedge, para fazer frente à programação de negócio e expectativas de mercado, inclusive sob condições de estresse; e
- Planejamento de metas e de controle de limites de risco de mercado, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

Intenção de Negociação

O risco de mercado é apurado em conformidade com a estratégia de negócio e a intenção de negociação das operações, podendo ser:

A 'Carteira de Negociação' (trading) é composta por operações negociadas com a intenção de giro, revenda, obtenção de benefício dos movimentos de preços ou arbitragem de assimetrias de mercado. O risco regulatório é apurado com base em modelagem padrão DDR (Demonstrativo Diário de Acompanhamento das Parcelas de Requerimento de Capital e Limites Operacionais) BACEN, compatível com a abordagem VaR.

A 'Carteira Bancária' (banking) é composta pelas demais operações não classificadas na 'Carteira de Negociação' (trading). O risco regulatório é apurado com base em modelagem padrão IRRBB (Risco de Taxa de Juros na Carteira Bancária) Bacen, compatível com a abordagem movimentos adversos no resultado e no capital em decorrência de choque nas curvas de juros.

Métricas de Controle e Análises

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

Análise de Valor em Risco (Value at Risk – VaR)

O VaR tem por objetivo apurar a pior perda esperada através de um horizonte dado sob condições normais de mercado a um dado nível de confiança. Utiliza-se o modelo paramétrico para o horizonte de um dia e intervalo de confiança de 99%, com apuração por mercado, vértices de vencimento e por fator de risco.

Análise de Resultado Gerencial à Mercado

A análise de resultado a mercado tem por objetivo apurar o resultado gerencial econômico a mercado (MIM), pelo apreamento dos ativos e passivos, segregando seu impacto conforme a natureza do resultado, se contábil e/ou gerencial.

Demonstrativo de Análise de Sensibilidade

Segue abaixo quadro demonstrativo de análise da sensibilidade para todas as operações com instrumentos financeiros, que exponham o Banco a riscos oriundos de variação cambial, juros ou quaisquer outras fontes de exposição, sendo que para a apuração dos impactos as taxas de juros, aplicam-se as respectivas variações das taxas de mercado aos PV01s apurados em 31 de março de 2026:

Fator de Risco	Exposição	Análise de Sensibilidade		
		31/03/2026		
		Cenários		
		Provável ⁽ⁱ⁾	Possível ⁽ⁱⁱ⁾	Remoto ⁽ⁱⁱⁱ⁾
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	Variações na taxa de juros prefixada	(400.034)	(500.042)	(750.063)
Índice de Preços (IPCA)	Variações no cupom de IPCA	112.769	140.961	211.440
Taxa de Cupom de Dólar	Variação cupom cambial	(15.722)	(19.652)	(29.478)
Cesta de Moedas	Variação na cotação da cesta de moedas	(15.722)	(19.652)	(29.478)
Total (soma não correlacionada)*		(318.709)	(398.385)	(597.579)
Total (soma correlacionada)**		(52.625)	(65.781)	(98.672)

*Soma não correlacionada: representa a soma dos resultados obtidos no pior cenário de estresse para cada fator de risco.

**Soma correlacionada: representa o pior resultado da soma do estresse de todos os fatores de risco considerando a correlação entre eles.

Cenários

Cenário I - Provável Cenário composto pela soma dos preços ou taxas de mercado do dia 31 de março de 2026 e suas respectivas volatilidades apuradas através do método de EWMA ($\lambda=94$).

Curva	Taxa Mercado (1 ano)	Choque	Nova Taxa Mercado (1 ano)
	Taxa de Juros Prefixada (PRE)	13,98%	0,01%
Índice de Preços (IPCA)	10,08%	0,01%	10,09%
Taxa Referencial (TR)	2,04%	0,01%	2,05%
Taxa de Cupom de Dólar	5,07%	0,01%	5,08%
Taxa de Cupom de Outras Moedas	5,04%	0,01%	5,05%
Taxas OffShore (Libor + outras Offshore)	2,74%	0,01%	2,75%
Cesta de Moedas	5,50	0,01%	5,50

Cenário II - Possível Cenário composto pelo choque de 25% nos valores das curvas de juros de mercado (divulgadas pela B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão), e nas cotações de fechamento (dólar e equity), conforme exemplo a seguir:

Curva	Taxa Mercado (1 ano)	Choque	Nova Taxa Mercado (1 ano)
	Taxa de Juros Prefixada (PRE)	13,98%	25%
Índice de Preços (IPCA)	10,08%	25%	12,60%
Taxa Referencial (TR)	2,04%	25%	2,55%
Taxa de Cupom de Dólar	5,07%	25%	6,33%
Taxas de Cupom de Outras Moedas	5,04%	25%	6,30%
Taxas OffShore (Libor + outras Offshore)	2,74%	25%	3,43%
Cesta de Moedas	5,50	25%	6,88

Cenário III - Remoto Cenário composto pelo choque de 50% nos valores das curvas de juros de mercado (divulgadas pela B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão), e nas cotações de fechamento, (dólar e equity), conforme exemplo a seguir:

Curva	Taxa Mercado (1 ano)	Choque	Nova Taxa Mercado (1 ano)
	Taxa de Juros Prefixada (PRE)	13,98%	50%
Índice de Preços (IPCA)	10,08%	50%	15,12%
Taxa Referencial (TR)	2,04%	50%	3,06%
Taxa de Cupom de Dólar	5,07%	50%	7,60%
Taxas de Cupom de Outras Moedas	5,04%	50%	7,56%
Taxas OffShore (Libor + outras Offshore)	2,74%	50%	4,11%
Cesta de Moedas	5,50	50%	8,25

Política de Responsabilidade Sócio Ambiental e Climática (PR SAC)

A PR SAC norteia a Instituição para considerar os aspectos sociais, ambientais e climáticos como direcionadores estratégicos nas atividades, operações e nas relações do Pine com as partes interessadas, contribuindo para o aperfeiçoamento das práticas de negócio, como também para um desenvolvimento sustentável.

Os pilares da Política são as diretrizes, os papéis e responsabilidades, o gerenciamento dos riscos socioambiental e climático (risco SAC) e o rol de restrições. Os tópicos observam a legislação brasileira que aborda os temas sociais e ambientais e regulamentações do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), bem como suas consultas públicas.

As partes interessadas da PR SAC são, os clientes e usuários dos produtos e serviços oferecidos pela Instituição, a comunidade interna à sua organização e as demais pessoas que podem ser impactadas por nossas atividades. Assim, o Pine faz consultas e diálogos estruturados com suas Partes a fim de contribuir para o aprimoramento da gestão dos negócios e promover aprendizados contínuos para ambos os lados.

O gerenciamento do risco SAC é integrado na concessão de crédito, pois o resultado da análise de risco é um dos fatores que compõe a nota do cliente. Sendo assim, se PLD-FTP localizar ponto socioambiental desabonador, o cliente poderá ter um impacto negativo no seu rating de crédito, que será definido pela área de Análise de Crédito.

Seguindo as diretrizes da Política, o Pine se reserva ao direito de restringir a concessão de crédito a algumas atividades e setores. Essa lista leva em consideração projetos e empresas que estejam envolvidos com práticas trabalhistas ilegais, que firam os Direitos Humanos ou, ainda, que produzam, comercializem ou utilizem produtos, substâncias ou atividades considerados nocivos à sociedade e ao meio ambiente. Para evitar danos à sua reputação e não fomentar negócios que não estão em conformidade com os princípios e as políticas, o Pine realiza uma avaliação contínua dos clientes atuais e potenciais que atuam em setores críticos do ponto de vista socioambiental.

Tecnologia da Informação

O Banco Pine se caracteriza pelo mindset digital e investe estrategicamente em melhoria contínua do ambiente tecnológico, incorporando as tendências de novos produtos e linguagens e adotando melhores práticas de mercado, na automatização contínua dos processos críticos e na formulação de solução sistêmica para integração dos processos internos visando escalabilidade, sinergia e agilidade.

Plano de Continuidade de Negócios

O Pine adota políticas conservadoras de armazenamento e segurança de dados e soluções tecnológicas que permitem a manutenção dos sistemas e informações essenciais com redundância e replicação em tempo real, para mitigar os impactos causados e falhas operacionais de hardware e software, no seu próprio ambiente tecnológico e na infraestrutura e conectividade de mercado.

A estrutura e capacidade de processamento computacional garantem a manutenção dos níveis de performance e segurança para o funcionamento adequado dos aplicativos e soluções sistêmicas para atendimento ao cliente, tratamento de informações cadastrais, negociação de operações, controle financeiro e contabilização, controle de riscos, e processamento de dados.

Segurança de Informação

O Pine adota procedimentos estritos para garantia da segurança de informação. Qualquer violação de segurança causada por acesso não autorizado às informações ou sistemas, que podem ter efeito adverso relevante sobre o negócio, estão cobertas pelo monitoramento contínuo, seja para garantia da integridade física dos dados, seja também para fins de atendimento às exigências da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados de 2018).

h) Índice de Basileia

O índice de Basileia em 31 de março de 2026, foi de 13,19% e 14,75% considerando a aprovação pelo Bacen do aumento de capital em 06 de abril de 2026, conforme descrito na nota 18.a. (14,69% em 31 de dezembro de 2025), calculado a partir do 'Conglomerado Prudencial'. De acordo com a Resolução CMN nº 4.958/21, o requerimento mínimo de capital é de 10,50%, considerando fator F (8%) e 2,5% da parcela ACPConservação.

i) Gerenciamento de Riscos - Pilar 3

O Pine, de acordo com a Resolução BCB nº 54/20, divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e Patrimônio de Referência Exigido (PRE). O relatório com maior detalhamento, estrutura e metodologias encontra-se disponível no endereço eletrônico ri.pine.com.

25. OPERAÇÕES ATIVAS VINCULADAS

O Pine realiza operações ativas vinculadas nos termos da Resolução CMN nº 2.921/02. Em 31 de março de 2026, os saldos das operações ativas vinculadas e das correspondentes captações de recursos, bem como respectivos resultados apurados no período estão demonstrados abaixo:

	Individual e Consolidado		
	31/03/2026		
	Moeda	Longo Prazo	Resultado
Operações ativas vinculadas			
Operações de crédito	R\$	166	8
Obrigações por operações ativas vinculadas			
Depósitos a prazo	R\$	213	40

Em 31 de março de 2026, não existiam operações ativas vinculadas inadimplentes, bem como questionamento judicial sobre as operações ativas ou sobre os recursos captados para a aplicação nessas operações.

26. OUTRAS INFORMAÇÕES**a) Leasing operacional**

O Pine possui obrigações decorrentes da contratação de operações de arrendamento sob a modalidade leasing operacional. Os valores correspondentes aos compromissos dos equipamentos arrendados não estão refletidos no balanço patrimonial, em razão de as operações contratadas não preverem a opção de compra dos bens. Em 31 de março de 2026, o custo dos contratos de arrendamento foram reconhecidos na demonstração de resultado, na rubrica 'Despesas administrativas - arrendamento de bens', no montante de R\$413 (R\$149 em 31 de março de 2025).

b) Acordos para compensação e liquidação de obrigações

Acordos para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional foram firmados acordos de compensação no âmbito de convênios de derivativos, bem como acordos para compensação e liquidação de operações ativas e passivas ao amparo da Resolução CMN nº 3.263/05, cujo objetivo é permitir a compensação de créditos e débitos mantidos com uma mesma contraparte, onde os vencimentos dos direitos e obrigações podem ser antecipados para a data em que ocorrer o evento de inadimplência por uma das partes ou em caso de falência do devedor.

c) Divulgação de outros serviços prestados pelos auditores independentes

Em atendimento à Resolução CVM nº 162/22, no período de 01 de janeiro a 31 de março de 2026, não foram contratados junto aos auditores independentes, serviços não relacionados à auditoria externa. O Pine tem como procedimento restringir os serviços prestados pelos seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor em consonância com as normas brasileiras e internacionais.

d) Resultado recorrente e não recorrente

Nos períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025, não houve resultados não recorrentes, de acordo com a política elaborada pelo Pine e conforme disposto na Resolução BCB nº 2/20.

27. EVENTOS SUBSEQUENTES**a) Aumento de capital social**

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de abril de 2026, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$810, mediante emissão de 181.946 novas ações nominativas, sendo 72.506 ordinárias e 109.440 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício: (i) de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 01 de março 2026 a 31 de março de 2026 ("Décimo Terceiro período de exercício"), (ii) de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 03 de outubro de 2024 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de outubro de 2024, no período de 01 de março 2026 a 31 de março de 2026 ("Quinto período de exercício") e (iii) de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 13 de outubro de 2025 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de novembro de 2025, no período de 01 de março 2026 a 31 de março de 2026 ("Primeiro período de exercício"). O aumento está pendente de aprovação pelo Bacen.

A DIRETORIA

CONTADOR

Breno Costa Amaral - CRC MG 074923/O-9



CNPJ 62.144.175/0001-20
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830
6º andar | São Paulo – Brasil